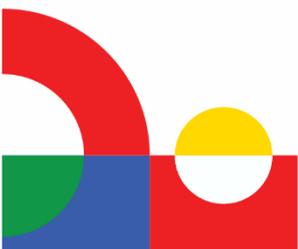




PRD CO 2024 - 2027



Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
Diretoria de Planejamento e Avaliação

Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PRDCO 2024 -2027

(Documento de Referência)

1ª edição

Brasília, 2023

Presidente da República	Luiz Inácio Lula da Silva
Ministro da Integração e Desenvolvimento Regional	Antônio Waldez Góes da Silva
Superintendente	Rose Modesto
Diretor de Planejamento e Avaliação	Renato Jorge Brown Ribeiro
Coordenação-Geral da Articulação, Planos e Projetos Especiais	Fernando Erdmann da Silva Freire Ritter
Coordenação Técnica	Fernando Erdmann da Silva Freire Ritter Georgia Carolina Capistrano da Costa
Orientador	Fernando Luiz Araújo Sobrinho – Professor - UnB
Especialista Convidado	Bruno de Oliveira Cruz – Coordenador de Estudos Regionais e Federativos - IPEA
Equipe Técnica	Guilherme Lopes Piloni Huga de Abreu Gurgel Garcia Jader Paulo Gonçalves Verdade João Paulo Cabral Leandro Ferreira Lima Luciana Bolfarine Caixeta Luciana de Sousa Barros Pollyanna Akemi Saito Priscilla Marotta Gardino Rodrigo dos Reis Oliveira
Colaboradores	Deyvison de Souza Silva Iracema Cristina Nascimento Santos Judivan Rodrigues Leite Maria Angélica Aben-Athar Tatiane Laís Lopes Fernandes Oliveira
Assessoria de Comunicação	Kainã Aguiar Ferreira Raí Vitorino Nunes Assunção Ricardo Henrique Vaz
Apoio	João Vitor Alcântara T. de Castro Mariany Gonçalves Melo Rodrigo Ferreira de Sousa Thiago Correia Borges

Sumário

Lista de Figuras.....	1
Lista de Tabelas	2
Lista de Gráficos	3
Lista de Quadros.....	4
Lista de abreviaturas e siglas.....	1
1. Apresentação	2
2. Marco legal e institucional do PRDCO 2024 – 2027	4
2.1. A PNDR e o PRDCO 2024-2027.....	4
3. Diagnóstico e caracterização da região Centro-Oeste	14
3.1. Conjunturas Brasil e Mundo.....	14
3.1.1. Conjuntura Brasil e Mundo – COVID-19	14
3.1.2. Conjuntura Brasil e Mundo - Guerra Rússia X Ucrânia	16
3.1.3. Conjuntura Brasil e Mundo - Brasil e OCDE.....	18
3.1.4. Conjuntura Brasil e Mundo - Mudanças Climáticas	19
3.1.5. Conjuntura Brasil e Mundo - Recursos Hídricos.....	21
3.1.6. Conjuntura Brasil e Mundo - Produção de Fertilizantes	25
3.1.7. Conjuntura Brasil e Mundo - Segurança Alimentar	26
3.2. A região Centro-Oeste.....	28
3.2.1. Demografia, Histórico e Renda na região Centro-Oeste	28
3.2.2. Mercado de trabalho e desigualdade na região Centro-Oeste	36
3.2.3. Biomas da região Centro-Oeste.....	45
3.2.4. Infraestrutura urbana na região Centro-Oeste - Saneamento	47
3.2.5. Infraestrutura urbana na região Centro-Oeste - Habitação.....	48
3.2.6. Infraestrutura econômica na região Centro-Oeste - Rodovias.....	49
3.2.7. Infraestrutura econômica na região Centro-Oeste – Aeroportos	52
3.2.8. Infraestrutura econômica na região Centro-Oeste – Ferrovias	53
3.2.9. Infraestrutura econômica na região Centro-Oeste – Hidrovias	56
3.2.10. Infraestrutura econômica na região Centro-Oeste – Energia	58
3.2.11. Ciência, Tecnologia e Inovação na região Centro-Oeste	59
3.3. Rede urbana da região Centro-Oeste	63
3.3.1. Rede urbana da região Centro-Oeste – Rondonópolis/ MT	87
3.3.2. Rede urbana da região Centro-Oeste – Barra do Garças/ MT.....	87
3.3.3. Rede urbana da região Centro-Oeste – Anápolis/ GO.....	88

3.3.4.	Rede urbana da região Centro-Oeste – Itumbiara/ GO.....	91
3.3.5.	Rede urbana da região Centro-Oeste – Rio Verde/ GO.....	92
3.3.6.	Rede urbana da região Centro-Oeste – Três Lagoas/ MS.....	92
3.3.7.	Rede urbana da região Centro-Oeste – Dourados/ MS.....	93
3.3.8.	Rede urbana da região Centro-Oeste – Corumbá/ MS.....	94
3.4.	Região integrada do Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal – RIDE- DF	95
3.4.1.	Desafios da RIDE-DF.....	99
4.	Marco estratégico do PRDCO 2024-2027.....	106
4.1.	Orientações Normativo Legais para o Cenário Estratégico.....	106
4.1.1.	Princípios	106
4.1.2.	Visão de futuro, abordagem territorial e Aposta Estratégica.....	107
4.2.	Construção de Cenário: Trajetória de simulações dos Estados do Centro-Oeste num cenário de choque de produtividade e redução de desigualdades	111
4.2.1.	Distribuição Setorial das Atividades e possibilidades de adensamento Produtivo	114
4.2.2.	Evolução dos Fundos	117
4.2.3.	Comentários finais sobre Cenários	118
4.3.	Análise SWOT	122
4.4.	Mapeamento de Riscos frente à Matriz SWOT.....	125
4.5.	Mapeamento e Análise de Stakeholders	126
4.6.	Encaminhamentos da Estratégia.....	127
5.	Estrutura do PRDCO 2024-2027	128
5.1.	Camada legal do PRDCO - Macro indicadores, Eixos, Programas, Objetivos estratégicos, Indicadores, Metas e Ações estratégicas, projetos prioritários.....	128
5.1.1.	Dos Macro indicadores	128
5.1.2.	Dos Eixos, Programas, Objetivos estratégicos e Ações estratégicas	128
5.1.3.	Das Metas e indicadores.....	129
5.1.4.	Dos Projetos prioritários.....	129
5.1.5.	Da Camada gerencial (infralegal) do PRDCO/ PPA – ações indicativas e projetos complementares	130
	Macro indicadores do PRDCO – IDH e PIB <i>per capita</i>	131
	Eixos, Programas, Objetivos estratégicos, Indicadores, Metas, Ações Estratégicas.....	132
6.	Metodologia	143
7.	Estrutura de governança, monitoramento e avaliação.....	150
7.1.	Modelo de Governança.....	150
7.1.1.	Diretrizes Gerais.....	150

7.1.2.	Estrutura do Modelo de Governança	151
7.2.	Monitoramento e Avaliação.....	153
8.	Formas de Financiamento	156
8.1.	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO	156
8.2.	Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO.....	158
	Referências.....	161
	Anexo - Carteira de Projetos (Eixos, Programas e Projetos)	170

Lista de Figuras

Figura 1 PNDR – Tipologia Sub-regional.....	11
Figura 2 Bacias hidrográficas – Centro-Oeste.	21
Figura 3Evolução dos usos 1970-2040 (projeção) - Centro-Oeste.....	23
Figura 4 Mapa Político/ Físico – Região Centro-Oeste - Biomas.....	45
Figura 5 Cerrado - Cobertura vegetal no Centro-Oeste.....	46
Figura 6 Malha rodoviária da região Centro-Oeste.....	49
Figura 7 Malha rodoviária do Centro-Oeste. Pesquisa CNT de Rodovias 2022.	51
Figura 8 Aeroportos e principais aeródromos da região Centro-Oeste.....	52
Figura 9 Malha Ferroviária da região Centro-Oeste.....	54
Figura 10 Malha hidroviária da região Centro-Oeste.....	57
Figura 11 Participação (%) de cada produto exportado pelo Brasil do valor total (\$ 235 bilhões de dólares) em 2020. <i>Atlas of Economic Complexity</i>	61
Figura 12 Faixa de fronteira – Arco Central (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – exceto Rondônia).66	
Figura 13 Mapa multimodal da região Centro-Oeste.	69
Figura 14 Brasil: distribuição do PIB por região geoeconômica e tipologia das áreas urbanizadas.	71
Figura 15 Amazônia: distribuição do Valor acrescentado Bruto por setor econômico.	72
Figura 16 Centro-sul: distribuição do Valor acrescentado Bruto por setor econômico.	72
Figura 17 Mapa da Gestão Pública no Brasil- Região Centro-Oeste. Regiões de Influência das Cidades.	73
Figura 18 Mato Grosso e Tocantins: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias. .	82
Figura 19 Goiás e Mato Grosso do Sul: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias.	83
Figura 20 Corredores Logísticos Estratégicos – Complexo soja e milho.	85
Figura 21 Corredores Logísticos Estratégicos – gasolina e diesel, biodiesel e etanol.....	86
Figura 22 Mapa multimodal - Anápolis/ GO	91
Figura 23 Mapa rodoviário e ferroviário – RIDE/DF.....	96
Figura 24 Mapa multimodal da RIDE-DF	96
Figura 25 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.....	129

Lista de Tabelas

Tabela 1 Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022 (acesso)/ IBGE: População residente em 2010 – Censo Demográfico 2010 e Área territorial do Brasil, 2022.....	28
Tabela 2 Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE) coletados até 25/12/2022.....	29
Tabela 3 Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022. IBGE: População residente em 2010 - Censo Demográfico 2010. IBGE: Área territorial do Brasil 2022.	30
Tabela 4 Fonte – IBGE: PIB a preços de mercado 2020; IBGE: População residente estimada em 1º de julho de 2020.....	33
Tabela 5 Fonte – IBGE: PIB a preços de mercado 2020; IBGE: População residente estimada em 1º de julho de 2020.....	35
Tabela 6 Brasil e Centro-Oeste Taxa de Informalidade (%), Nível de Ocupação (%) e Taxa de Participação (%) – 1º Tri 2023/ IBGE – PNAD Contínua 2023.	38
Tabela 7 Razão do Rendimento Domiciliar dos estratos geográficos do Centro-Oeste em relação ao rendimento domiciliar do Brasil (em pontos percentuais) – 1º Tri 2012 a 1º Tri 2023. IBGE – PNAD Contínua – estratos geográficos 2023.....	39
Tabela 8 Arranjos populacionais internacionais segundo a composição dos municípios brasileiros e cidades transfronteiriças.....	67
Tabela 9 Índice IGM-CFA nas cidades médias da região Centro-Oeste.	76
Tabela 10 População dos municípios da RIDE-DF.	100
Tabela 11 Dados de PIB da RIDE-DF	101
Tabela 12 IDHM dos municípios da RIDE-DF.....	102
Tabela 13 Posição dos municípios da RIDE-DF - Índice IGM-CFA.....	104

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Participação PIB do Centro-Oeste no PIB Brasil 1939 a 2020.....	32
Gráfico 2 PIB per capita dos Estados do Centro-Oeste (excetuando DF) sobre PIB per capita Brasil. FGV e IBGE in: IPEADATA, 2023.	34
Gráfico 3 Taxa de Desocupação no Centro-Oeste por Unidade Federativa e Brasil – 1º tri 2012 ao 1º tri 2023. IBGE – PNAD Contínua 2023.....	36
Gráfico 4 Brasil e UFs - Taxa de Desocupação 1º Tri 2023 e PIB per capita 2020. IBGE – PNAD Contínua 2023 e Contas Regionais 2020.....	37
Gráfico 5 Razão 20% mais Ricos e 20% pobres (1º tri/2012) e a razão da renda domiciliar do estrato geográfico e a renda nacional (média de 2012 a 2023) – para estratos geográficos do Centro-Oeste.	41
Gráfico 6 Razão 20% mais Ricos e 20% pobres (1º tri/2023) e a razão da renda domiciliar do estrato geográfico e a renda nacional (média de 2012 a 2023) – para estratos geográficos do Centro-Oeste. IBGE – PNAD Contínua 2023 – estratos geográficos.....	42
Gráfico 7 Percentual médio dos dispêndios em P&D dos governos estaduais, em relação às suas receitas totais, no período 2016-2018.....	60
Gráfico 8 Taxa de Crescimento Média entre 2015 – 2030 simulada para os Estados do Centro-Oeste e Brasil nos cenários base e de choques de produtividade e redução de desigualdade.....	112
Gráfico 9 Índice de Desenvolvimento Humano Centro-Oeste e Brasil – cenário com choque de produtividade e redução de desigualdades.....	113
Gráfico 10 Fundo Constitucional do Centro-Oeste – Projeções em bilhões de reais. Projeções feitas a partir dos Relatórios de Gestão do FCO.....	117

Lista de Quadros

Quadro 1 Marco Temporal da Construção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.....	12
Quadro 2 Regiões de influência das cidades médias do Centro-Oeste.	81
Quadro 3 Principais Microrregiões de alguns setores selecionados, excluindo as capitais – 2022....	116
Quadro 4 Matriz SWOT – Forças e Oportunidades e ameaças da região Centro-Oeste	123
Quadro 5 Matriz SWOT – Desafios e Ameaças da região Centro-Oeste.....	124
Quadro 6 Matriz de riscos a partir da análise identificada na SWOT.	125
Quadro 7 Mapa de <i>stakeholders</i> do Sistema de Desenvolvimento Regional.	126
Quadro 8 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Macroindicadores	131
Quadro 9 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 1, Programa 1.1.....	132
Quadro 10 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 1, Programa 1.2.....	133
Quadro 11 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 2, Programa 2.1.....	134
Quadro 12 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 3, Programa 3.1.....	135
Quadro 13 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 3, Programa 3.2.....	136
Quadro 14 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 4, Programa 4.1.....	138
Quadro 15 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 5, Programa 5.1.....	139
Quadro 16 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 5, Programa 5.2.....	140
Quadro 17 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 6, Programa 6.1. Fonte: SUDECO, 2023	142
Quadro 18 Modelo Lógico - Indicadores do PRDCO.	149
Quadro 19 Monitoramento e avaliação do PRDCO – Instâncias e atribuições.....	155
Quadro 20 Carteira de Projetos – Eixo Desenvolvimento Produtivo.....	172
Quadro 21 Carteira de Projetos – Eixo Ciência, Tecnologia e Inovação.	174
Quadro 22 Carteira de Projetos – Eixo Infraestrutura econômica e urbana.	179
Quadro 23 Carteira de Projetos – Eixo Preservação e recuperação do meio ambiente.....	180
Quadro 24 Carteira de Projetos – Eixo Capacidades Governativas.	181
Quadro 25 Carteira de Projetos – Eixo Desenvolvimento Social.	183

Lista de abreviaturas e siglas

ABRAINC - Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias
Agência de Fomento de Goiás S.A. – GOIÁS FOMENTO
AMAB - Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
AP – Arranjo Populacional
APPs – Arranjos Produtivos Locais
BANCOOB - Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB
BB – Banco do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR – Rodovia Federal
BRDE - Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul
CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAUC – Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias
CMM - Conselho Monetário Nacional
CNN - Cable News Network
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNT - Confederação Nacional de Transportes
COARIDE - Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONDEL – Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste
COVID191 - *(CO)rona (VI)rus (D)isease*
CREDICOAMO - Cooperativa de Crédito Rural
CRESOL SICOPER - Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária
DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis
DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DF – Distrito Federal
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENANI - Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
ENIDS - Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
FAO - *Food and Agriculture Organization of the United Nations* - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FDCO - Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste
FICO - Ferrovia de Integração Centro Oeste
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FNDR - Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
GO – Goiás
GT – Grupo de Trabalho

¹ O número 19 está relacionado ao ano de 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados.

I CNDR - I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDSC Brasil - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades
IFMS - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IGM/ CFA - Índice de Governança Municipal - Conselho Federal de Administração
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISI Biomassa - Instituto SENAI de Inovação em Biomassa
km² - Quilômetro quadrado
LOA - Lei Orçamentária Anual
MA - Maranhão
MAPA - atual Ministério da Agricultura e Pecuária
MATOPIBA - acrônimo das iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MG - Minas Gerais
MI - Ministério de Integração Nacional
MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MMA - Ministério do Meio Ambiente, atual Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
MPE - Micro e pequena empresa
MPOG - Atual Ministério do Planejamento e Orçamento
MS - Mato Grosso do Sul
MT - Mato Grosso
MT FOMENTO - Agência de Fomento de Estado de Mato Grosso S.A.
MTur - Ministério do Turismo
MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NIR - Núcleo de Inteligência Regional
NPK - Nitrogênio, Fósforo e Potássio
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil
OGU - Orçamento-Geral da União
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
PA - Pará
PEDCO - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PIB - Produto Interno Bruto
PIN - Programa de Integração Nacional
PL - Projeto de Lei
PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual
PRDA - Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia
PRDCO - Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PRDNE - Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste

PRDNO – Plano de Desenvolvimento do Norte, atual Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA)

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SCO - Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos

SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo S.A.

SIMU – Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana

SINIR - Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SP – São Paulo

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro- Oeste

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCU - Tribunal de Contas da União

TKU – Toneladas por quilômetro útil

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UF – Unidade da Federação

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

UNICRED-MT - Cooperativa de Crédito dos Médicos, Profissionais da Saúde e Empresários de MT

UPGN - Unidade de Processamento de Gás Natural

VAB – Valor Agregado Bruto

VPA – Valor da Produção Agrícola

WWF - *World Wildlife Fund*

1. Apresentação

A elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro Oeste (PRDCO) é uma obrigação legal que está na gênese da própria Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste, estando previsto na Lei Complementar nº 129, 58 8 de janeiro de 2009, mas deve ser muito mais do que mera atividade burocrática.

Planejamentos com prazos mais longos devem representar sonhos a serem vividos coletivamente. No caso um sonho a ser vivido na nossa Região. Um sonho de uma Região próspera que dê perspectivas futuras para seus filhos, onde haja oportunidades econômicas, saúde e educação para sua população, um sonho de um Centro-Oeste que contribua com desenvolvimento e estabilidade o país e seus vizinhos internacionais, que seja não apenas o coração da América do Sul, mas também o celeiro do Mundo, produzindo com eficiência e de forma sustentável. Um sonho a ser construído pela União, Estados, Municípios, Sistema Produtivo, Atores Sociais e Organismos Internacionais.

Nesse sentido, a SUDECO tem um papel fundamental de catalisador e coordenador de atores nacionais e internacionais que atuam na Região Centro-Oeste, sendo o protagonista representando a União para o Desenvolvimento do Centro-Oeste, coordenando ações e criando condições para a visão de futuro que queremos.

O PRDCO 2024-2027 foi construído em conjunto com os Ministérios e Estados da Região, em várias oficinas, e submetido à Consulta Pública. Terá como fontes principais de financiamento: o Orçamento Geral da União e seus investimentos prioritários, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, financiamentos de bancos e agências de fomento, doações e financiamentos internacionais, pagos diretamente pela União ou mediante aval.

A carteira de projetos foi elaborada tendo por base os projetos prioritários apresentados pelos Ministérios e pelos projetos encaminhados pelos Estados para comporem o Programa de Aceleração do Crescimento.

O seu texto base está assim organizado: marco legal; diagnóstico regional; marco estratégico; descrição da estrutura; metodologia de elaboração; estrutura de monitoramento, acompanhamento e avaliação; formas de financiamento; e carteira de projetos.

Assim, apresentamos o PRDCO 2024-2027 como fonte norteadora de nossas atuações, como uma trilha a ser desenvolvida por um futuro melhor.

Por fim, que nossa caminhada rumo ao futuro almejado seja como a mestra goiana que ilumina nossa Região, Cora Coralina, nos ensina: “o que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada, caminhando e semeando, no fim, terás o que colher”. Esperamos que nossa mensagem tenha o encantamento que meu conterrâneo Manuel de Barros prega: “que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós”.

Obrigada, e boa leitura.

ROSE MODESTO

Superintendente

2. Marco legal e institucional do PRDCO 2024 – 2027

2.1. A PNDR e o PRDCO 2024-2027

Art. 21. Compete à União:

[...]

IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social

.....

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

O planejamento regional necessita da inclusão de dados com escala de tempo de décadas como instrumento de análise e identificação de tendências de desenvolvimento, estagnação ou crise. A análise de dados com escala de tempo demonstrou a necessidade de se incluírem dados socioespaciais nas análises econômicas, e as desigualdades regionais crescentes ou persistentes é um elemento impulsionador deste tipo de análise nas últimas décadas.

Até então, diversos fatores internos às análises econômicas teriam prescindido desta abordagem, segundo autores apontados por NASSER (2000), tendo sido mais comum priorizar o fator “tempo” enquanto dimensão crítica da economia, do que considerar o fator “espaço” como algo mais relevante. No entanto, fatores como localização de mão de obra, recursos naturais, ou outros que pudessem demonstrar vantagens competitivas em recortes territoriais passaram a ser considerados nas análises tornando, assim, os estudos econômicos regionais cada vez mais frequentes.

A dificuldade na obtenção de dados qualificados que pudessem embasar abordagem socioespacial nas análises econômicas é um exemplo de fator limitante, assim como as diferentes opções metodológicas decorrentes das diferentes possibilidades de recortes espaciais, que poderiam ser definidos como eixos, polos, corredores, clusters.

Outro fator importante refere-se à corrente percepção, durante os anos 70 e 80, de que as forças do mercado seriam os “mecanismos propulsores para alcançar a eficiência econômica” (NASSER, 2000), em detrimento do pouco destaque dado às políticas regionais.

Por outro lado, a emergência dos problemas regionais não solucionados fez com que, a partir da década de 90, com o aprofundamento das desigualdades regionais no âmbito do estabelecimento dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – ENIDS pelos planos plurianuais de 1996 a 2003, surgisse campo de discussão para um novo protagonismo da política regional (SILVA, 2015), paralelamente ao Estado assumindo novo papel na economia pelo seu papel regulatório, pela globalização e “a formação de blocos econômicos que impulsionaram estudos nas áreas para o planejamento e o acompanhamento de políticas internas e de teorias que permitissem explicar a inter-relação entre os blocos e países” (NASSER, 2000).

Se os anos de 1996 a 2003 marcam a instituição dos eixos de desenvolvimento e mantém a fluidez territorial como prioridade face aos estímulos à exportação, já nos anos de 2004 a 2008 o desenvolvimento local ganha protagonismo, com a identificação das regiões deprimidas, o estímulo ao consumo, os programas de participação popular etc. (BRANDÃO, 2012).

A competição internacional e a globalização teriam reduzido a linha divisória entre os diferentes níveis/ escalas da economia, fazendo com que disciplinas de caráter científico como Economia Urbana, Geografia Econômica, Sociologia e Economia Internacional passassem a temas relevantes para os formuladores de políticas, dado que os indicadores de desigualdade se tornam “problema de considerável dificuldade para a economia” com grande potencial de impacto em seu desempenho (NASSER, 2000). A pauta do desenvolvimento regional seria, neste sentido, um esforço para mitigar disparidades exercitado interdisciplinarmente, com foco na desigualdade regional, a envolver diversos elementos do território e suas características geográficas, ambientais, sociais, econômicas e políticas.

NASSER (2000) demonstra, no início dos anos 2000 que, a despeito da emergência de estudos e discussões sobre economia regional nos anos 90, os níveis de desigualdades entre as regiões brasileiras não possuíam tendência aparente de reversão, sendo necessária a adoção de políticas regionais para a resolução de problemas os quais, até então, não possuíam solução

amparada por outras teorias econômicas, ressaltando questões de especialização de mão de obra e custos de transportes como fatores que, se não solucionados em seus espaços, dificultariam a convergência dos níveis de desenvolvimento nacionais. Para além do esforço necessário para a obtenção de dados regionalizados, o critério do recorte regional apareceu, como citado, como fator importante para o entendimento da dinâmica econômica local.

Neste sentido, no âmbito do planejamento regional, conforme COELHO (2017) mesmo a institucionalização da primeira Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, por meio do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, ou PNDR I, revelando-se um avanço normativo no âmbito do esforço governamental de formular e implementar uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil, não teria trazido consigo os instrumentos adequados e necessários para as intervenções concretas nas políticas públicas, como o fortalecimento das superintendências de desenvolvimento, de sua legitimidade institucional ou do fornecimento de instrumentos financeiros efetivos de execução da política

Destacam-se, naquele momento, a definição das áreas prioritárias em escala macrorregional – espaços de atuação das superintendências de desenvolvimento regional, intermediária – semiárido, faixa de fronteira (com a cidade gêmea de Ponta Porã figurando no arco central do Centro-Oeste) e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) e sub-regional- mesorregiões diferenciadas, e a criação da Tipologia da PNDR como um novo paradigma de recortes e escalas regionais, baseada numa forma de classificação das microrregiões utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para fins de elaboração de políticas públicas regionalizadas. Importa ressaltar, também, a recriação da SUDAM e da SUDENE, logo depois, da SUDECO, em 2009 (SILVA, 2015). Vê-se, ali, uma abordagem multiescalar que considera a complexidade das regiões brasileiras numa diferenciação espacial que permitiria leituras e propostas de ações com vistas à diminuição das desigualdades regionais.

No que diz respeito ao planejamento da região Centro-Oeste, na mesma época, a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SCO, do Ministério de Integração Nacional - MI, apresentou o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PEDCO (2007- 2020). Não tendo sido concebido como um plano do governo federal, seu intuito foi demarcar campo referencial de “negociação e implementação articulada de projetos de desenvolvimento” pela

sociedade, atores sociais e agentes públicos e, por seu longo prazo, uma “base estratégica para futuros governos brasileiros e seus parceiros nos Estados da Região” (Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, 2007).

O plano apresentava como vetores estratégicos de desenvolvimento, depois paulatinamente validados e incorporados na sua essência pelos planos posteriores (SUDECO, 2017 e 2019):

- 1) Democratização e melhoria da gestão pública;
- 2) Gestão ambiental e recuperação do meio ambiente;
- 3) Melhoria da educação e fortalecimento do sistema de P&D;
- 4) Ampliação da infraestrutura social e urbana;
- 5) Ampliação da infraestrutura econômica e logística e
- 6) Diversificação e adensamento das cadeias produtivas e uma carteira de projetos específica para cada programa.

O PEDCO 2007-2020 estabeleceu interessante conjunto de diretrizes e pressupostos para sua gestão, como, por exemplo, a utilização de referencial estratégico para a sociedade regional; a abordagem em múltiplas dimensões (cultural, ambiental, tecnológica, institucional, etc.) e recortes territoriais; a participação da sociedade; a organização de rede de instituições e organizações articuladas, amparadas e estruturadas por instâncias colegiadas de acompanhamento e deliberação que atuassem em convergência e complementaridade, dentre outros.

Estes pressupostos parecem convergir para o que foi discutido posteriormente por atores institucionais dando origem à nova PNDR, ou PNDR II. Neste sentido de aproximação, a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional – I CNDR, ocorrida em 2013, na forma de amplo debate social nacional com representantes dos Estados brasileiros e do Distrito Federal, e para além de novas diretrizes que embasassem nova Política Regional nacional mais condizente com a realidade imposta pelas desigualdades regionais, trouxe a proposta de criação de um *funding*, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FNDR, capaz de garantir a implementação dos objetivos da nova PNDR, com gestão subordinada ao anterior MI.

Neste contexto, a PNDR II traria também, a proposta de definição e fortalecimento de mecanismos de governança do desenvolvimento regional, o que depois se concretizou com a instituição da nova Política, onde foram instituídas as Câmaras de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, o Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e o Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional.

A dimensão de cooperativismo entre os entes federativos, de forma que se revertesse “a tendência de concentração de investimentos” e propiciasse “o enraizamento das condições locais de competitividade” (IPEA, 2013), ou seja, o pacto federativo, foi apontado como necessário, também, pela I CNDR.

Uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, portanto, deveria fundamentar-se nesta “mobilização planejada” de ações estadual, distrital e municipal, pública e privada, cenário onde as Superintendências de Desenvolvimento exercem importante papel de intermediadoras em escala macrorregional e sub-regional em seus espaços prioritários. Este momento ainda é apontado por SILVA (2015) como um momento em que o planejamento regional estaria “inserido num complexo processo de retomada, de ressignificação e de inovação de seus paradigmas norteadores”, como um novo desenvolvimentismo associado ao papel do Estado e das políticas públicas, o impacto da globalização nas teorias sobre o território, e outros aspectos como o fortalecimento da abordagem multiescalar e do planejamento participativo.

Em 2017, acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU (1.655/2017, 2.388/2017 e 1.827/2017) davam conta, dentre outros, de que a PNDR anterior não vinha cumprindo satisfatoriamente seu objetivo de redução das desigualdades regionais, considerando a evolução do PIB do Norte e Nordeste em relação ao panorama nacional, e que a desarticulação interinstitucional entre o então Ministério da Integração Nacional e suas vinculadas seria um elemento de fragilidade para consecução dos objetivos da Política.

Naquele contexto está o esforço empreendido, a partir de 2018, de instituição de grupos de trabalho pela Casa Civil da Presidência da República para colocar em pauta e buscar soluções para aquelas questões. Especificamente, o grupo de trabalho GT1 – Avaliação da Política

Nacional de Desenvolvimento Regional (MI/ Casa Civil/ MPOG/ STN/ IPEA/ Superintendências de Desenvolvimento/ BB/ BNB/ BNDES/ ENAP/ CADE), teve como objetivo geral realizar revisão e aperfeiçoamento da PNDR e de seus instrumentos, instituindo novos marcos legais, além de regularizar o funcionamento da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

Suas atribuições formais foram:

- 1) formalizar e reinstalar a nova Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional;
- 2) instituir novo marco legal da PNDR;
- 3) discutir a ampliação da atuação e das atribuições da SUDAM, SUDENE e SUDECO;
- 4) discutir as características do Plano Regional de Desenvolvimento do Norte (PRDNO) – atualmente denominado Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) e do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO); e
- 5) discutir medidas de fortalecimento institucional da SUDENE, SUDAM e SUDECO para garantir o cumprimento das suas atribuições.

Ao final de 2018, como uma das fases dos trabalhos do GT1, foi realizada oficina intitulada “Do Planejamento Regional à Ação Governamental: Construindo Estratégias e Convergência”, com coordenação do MI e apoio do MPOG, da ENAP e do IPEA, que construiu, junto com as Superintendências, uma Agenda Estratégica Macrorregional visando a elaboração dos planos regionais de trabalho a serem remetidos para o PPA e que definiu:

- 1) aposta estratégica para cada macrorregião;
- 2) eixos de atuação articulados com a PNDR em curso;
- 3) ações por eixo e, após a oficina;
- 4) articulação das principais políticas públicas do PPA vigente com a aposta estratégica.

O documento derivado daquele contexto, denominado Agendas Estratégicas, organizou um conjunto de propostas articuladas em torno da ideia-força de que, para a região Centro-Oeste,

traduziu-se como a *agregação de valor e diversificação econômica sustentável nas regiões com forte especialização em commodities, priorizando a atuação nas cidades médias e em suas áreas de influência.*

Portanto, como ápice deste processo de construção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019, que instituiu a nova PNDR, ou PNDR II, se norteia pelas estratégias de *estimular e apoiar processos e oportunidades de desenvolvimento regional, em múltiplas escalas; e articular ações que, no seu conjunto, promovam uma melhor distribuição da ação pública e dos investimentos no território nacional, com foco particular nos territórios selecionados e de ação prioritária.*

Tendo como pano de fundo a redução das desigualdades regionais, sua abrangência territorial, embora nacional, considera alguns espaços de atuação prioritária em projetos estruturantes, tendo em vista suas necessidades de desenvolvimento, como o Semiárido, a Faixa de Fronteira e as Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE's). A Política considera, ainda, a possibilidade de tipologias específicas como referência para sua atuação, revistas a cada censo demográfico.

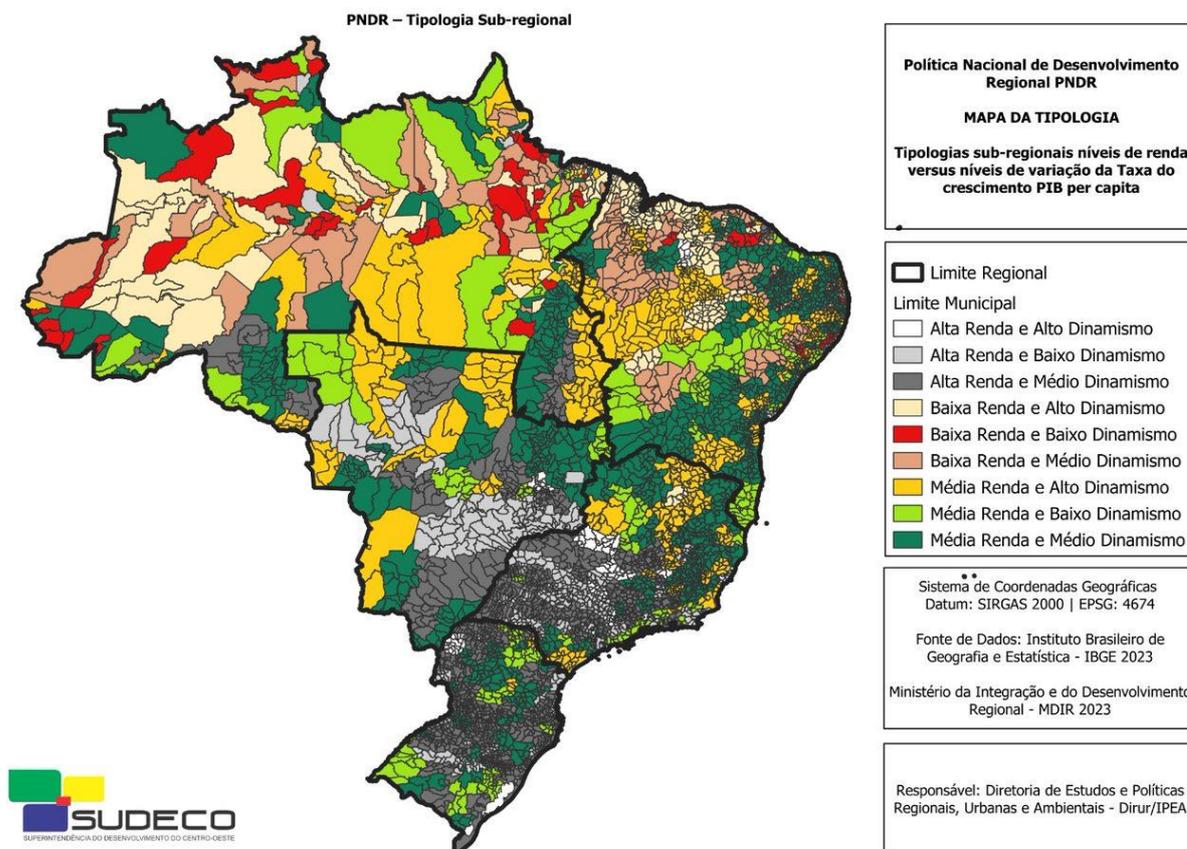


Figura 1 PNDR – Tipologia Sub-regional.
Fonte: IPEA, 2023.

Por seu turno, o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO 2020-2023, absorveu as diretrizes estabelecidas na Agenda Estratégica Macrorregional (2018) e sua aposta estratégica, tendo sido aprovado pela Diretoria Colegiada da SUDECO e pelo CONDEL em 2019, e permanecido em trâmite no Congresso Nacional e não aprovado na forma de Lei. No entanto, permaneceu como elemento norteador de ações na SUDECO, notadamente como definidor de recortes territoriais prioritários em resoluções internas e diretrizes e prioridades espaciais e setoriais do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), por exemplo, assim como nas articulações interinstitucionais na construção de políticas públicas mais condizentes com a Agenda.

Traduzindo o contexto de discussão e elaboração da nova PNDR, a qual ainda não havia sido ainda aprovada à época de sua elaboração, ainda se podia identificar, na proposta do PRDCO 2020-2023, que eventual criação de Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), em

conjunto com a recriação da SUDECO (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009) e a criação, a implementação e o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) representariam uma oportunidade de “continuidade ao processo de redução das desigualdades regionais, em nível macro e microrregional” (SUDECO) e de reestruturação da governança dos órgãos e instituições voltados ao Desenvolvimento Regional, supondo que a nova PNDR permitiria “resolver a questão do estímulo às novas centralidades, adensando e mais bem articulando a rede urbana centro-oestina” (SUDECO, 2019).

2007		1ª PNDR - Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007
2008		Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PEDCO -2008-2020
2013		I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional – I CNDR
2018		Agendas para o Desenvolvimento das Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro – Oeste -SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO PPA 2020-2023
2019		2ª PNDR – Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019
2019		Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – 2020-2023
2023		Consulta Pública – nova PNDR
2023		Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – 2023-2027

Quadro 1 Marco Temporal da Construção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Fonte: SUDECO, 2023.

Em 2023, as revisões dos Planos Regionais de Desenvolvimento pelas superintendências regionais de desenvolvimento das macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - SUDAM, SUDENE E SUDECO - vêm definir nova etapa no planejamento federal das macrorregiões.

O fortalecimento dos instrumentos de planejamento da PNDR, assim como a vivificação efetiva de seus espaços de governança recebem, neste momento, contribuição através da elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027. O Plano privilegia a abordagem multiescalar da PNDR e o recorte para fins de elaboração de políticas públicas: o das cidades médias, potenciais intermediadores da rede urbana regional, com potencial de elevarem-se a novos polos de desconcentração e interiorização do desenvolvimento, e induzirem novas dinâmicas socioeconômicas com vistas à redução das desigualdades regionais.

3. Diagnóstico e caracterização da região Centro-Oeste

3.1. Conjunturas Brasil e Mundo

3.1.1. Conjuntura Brasil e Mundo – COVID-19

A pandemia de Corona vírus ou covid-19 foi decretada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde – OMS. No Brasil, de acordo com o Portal do covid-19, do Ministério da Saúde, até 02.06.2023, foram confirmados 37.601.257 casos, com 702.907 óbitos.

Na região Centro-Oeste os números registrados são de 4.338.150 casos, o que provocou 66.225 mortes. A região teve a segunda menor taxa de mortalidade pela doença e representou 11,5% de todos os casos confirmados no país. De acordo com o portal da transparência do Tesouro Nacional, os gastos do governo em ações e investimentos relacionados ao combate à pandemia até 2022, foram de R\$ 666,2 bilhões.

A velocidade de contágio, combinada com a taxa de letalidade e dificuldades relacionadas à compra e disponibilização de vacinas exigiu a necessidade de isolamento social como medida fundamental para a redução do número de contaminação, a qual produziu efeitos diretos sobre a atividade econômica.

Uma das grandes consequências foi o aumento do desemprego e, portanto, a elevação da informalização. De acordo com a OIT (2020), o impacto nas atividades geradoras de renda foi especialmente severo para os trabalhadores desprotegidos e para os grupos mais vulneráveis e que vivem na economia informal. Nessa situação, parte da população precisou ser assistida com políticas públicas de proteção social.

A doença impactou fortemente a saúde pública do país e do mundo e, por conseguinte, gerou incertezas na economia nacional e mundial. A doença disseminou-se de forma rápida entre a população, o que promoveu várias mudanças, tanto no comportamento das pessoas quanto nos fluxos e nos processos de atenção dos serviços de saúde, que precisavam retardar o avanço dos casos e aliviar os efeitos diretos e indiretos do vírus.

Diante desse cenário, foi necessário adotar políticas de isolamento social, controle de fluxo de pessoas, fechamento total ou parcial do comércio e atividades laborais para combater o avanço da doença que já se alastrava no Brasil e em especial na região Centro-Oeste. Deve-se destacar também o fechamento das fronteiras internacionais do país em especial com o Paraguai e Bolívia, países vizinhos.

Na medida em que a pandemia avançava, ficou claro que muitas famílias e empresas não estavam preparadas para resistir a um choque de renda de tamanha escala e duração, ocasionando um aumento relevante nas desigualdades entre os países e dentro de cada um deles. A crise econômica advinda da pandemia de covid-19 e a outros processos de forte impacto global como as restrições à livre circulação de pessoas, a guerra Rússia - Ucrânia, os elevados gastos no combate a pandemia intensificaram uma crise econômica global que ainda não foi totalmente superada.

Os impactos da pandemia de covid-19 não foram apenas de ordem médica e epidemiológica, mas também sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas, sem precedentes em todo o mundo e em especial no Brasil, um dos países com maior número de vítimas da doença. O resultado na economia traduziu-se em desemprego, acirramento das desigualdades, fechamento de empresas, inadimplência, inflação e perda da renda da população, sendo mais severos nas economias emergentes como o Brasil, onde revelaram e agravaram fragilidades preexistentes.

Os setores econômicos mais afetados em nosso país foram o de turismo e entretenimento, transportes aéreos, ferroviário, metroviário, interestadual e intermunicipal de passageiros e público urbano, serviços de alimentação, indústria automotiva e de transformação (calçados, artefatos de couros, móveis, tecidos, vestuários, borracha, celulose), metalurgia, educação privada, telecomunicações, entre outros, conforme a Portaria n.º 20.809, de 14 de setembro de 2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade.

Mesmo com os impactos causados pela pandemia, o Centro-Oeste, dentre as regiões brasileiras, vem apresentando a maior taxa de crescimento econômico anual, com contribuições positivas em diversos setores. As produções agropecuárias e da indústria de

transformação têm demonstrado avanços significativos, associados ao da construção civil, setor que vem apresentando ampliação do emprego formal e mantendo-se em um ritmo forte de crescimento. A melhoria na indústria de transformação se relaciona à industrialização de alimentos, derivados de petróleo e biocombustíveis e de produtos farmacêuticos.

Mesmo diante de um cenário de recuperação econômica no Centro-Oeste, o impacto causado pela interrupção da cadeia produtiva de alguns setores da economia, resultou em uma diminuição do bem-estar social, ocasionado pela redução do emprego e renda.

Nesse caso, a adoção de um conjunto de políticas públicas de medidas de proteção social pode minimizar esses danos e preservar vínculos empregatícios, bem como priorizar a manutenção e proteção dos setores citados como os mais atingidos pela pandemia e, dessa forma, estimular a retomada do crescimento em bases inclusivas e sustentáveis.

3.1.2. Conjuntura Brasil e Mundo - Guerra Rússia X Ucrânia

Desde o início do conflito em 2022, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, provocou grave crise humanitária e de refugiados. Atingiu os países envolvidos diretamente no conflito, bem como seus vizinhos e com consequências econômicas para o mundo todo, o qual já vinha abalado pela crise ocasionada pela pandemia da covid-19. O aumento do preço de commodities como trigo, gás natural, petróleo, minérios dentre outros produtos de exportação de ambos os países envolvidos impactou negativamente a economia mundial e o preço destas commodities no mercado.

Dentre as principais consequências desse conflito tem-se a escassez de recursos energéticos e oferta de alimentos, em especial o trigo, produto agrícola em que ambos os países são grandes produtores e exportadores. De acordo com matéria da CNN, datada em 01/05/2023², a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), órgão da ONU, afirmou que, até 47 milhões de pessoas em todo o mundo podem ter “insegurança alimentar aguda” por causa da guerra e estima que a redução dos preços dos alimentos básicos, resultado de acordo de exportação de grãos entre os países, impediu, indiretamente, cerca de 100 milhões de pessoas entrarem na pobreza extrema.

² <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/fim-de-acordo-sobre-graos-entre-russia-e-ucrania-pode-impactar-inflacao-no-brasil-dizem-especialistas/> acesso em maio de 2023.

Conforme matéria divulgada pela Forbes³, o acordo de grãos entre os dois países, conhecido como Iniciativa de Grãos do Mar Negro, permite a exportação segura de grãos e fertilizantes em tempo de guerra, através do Mar Negro. O prazo de vigência do acordo seria até julho de 2023. Até aquele momento, no âmbito do acordo, Rússia e Ucrânia forneciam, juntas, um terço das exportações mundiais de cereais (cevada, trigo e milho) além de serem os principais fornecedores de colza e da metade do mercado mundial de óleo de girassol.

Os primeiros efeitos que surgiram no Brasil foram nos preços das principais commodities nos setores de energia e agricultura. Isso expôs a dependência brasileira, já que uma boa parte do PIB do país vem da agricultura que, por sua vez, depende de fertilizantes vindos principalmente da Rússia, sendo ela também um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

Para o agronegócio brasileiro, ao mesmo tempo em que se evidenciou a dependência do país à importação de insumos do Leste Europeu, o aumento do custo de produção, viabilizou o aumento na exportação de trigo, com recorde de safra, sendo a região Centro-Oeste propícia para aumentar a produção de trigo no País. O melhoramento genético e a adaptação do trigo e outros grãos a temperaturas mais altas em áreas de clima tropical pode transformar o Brasil em um grande produtor destes grãos, gerando autonomia produtiva, saldo na balança comercial e novas oportunidades de expansão do mercado agrícola brasileiro.

Com relação ao setor de energia, o governo brasileiro precisou tomar medidas para diminuir os impactos nos preços dos combustíveis e energia, como foi o caso da isenção de tributos, auxiliando o preço da gasolina, do diesel e da eletricidade a ficarem sob controle.

Além do mais, o conflito bélico também significou mudanças e oportunidades no setor de energia. A busca por fontes alternativas de energia, como o hidrogênio verde, considerado o combustível do futuro e o substituto dos combustíveis fósseis, mostrou que o Brasil tem a chance de se tornar um grande exportador desse novo ativo, o qual deve movimentar, em

³ <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/05/acordo-de-graos-do-mar-negro-avanca-lentamente-apos-extensao> acesso em maio de 2023.

algumas décadas, uma boa parte desse mercado. Além disso, devem ser consideradas outras fontes de energia limpas e renováveis como solar e eólica, dentre outras.

Essa perspectiva gera para o Centro-Oeste, detentor da maior participação de fontes renováveis em sua matriz energética, ótimas oportunidades de novos negócios e melhoria na política de atração de investimentos, bem como expansão da atividade produtiva, autonomia energética e maior geração de emprego e renda no campo e nas cidades.

Outra externalidade advinda da percepção brasileira da sua vulnerabilidade frente à dependência do mercado internacional de fertilizantes foi a criação do Plano Nacional de Fertilizantes, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que tem por objetivo fortalecer políticas de incremento da competitividade da produção e da distribuição de insumos e de tecnologias para fertilizantes de forma sustentável no país, medidas estas que devem diminuir a dependência externa e ampliar a competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

3.1.3. Conjuntura Brasil e Mundo - Brasil e OCDE

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, organização econômica intergovernamental, atualmente formado por 38 países⁴, representa próximo à metade do PIB Global. O seu foco é estimular o desenvolvimento econômico e o comércio mundial.

Embora não seja membro da OCDE, o Brasil, por ser a maior economia da América Latina e uma das maiores economias do mundo, possui status de “Participante” e, desde que se tornou Parceiro Chave, em quase três décadas de parceria, tem aumentado gradualmente a sua participação nos órgãos e projetos importantes para a instituição, enriquecendo o trabalho e auxiliando a encontrar soluções para desafios globais.

Nesse momento, o país encontra-se em processo de adesão à OCDE, pois, uma vez membro da organização, espera-se maior credibilidade junto ao mercado internacional, abertura ao

⁴ Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia.

comércio exterior, aumento dos investimentos externos, melhoria na educação e nos resultados de governança, desburocratização de processos e regras tributárias, economia sustentável e, sobretudo, crescimento do Produto Interno Bruto Brasileiro.

A formalização do ingresso irá trazer desafios, como a implantação de ações para o combate à corrupção, ações voltadas à educação como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), ações de combate ao desmatamento e queimadas, manutenção das leis e normas infralegais em meio ambiente, sem redução das proteções e atendimento às metas do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima.

O Brasil já segue grande parte das regras e tem aproveitado a oportunidade de discutir questões e desafios políticos importantes num contexto multilateral e de aprender com as experiências dos países membros que enfrentam desafios semelhantes em diversas áreas.

O relacionamento também tem beneficiado os membros dessa organização e as economias não OCDE, permitindo-lhes adquirir uma melhor compreensão do Brasil, à medida que o país se torna um ator importante na economia globalizada.

3.1.4. Conjuntura Brasil e Mundo - Mudanças Climáticas

As mudanças climáticas têm se tornado tema cada vez mais presentes em discussões e pesquisas em todo o mundo. No Brasil, a região Centro-Oeste é uma das áreas mais afetadas por essas mudanças, apresentando impactos ambientais e socioeconômicos significativos.

A região é caracterizada por clima predominantemente tropical úmido e semiúmido, com duas estações bem definidas, sendo um inverno frio e seco e verão quente e chuvoso, estando vulnerável à ocorrência de secas prolongadas, aumento de temperaturas, eventos climáticos extremos como enchentes e tempestades, além da redução da disponibilidade hídrica.

As concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, como o dióxido de carbono, vêm aumentando desde a Revolução Industrial, provocando, gradualmente, aumento da temperatura média do planeta. Como resultado, o Centro-Oeste tem experimentado uma série de alterações nos padrões climáticos que podem afetar a economia local, que se baseia no agronegócio, além de trazer grandes prejuízos à sociedade e à biodiversidade.

Esses fenômenos climáticos podem afetar diretamente a produção agropecuária, a fauna e flora, a disponibilidade de água potável para consumo humano, que são importantes setores e serviços da economia brasileira, como também contribuir para o aumento da vulnerabilidade de comunidades rurais e indígenas, que compõem importante parcela da população regional.

Estudo do World Wildlife Fund (WWF) mostra que a cadeia de valor da produção ao consumo de alimentos é responsável por mais de 50% do consumo de água doce em todo o mundo, gerando cerca de 30% de todas as emissões de gases de efeito estufa.

Desta forma, a agropecuária, especialmente a produção de soja, milho e proteína animal, devem oferecer medidas compensatórias, como a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, recomposição de áreas degradadas e redução da dependência de combustíveis fósseis, assim como adoção de práticas agrícolas de baixo carbono e aquelas que proporcionem benefícios sociais com aumento de renda do produtor e redução da insegurança alimentar. A agricultura sustentável é tendência em todo o mundo e, com a crescente demanda por alimentos saudáveis, a região tem grande potencial nesse segmento, dada a sua abundância de terras, recursos naturais e produção agropecuária.

Investimentos em tecnologia para a agricultura de precisão, fontes de energia renováveis, biocombustíveis, gestão de recursos hídricos, turismo sustentável e ciência, tecnologia e inovação são exemplos de atividades com potencial para promover soluções sustentáveis e mitigar os impactos das mudanças climáticas.

Outras medidas são necessárias para contribuir para o combate às alterações no clima, como o estabelecimento de sistemas de informações ambientais; o ordenamento do uso da terra, o zoneamento de risco e a identificação de áreas vulneráveis; pesquisas e modelagem, simulação e concepção de cenários integrados, além do fomento à pesquisa.

O desenvolvimento sustentável mostra-se como alternativa para garantir futuro saudável e próspero para todos. Além disso, é importante que haja adoção de medidas coordenadas entre governos, empresas e sociedade civil para enfrentar esses desafios de forma colaborativa e efetiva.

3.1.5. Conjuntura Brasil e Mundo - Recursos Hídricos

A região Centro-Oeste possui vasta extensão territorial, composta por mais 1,6 milhão de km², sendo banhada por diversas bacias hidrográficas importantes, como as dos rios Paraguai, Paraná, Araguaia-Tocantins e São Francisco, conforme **figura 2**.

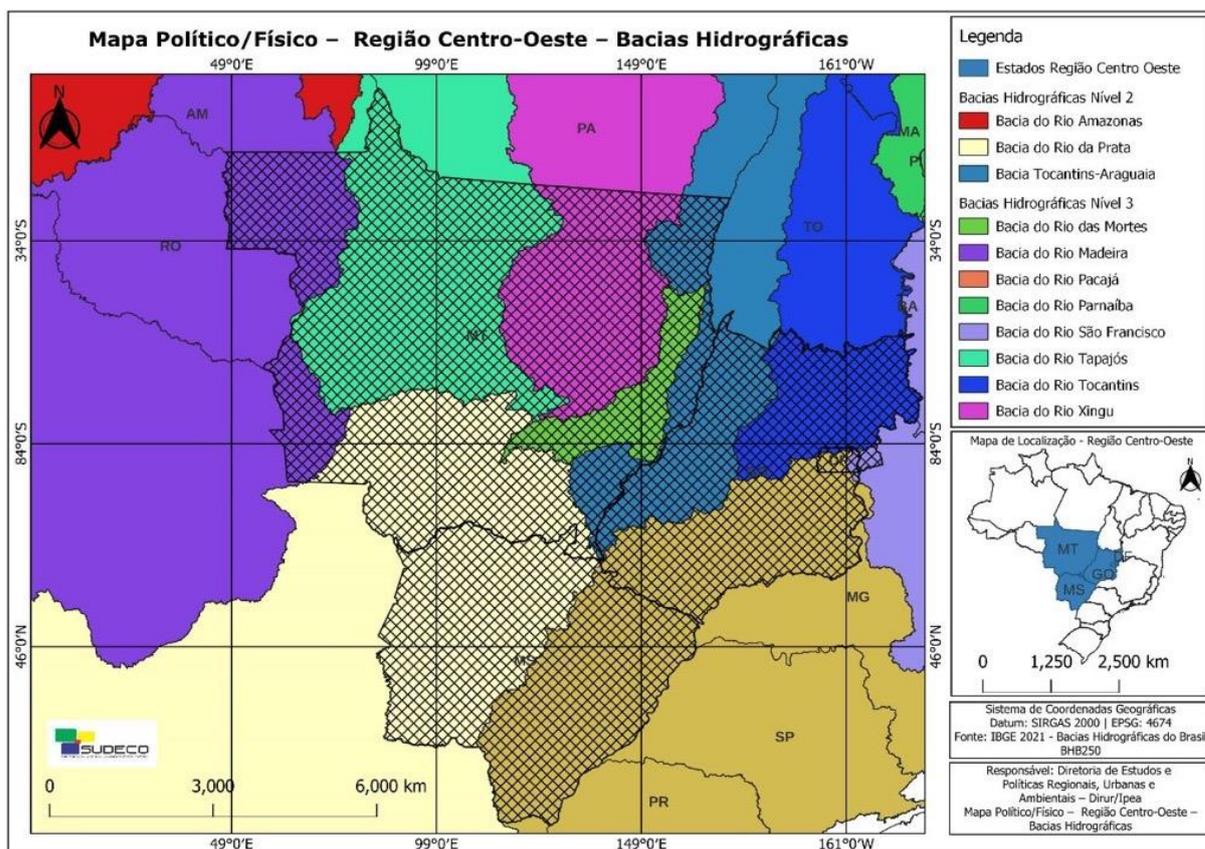


Figura 2 Bacias hidrográficas – Centro-Oeste.
Fonte: IPEA, 2023.

Apesar de contarmos com grandes rios, eles apresentam variabilidade de vazões ao longo do ano, com período de cheias geralmente ocorrendo de outubro a maio, durante a estação chuvosa, e um período de vazante, de junho a setembro, durante a estação seca.

A pluviometria da região é influenciada por fatores geográficos e climáticos, sendo que, a topografia influencia diretamente na distribuição das chuvas, onde as áreas mais elevadas, como os chapadões e as serras, recebem mais chuvas do que as áreas de altitude mais reduzida, como as planícies aluviais.

Além disso, a região sofre influência de fenômenos climáticos como o El Niño e a La Niña, que afetam a temperatura e a umidade do ar e podem levar a secas prolongadas ou enchentes. Esses fenômenos têm especial importância na região, com grande vocação agropecuária, sendo responsáveis, inclusive, pela cheia e drenagem da planície pantaneira e pela imposição de restrições à navegação em alguns trechos dos rios no período seco.

A região Centro-Oeste também é abastecida por dois aquíferos de grande importância. O Aquífero Guarani é o maior aquífero transfronteiriço do mundo e se estende por uma área de cerca de 1,2 milhão de km², abrangendo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Já o Aquífero Bambuí se estende pelos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia e São Paulo. Esses mananciais apresentam água subterrânea de boa qualidade, sendo adequada para irrigação e abastecimento humano.

Os recursos hídricos são fundamentais para a sobrevivência e desenvolvimento de diversas atividades, tais como agricultura, pecuária, indústria, saneamento básico, geração de energia elétrica e navegação.

A agropecuária é o principal setor consumidor de água no mundo, responsável por mais de 50% do uso global de recursos hídricos. Neste contexto, o Centro-Oeste é a região brasileira que mais se destaca na produção de grãos, isso se deve, em grande parte, à utilização da irrigação, especialmente o pivô central, uma das principais técnicas para garantir a produção em períodos de seca prolongada.

Um grande desafio da irrigação é a disponibilidade hídrica. Para contornar esse problema, a região vem investindo em tecnologias de captação e armazenamento de água, como represas e reservatórios, além de técnicas de gestão da água, como a irrigação por demanda, que permite otimizar o seu uso nas lavouras.

A indústria também é um setor consumidor de grandes volumes d'água na região Centro-Oeste. Dentre as atividades industriais que mais consomem recursos hídricos em seus processos destacam-se a de alimentos, bebidas, mineração, papel e celulose, química e têxtil. Cada um desses setores apresenta particularidades em relação ao uso de água em seus processos produtivos, mas todos têm em comum a necessidade de utilizar grandes quantidades de água em seus processos.

Dados regionalizados da Agência Nacional de Águas (ANA), conforme **figura 3**, demonstram a evolução da vazão de retirada ao longo das décadas a partir de 1970, projetando uma expansão para 2023 e 2040 condizente com um aumento no uso da água principalmente para irrigação, seguida do uso animal, cujos percentuais em 2022 perfazem, respectivamente, 45,6% e 23,3% do total.

Entre diversos setores da economia, nota-se que a utilização de água é essencial para o processo produtivo, mas é relevante destacar que a gestão dos recursos hídricos deve ser feita de forma sustentável, com a utilização de tecnologias de tratamento e reuso de água, além de implementação de políticas de redução de desperdício e consumo consciente.

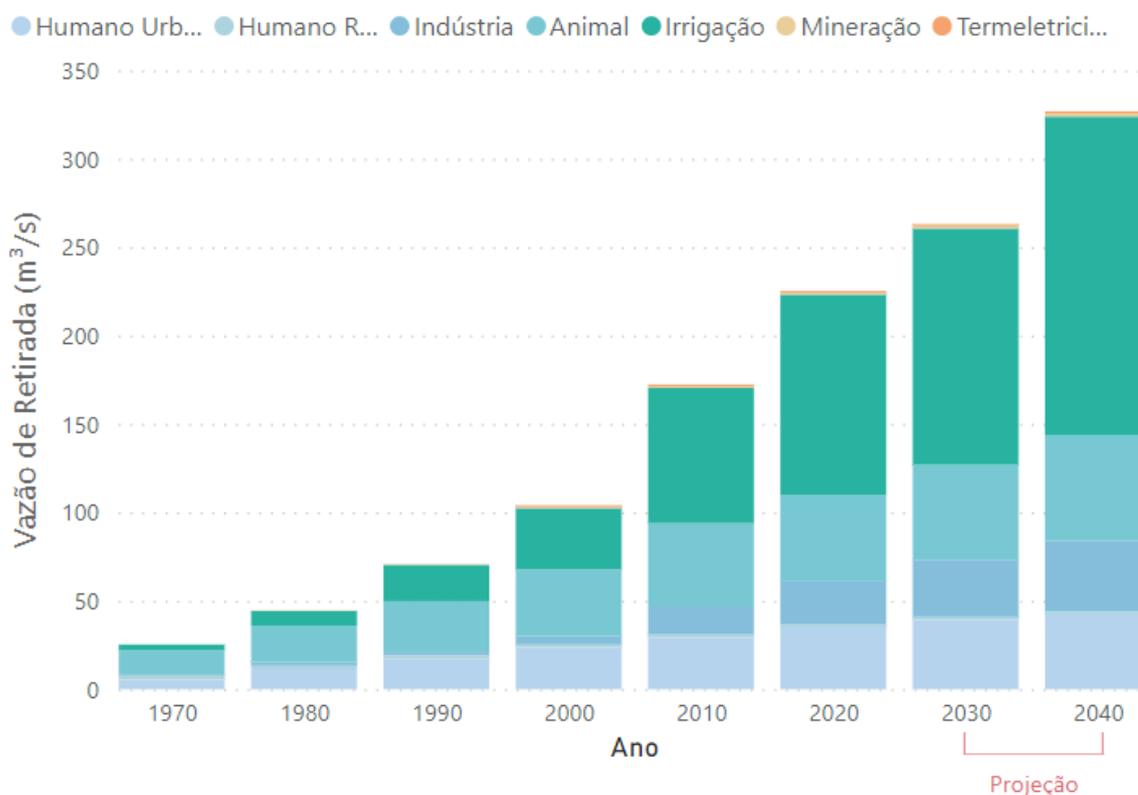


Figura 3 Evolução dos usos 1970-2040 (projeção) - Centro-Oeste
Fonte: ANA, 2023.

Quanto aos serviços de saneamento básico, entre os mais significativos oferecidos à população estão: o fornecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto e drenagem urbana. No Centro-Oeste, apesar de ser região rica em recursos hídricos, o acesso a estes serviços de saneamento básico ainda é desafio para muitos municípios.

Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2022), em 2021, apenas 68,4% da população urbana da região Centro-Oeste tinha acesso à rede de esgoto, sendo que, apenas 60,5% do esgoto recolhido sofreu algum tipo de tratamento antes de serem lançados nos corpos d'água. Em relação à rede de distribuição de água, segundo o SNIS, 97,8% da população da região tinha acesso à água encanada. Ainda, segundo o Sistema, naquele ano, 18,7% dos municípios da região não contavam com qualquer serviço de drenagem urbana.

Um dos maiores empecilhos para a melhoria do saneamento básico é a falta de investimentos. Muitos municípios enfrentam dificuldades financeiras para garantir a prestação dos serviços, o que pode comprometer a qualidade de vida da população e gerar impactos negativos na saúde pública e no meio ambiente. Além disso, a região enfrenta desafios específicos, como a grande extensão territorial e a presença de áreas rurais dispersas, que dificultam a expansão dos serviços de água e esgoto. A geração de energia elétrica é outro fator relevante relacionado ao uso dos recursos hídricos, onde a água é utilizada para mover turbinas de hidrelétricas ou para o resfriamento de usinas termelétricas.

Outra questão importante é a preservação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e das reservas legais, fundamentais para a manutenção da quantidade e da qualidade das águas e da biodiversidade da região. sendo necessárias ações de fiscalização e monitoramento, a fim de garantir o cumprimento das leis ambientais.

Apesar de todas as dificuldades inerentes à gestão dos recursos hídricos, a região traz grandes oportunidades. Serviços voltados à tecnologia de gestão de água, que permitam sua utilização mais eficiente em diferentes setores, utilizando tecnologias para monitoramento, tratamento e reuso de água têm uma excelente perspectiva na região. Além disso, serviços de consultoria e engenharia, especialmente na gestão integrada de recursos hídricos, modelagem hidrológica, tratamento de efluentes, reuso de água, monitoramento ambiental e estudos de impacto ambiental, também representam boas oportunidades.

Os desafios relacionados aos recursos hídricos são muitos e sua adequada gestão é uma questão fundamental para a sustentabilidade, tornando necessários pactos pela governança da água que envolvam e articulem as ações de gestão, monitoramento e regulação nas diferentes esferas governamentais, em consonância com as especificidades de cada local.

3.1.6. Conjuntura Brasil e Mundo - Produção de Fertilizantes

Os latossolos dominam as paisagens do Centro-Oeste, principalmente nas regiões de cultivos agrícolas. Uma característica desses solos é a sua baixa fertilidade. Entretanto, aplicações corretas de calcário e adubação com cultivares adaptadas fazem da região a maior exportadora de soja do Planeta e o terceiro maior produtor de milho e feijão. Mais de um terço da produção mundial de açúcar é gerado também nesse espaço, conforme levantamento realizado pela Embrapa.

Pela legislação brasileira, fertilizante é definido como “substância mineral ou orgânica, natural ou sintética, fornecedora de um ou mais nutrientes de plantas” (BRASIL, 2004). São produzidos em indústrias químicas com alta concentração dos minerais essenciais NPK (Nitrogênio, Fósforo, Potássio) para o desenvolvimento das plantas.

Dados do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA (2022) mostram que o Brasil é responsável por cerca de 8% do consumo global de fertilizantes, ocupando a quarta posição, atrás apenas da China, Índia e dos Estados Unidos.

Os fertilizantes são os principais insumos para produção agropecuária nacional. Dados do Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) apontam que mais de 80% dos fertilizantes utilizados na agropecuária nacional são importados de um mercado de poucos fornecedores.

A falta de políticas de incentivo à produção nacional leva o país a se tornar cada vez mais dependente do insumo importado, que além de deixar de gerar empregos na sua produção, externaliza recursos e, torna o país vulnerável às crises mundiais, como foi com a Pandemia de COVID19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia, onde esses eventos impactaram diretamente nos fluxos globais de comércio, dificultando a logística, entrega, exportação e importação de fertilizantes.

Segundo Plano Nacional de Fertilizantes 2050, publicado em março de 2022, os países que lideram o ranking de maiores exportadores de fertilizantes para o Brasil são Rússia, China, Canadá, Marrocos, Bielorrússia, Catar, Estados Unidos, Alemanha e Holanda.

Como alternativa para redução do gargalo da dependência dos fertilizantes importados, os centros de pesquisa têm se dedicado a desenvolver produtos que atendam a demanda

nacional pelo insumo como os fertilizantes organominerais e orgânicos, os bioinsumos e biomoléculas, os remineralizadores e os nano materiais. Esses produtos inovadores podem gerar oportunidades de empregos, renda, arrecadação e desenvolvimento regional.

Devido às pesquisas realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Universidade de Brasília (UnB) o uso de remineralizadores, ou rochagem como também é conhecido, tem se intensificado no Centro-Oeste. O seu uso possibilita a correção de possíveis deficiências minerais do solo e promove uma absorção mais eficiente dos nutrientes pelas culturas, o que contribui para o desenvolvimento sustentável da agricultura e conseqüentemente a redução da dependência do setor por insumos importados.

3.1.7. Conjuntura Brasil e Mundo - Segurança Alimentar

Combater a fome é, sem dúvida, um dos maiores desafios da humanidade. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estima que 800 milhões de pessoas no mundo ainda passam fome. A maioria dessas pessoas vive em algumas das partes mais pobres do mundo, particularmente em países da África, Ásia e América Latina. Mas, mesmo nos países desenvolvidos, o aumento da pobreza e da fome precisa ser documentado. Embora a fome e a desnutrição sejam as manifestações mais brutais da insegurança alimentar e a falta de acesso aos alimentos seja a principal causa, outras dimensões também devem ser levadas em consideração para determinar o que é necessário para alcançar melhores condições alimentares em nível local, regional, nacional e ao redor do mundo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas, a segurança alimentar existe quando em todos os momentos, todas as pessoas têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam às necessidades e tendências alimentares para uma vida ativa e saudável. Este conceito refere-se ao direito de toda pessoa em obter alimentos nutritivos, de alta qualidade, que atendam às suas necessidades diárias e não contenham ingredientes químicos que possam ser prejudiciais à saúde humana.

Em 2015, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem atingidos até

2030. Entre elas, está à meta de “acabar com a fome, conquistar a segurança alimentar, uma nutrição melhorada, e promover a agricultura sustentável” – ODS 2.

A mais recente pesquisa do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI) coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Instituição Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), mostra que 47,1% das famílias brasileiras com crianças menores de 5 anos vivem em algum grau de insegurança alimentar, 38,9% desse montante está no Centro-Oeste.

Alternativas a serem alcançadas para conquistar a segurança alimentar podem estar na produção de alimentos por meio da inovação tecnológica a ser aplicada no campo, tais como agricultura de precisão, sensoriamento remoto, estudos climáticos, etc., no melhoramento genético na agropecuária, potencializando a produtividade tanto na agricultura quanto na pecuária, na gestão dos recursos naturais, promovendo ações para regular o seu uso, controle e conservação, no aproveitamento integral dos alimentos, incluindo, em parte, os não convencionais e na redução do desperdício desde a produção, passando pelo preparo até o consumo.

3.2. A região Centro-Oeste

O Centro-Oeste brasileiro é uma região diversa e complexa, que abriga três grandes biomas brasileiros: Cerrado, Floresta Amazônica e Pantanal, cobrindo uma área de 18,9% do território nacional, sendo maior em extensão territorial do que a Região Nordeste ou do que as Regiões Sul e Sudeste em conjunto.

3.2.1. Demografia, Histórico e Renda na região Centro-Oeste

Com uma população em 2022 de 16,5 milhões de habitantes, correspondendo a 7,9% da população nacional, a Região Centro-Oeste possui a menor população absoluta e segunda menor densidade demográfica do país, porém o maior percentual de crescimento populacional entre as regiões nacionais.

Todo esse conjunto de fatores tem atraído população para a região, dinamizando sua rede urbana, a qual se encontra em processo de expansão e consolidação, o que é corroborado pela taxa de crescimento populacional de 17,3% entre 2010 e 2022, liderando o ritmo de crescimento no país nesse período.

A **tabela 1**, a seguir, mostra os dados gerais das regiões brasileiras e os indicadores de área km², área % total, população, população % total, densidade demográfica e crescimento populacional (2010-2022).

	Área (km ²) 2022	Área % total	População 2022	Pop. % total	Pessoas / km ²	Crescimento populacional 2010-2022
Região Centro-Oeste	1.606.354,1	18,9%	16.492.326	7,9%	10,3	17,3%
Região Norte	3.850.593,1	45,2%	17.834.762	8,6%	4,6	12,4%
Região Nordeste	1.552.175,4	18,2%	55.389.382	26,7%	35,7	4,3%
Região Sul	576.736,8	6,8%	30.685.598	14,8%	53,2	12,0%
Região Sudeste	924.558,3	10,9%	87.348.223	42,0%	94,5	8,7%
Total	8.510.417,8		207.750.291		24,4	8,9%

Tabela 1 Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022 (acesso)/ IBGE: População residente em 2010 – Censo Demográfico 2010 e Área territorial do Brasil, 2022.

Fonte: SUDECO, 2023.

A baixa densidade populacional da Região Centro-Oeste se deve à existência de grandes vazios demográficos ou áreas de baixa densidade demográfica nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, norte e nordeste goiano, havendo, contudo, municípios populosos e com elevada densidade demográfica, com destaque para a capital nacional Brasília/DF, as capitais estaduais Goiânia, Cuiabá e Campo Grande, além das outras cidades médias existentes nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

A **tabela 2** lista os 20 municípios com maior população total da região Centro-Oeste, a partir dos dados prévios do Censo 2022.

Municípios mais populosos		
DF	Brasília	2.923.369,00
GO	Goiânia	1.414.483,00
MS	Campo Grande	942.140,00
MT	Cuiabá	694.244,00
GO	Aparecida de Goiânia	500.760,00
GO	Anápolis	393.417,00
MT	Várzea Grande	315.711,00
MS	Dourados	261.019,00
MT	Rondonópolis	253.388,00
GO	Rio Verde	214.607,00
GO	Águas Lindas de Goiás	208.892,00
MT	Sinop	199.698,00
GO	Valparaíso de Goiás	196.967,00
GO	Luziânia	196.416,00
GO	Senador Canedo	153.522,00
GO	Trindade	149.167,00
MS	Três Lagoas	132.651,00
MT	Sorriso	117.605,00
GO	Itumbiara	113.838,00
GO	Formosa	112.542,00

Tabela 2 Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE) coletados até 25/12/2022.

Fonte: SUDECO, 2023.

Cabe ressaltar que o Distrito Federal é composto da capital federal, município único. Segundo dados do IBGE, corresponde à terceira aglomeração urbana em porte demográfico do país. Brasília e Goiânia, capital do estado de Goiás, constituem um eixo de desenvolvimento regional articulando uma rede de cidades médias como Anápolis (6º município em nº de

habitantes, conforme tabela 2 acima) e outras cidades de menor porte, consistindo na concentração populacional mais significativa da região Centro-Oeste.

A **tabela 3**, a seguir, mostra dados referentes a área km², área % total, população, população % total, densidade demográfica e crescimento populacional 2010-2022 das unidades político administrativas que compõem a região Centro-Oeste.

	Área (km ²) 2022	Área % total	População 2022	Pop. % total	Pessoas / km ²	Crescimento populacional 2010-2022
Distrito Federal	5.760,8	0,4%	2.923.369	17,7%	507,5	13,7%
Goiás	340.242,9	21,2%	6.950.976	42,1%	20,4	15,8%
Mato Grosso do Sul	357.142,1	22,2%	2.833.742	17,2%	7,9	15,7%
Mato Grosso	903.208,4	56,2%	3.784.239	22,9%	4,2	24,7%
Total	1.606.354,1		16.492.326		10,3	17,3%

Tabela 3 Prévía da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022. IBGE: População residente em 2010 - Censo Demográfico 2010. IBGE: Área territorial do Brasil 2022.

Fonte: SUDECO, 2023.

Embora todas as unidades da federação tenham uma taxa de crescimento populacional acima da média nacional, nota-se que esse crescimento é concentrado e desigual do ponto de vista do território. Entre as razões para esse padrão, destacam-se a desconcentração industrial da região Sudeste e a constituição de polos agroindustriais, além da expansão do setor de serviços e da localização da capital federal.

O Estado do Mato Grosso, cuja densidade demográfica é comparável com a da Região Norte, se destaca pela maior taxa de crescimento de seus habitantes, que ocorre especialmente no norte do Estado, em áreas de expansão da fronteira agrícola, associada ao forte crescimento econômico impulsionado pela produção de commodities.

A ocupação do Centro-Oeste, historicamente, esteve marcada por povoados esparsos ligados à exploração mineral, principalmente ouro e diamantes, nas fases finais do ciclo do ouro no Brasil. Com o surgimento do ciclo do café, a agricultura de subsistência no Centro-oeste passa a gerar excedentes para atender à crescente demanda do interior de São Paulo, ao mesmo tempo que aglomerados populacionais no Mato Grosso, no entorno de Cuiabá, passam a exportar produtos agrícolas, em especial, para a Bolívia, Paraguai e Bacia do Prata.

As ferrovias e, posteriormente as grandes vias rodoviárias, moldam a ocupação do território ao longo do final do século XIX e metade do século XX. A visão da grande Marcha para o Oeste, no governo Vargas, deslançada com a criação de Goiânia na década de 30, impulsiona ainda mais esse crescimento. A industrialização mais intensa de São Paulo, após a década de 30, amplia a demanda por bens agrícolas da região, servindo também como estímulo para o fornecimento de alimentos e bens por parte do Centro-Oeste.

A criação de Brasília, conforme Bertran (1988), é viabilizada pela existência dessa produção e dessa incipiente rede de cidades, servindo como impulso ainda maior para consolidação da ocupação do Centro-Oeste, com a ampliação da infraestrutura na região, aliada aos projetos de colonização e expansão agrícola, que culminam no PIN – Programa de Integração Nacional e grandes projetos de polos econômicos na década de 70.

Essa expansão de infraestrutura foi combinada com ampliação de acesso à terra por meio de projetos de colonização, avanços tecnológicos de melhoria de produtividade nos cerrados, liderados pela Embrapa, que fazem com que a agricultura voltada à exportação, notadamente a soja, se consolide na região com impactos significativos sobre a economia local, a rede de cidades e o Produto Interno Bruto da Região⁵.

Os dados históricos de PIB regional do Brasil mostram esse crescimento acelerado da região e aumento do peso da economia do Centro-Oeste na produção nacional. O **gráfico 1** apresenta a participação do PIB do Centro-Oeste na economia brasileira (em laranja considerando o Centro-Oeste como um todo e em azul excluindo o Distrito Federal).

⁵ Dados recentes divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente mostram que apesar da redução do desmatamento na Amazônia, houve crescimento de quase 30% do desmatamento no Cerrado, principalmente em áreas do MATOPIBA, fora do Centro-Oeste, Norte de Goiás e Sudeste do Mato Grosso também apresentam área de alerta de pressão sobre o Cerrado. Esses dados evidenciam a complexidade de se aliar o crescimento da agricultura na região aliada à preservação ambiental de Biomas e complexa rede de bacias hidrográficas.

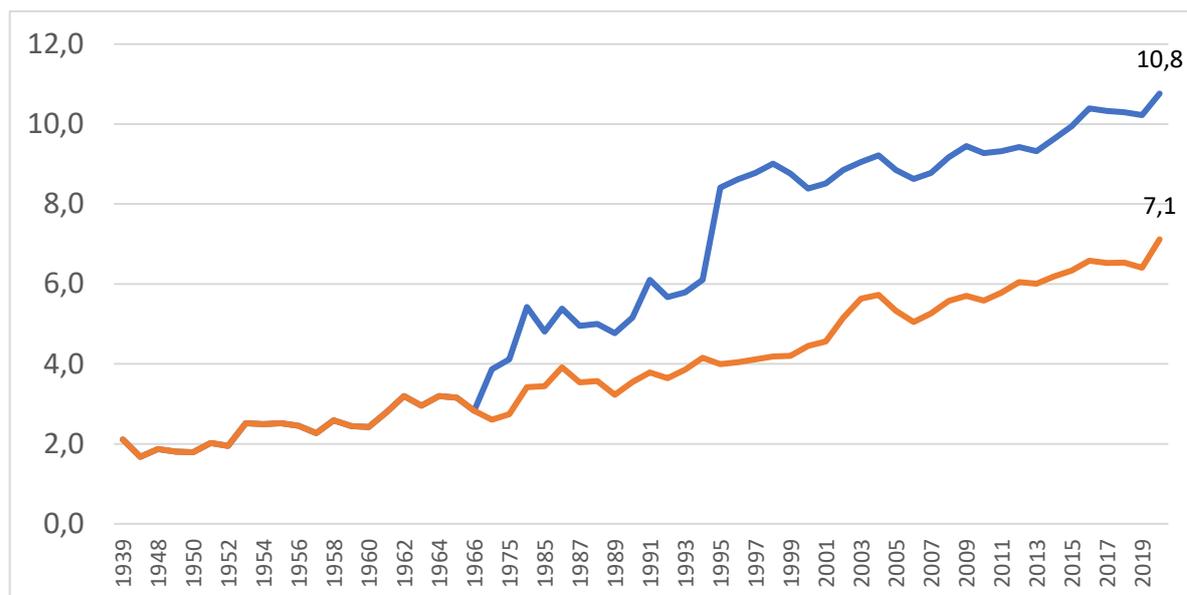


Gráfico 1 Participação PIB do Centro-Oeste no PIB Brasil 1939 a 2020.

Fonte: FGV e IBGE in: IPEADATA, 2023.

A economia do Centro-Oeste passa de 2% de participação no PIB brasileiro em 1939, para aproximadamente 10,8% da economia brasileira em 2020, o que mostra o grande impulso resultante dessas últimas sete décadas na região, ou seja, a economia do Centro-Oeste amplia em cinco vezes sua participação na economia brasileira.

Mesmo desconsiderando o peso do Distrito-Federal, naturalmente elevado por sua condição como capital federal, a participação dos demais estados da região chega a 7% da economia brasileira em 2020, crescimento significativo quando comparado com o ponto inicial da série de 2% em 1939. Esses números evidenciam essa história de ocupação e expansão da economia brasileira em direção ao Centro-Oeste.

Dessa forma, verifica-se na tabela a seguir que o PIB per capita da região Centro-Oeste supera o das demais regiões. No entanto, por se tratar de um indicador relativo, este acaba não revelando a forte concentração de renda existente na região, principalmente na capital federal, nas capitais estaduais e em cidades médias, locais onde há forte dinamismo do setor de serviços, administração pública e finanças, e nos municípios onde se destaca o agronegócio.

A **tabela 4**, a seguir, traz para 2020, o PIB per capita e o PIB 2020 total a preços de mercado (R\$) por Região do Brasil, além da participação relativa de cada região no PIB nacional.

	PIB Per Capita 2020	PIB 2020	% do PIB 2012	% do PIB 2020
Região Centro-oeste	42.501,98	709.720.148	9,4%	10,8%
Região Norte	22.558,97	426.154.208	5,6%	6,5%
Região Nordeste	16.449,81	948.482.932	13,9%	14,4%
Região Sul	37.057,21	1.125.656.065	15,9%	17,1%
Região Sudeste	37.764,29	3.384.923.646	55,2%	51,3%
Total	30.924,76	6.594.936.999		

Tabela 4 Fonte – IBGE: PIB a preços de mercado 2020; IBGE: População residente estimada em 1º de julho de 2020.

Fonte: SUDECO, 2023.

Monteiro Neto e Gomes (2000) destacam o papel importante da expansão de infraestrutura e dos investimentos públicos nos primórdios da ocupação da região, notadamente o papel de destaque dos grandes eixos rodoviários marcando a expansão urbana e a ocupação agrícola do território.

Esse crescimento da economia local, fortemente calcada na expansão do agronegócio para exportação, resulta não apenas na ampliação do peso da economia local sobre as atividades econômicas nacionais, mas em crescente parcela das exportações do Centro-Oeste no total das exportações brasileiras. Esta agricultura voltada à exportação faz com que a dinâmica local da economia esteja fortemente relacionada ao desempenho da economia internacional, preços de commodities internacionais e o crescimento da economia mundial, notadamente os países asiáticos, com especial destaque para a China, como principal destino dessas exportações.

Este crescimento elevado do Centro-Oeste em relação a economia brasileira também reflete em um *catching-up* do PIB per capita dos estados da região com relação à economia brasileira, isto é a renda per capita dos estados da região tem um crescimento consistente desde o final da década de 1980. Ainda que se possa considerar uma história de sucesso e crescimento consistente da região na dinâmica recente do país, a economia brasileira é marcada por períodos de instabilidade e baixo crescimento, sendo inclusive a década de 80 conhecida como década perdida.

A economia brasileira voltou a ter crescimento mais sustentado no início dos anos 2000, diante de um quadro de perda de importância da indústria, com impactos sobre crescimento de outras regiões desenvolvidas do país. A despeito desse desempenho da economia nacional, é notável a história de crescimento da região nessas últimas quatro décadas.

O **gráfico 2**, a seguir, destaca essa dinâmica mostrando a relação entre o PIB per capita de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso⁶ no PIB per capita brasileiro, entre 1985 e 2020. A União Europeia estabelece em 75% o limite do PIB per capita da região em relação ao PIB da União Europeia como um todo. Estando a região abaixo desse limite, seria elegível a fundos específicos da Comissão Europeia. Este critério de 75% do PIB nacional seria depois adotado em certa medida pela PNDR para criar a primeira tipologia de microrregiões no Brasil.

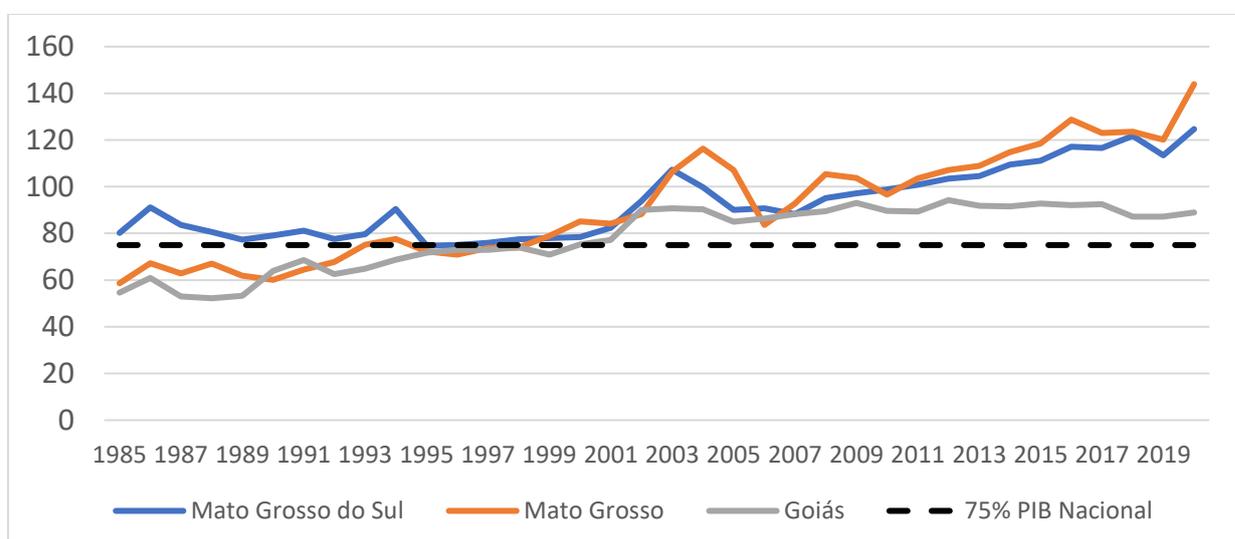


Gráfico 2 PIB per capita dos Estados do Centro-Oeste (excetuando DF) sobre PIB per capita Brasil.
FGV e IBGE in: IPEADATA, 2023.
Fonte: SUDECO, 2023.

Goiás e Mato Grosso, no início da série temporal analisada, estariam um pouco abaixo de 60% do PIB per capita nacional. Mato Grosso do Sul, por outro lado, em 1985 tinha um PIB per capita de pouco perto de 80% do PIB per capita brasileiro.

Observa-se então um crescimento de Goiás e Mato Grosso até meados da final da década 90, de modo que no início dos anos 2000, todos os estados da região encontravam-se acima do

⁶ O Distrito Federal já na década de 80 já possuía uma renda per capita mais elevada que o PIB per capita do Brasil e tem crescimento constante ao longo da série. No entanto, optou-se por destacar o crescimento dos demais estados da Região, que partem de um PIB per capita abaixo da média nacional.

limite de 75% da renda nacional. Com o início do ciclo de crescimento de preços de commodities na primeira década do século XXI, tanto o Mato Grosso quanto o Mato Grosso do Sul atingem o mesmo nível de renda per capita nacional na metade da primeira década desse século.

A partir desse momento, há um descolamento da economia de Goiás que permanece com aproximadamente 85% do PIB per capita nacional, enquanto Mato Grosso do Sul e Mato Grosso crescem de forma consistente até atingir em 2020, 120% e 148% do PIB per capita nacional, respectivamente.

Dada a distribuição intrarregional desse crescimento, a comparação entre Unidades da Federação evidencia a relativa estagnação de Goiás em relação aos demais estados, e uma grande diferença entre a maior renda, a do Distrito Federal e a renda média da região conforme os seguintes dados.

A **tabela 5**, a seguir, traz para 2020 o PIB per capita e o PIB total a preços de mercado (R\$) por Região do Brasil, além da participação relativa de cada região no PIB nacional.

UF	PIB per capita (2020)	PIB a Preços de Mercado 2020	% do PIB 2012	% do PIB 2020
Distrito Federal	77.684,51	240.381.106	35,8%	33,9%
Goiás	27.729,17	199.832.733	31,7%	28,2%
Mato Grosso do Sul	38.827,93	109.897.457	14,2%	15,5%
Mato Grosso	44.743,03	159.608.852	18,3%	22,5%
	42.501,98	709.720.148		

Tabela 5 Fonte – IBGE: PIB a preços de mercado 2020; IBGE: População residente estimada em 1º de julho de 2020.

Fonte: SUDECO, 2023.

Esses dados agregados também mascaram diferenças dentro das próprias UFs, visto que o crescimento impulsionado pela expansão do agronegócio não é uniforme no território, tendo a região de rápida expansão econômica e do agronegócio, convivendo com áreas de exclusão e pobreza como o Entorno de Brasília, periferias das capitais do Centro-Oeste, como Campo Grande, Cuiabá e Goiânia e regiões como o norte de Goiás.

3.2.2. Mercado de trabalho e desigualdade na região Centro-Oeste

Ao focar na taxa de desocupação medida pela PNAD Contínua/IBGE, notam-se, novamente, diferenças entre os estados da Região. O **gráfico 3** apresenta a evolução dessas taxas para as 4 UFs do Centro-Oeste e o agregado do Brasil, a título de comparação.

As regiões dinâmicas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuem taxas de desemprego abaixo da média nacional e têm se beneficiado fortemente da melhoria do mercado de trabalho no pós-pandemia. As taxas de desocupação para os períodos recentes nesses estados ficaram abaixo de 5%.

Por outro lado, o Distrito Federal possui taxa de desocupação acima da média nacional e a queda no pós-pandemia não foi tão acentuada como nos demais estados da Região e mesmo quando comparado ao Brasil. Goiás está em uma situação intermediária, ainda que a taxa de desemprego esteja abaixo da média nacional, este estado ainda apresenta taxas de desemprego mais elevadas que o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

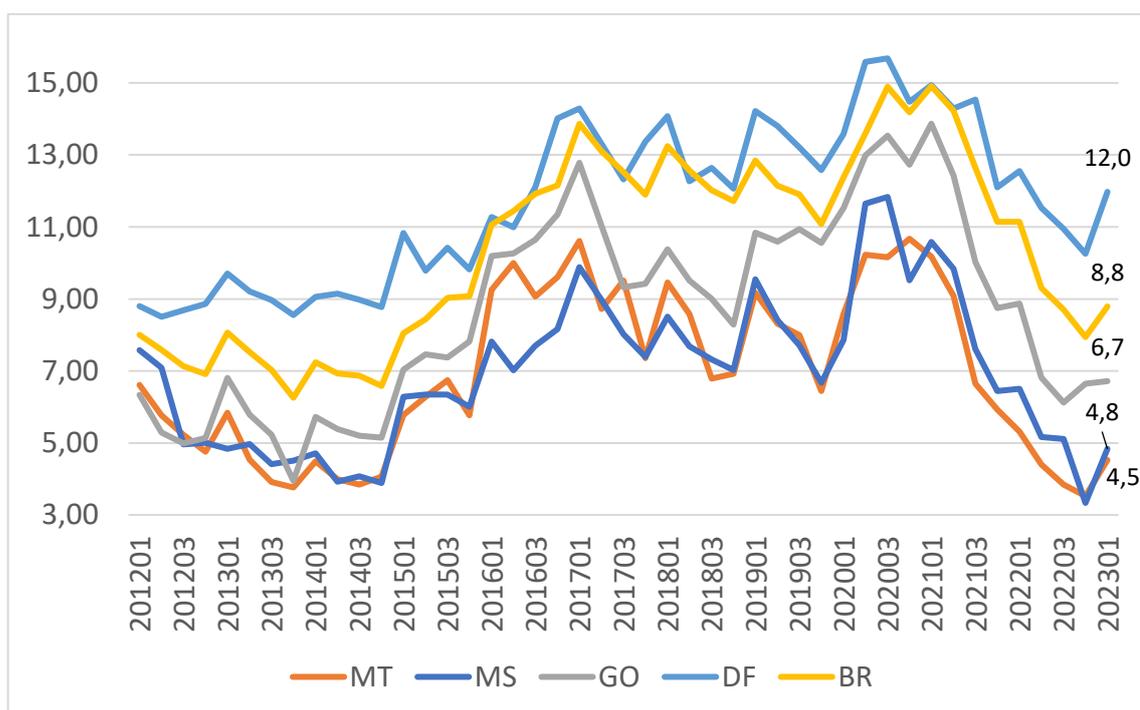


Gráfico 3 Taxa de Desocupação no Centro-Oeste por Unidade Federativa e Brasil – 1º tri 2012 ao 1º tri 2023. IBGE – PNAD Contínua 2023.

Fonte: SUDECO, 2023.

De fato, quando se correlaciona a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2023 e o PIB per capita em 2020, no último ano disponível da série de Contas Regionais, observa-se uma relação negativa, contudo destoa a situação do DF com elevada renda e taxa de desemprego acima da média nacional. Os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão com renda média acima do Brasil e entre as menores taxas de desocupação no país. Goiás, conforme destacado anteriormente, fica numa posição intermediária em relação à taxa de desocupação, ainda que abaixo da média nacional e com PIB per capita abaixo do PIB per capita brasileiro.

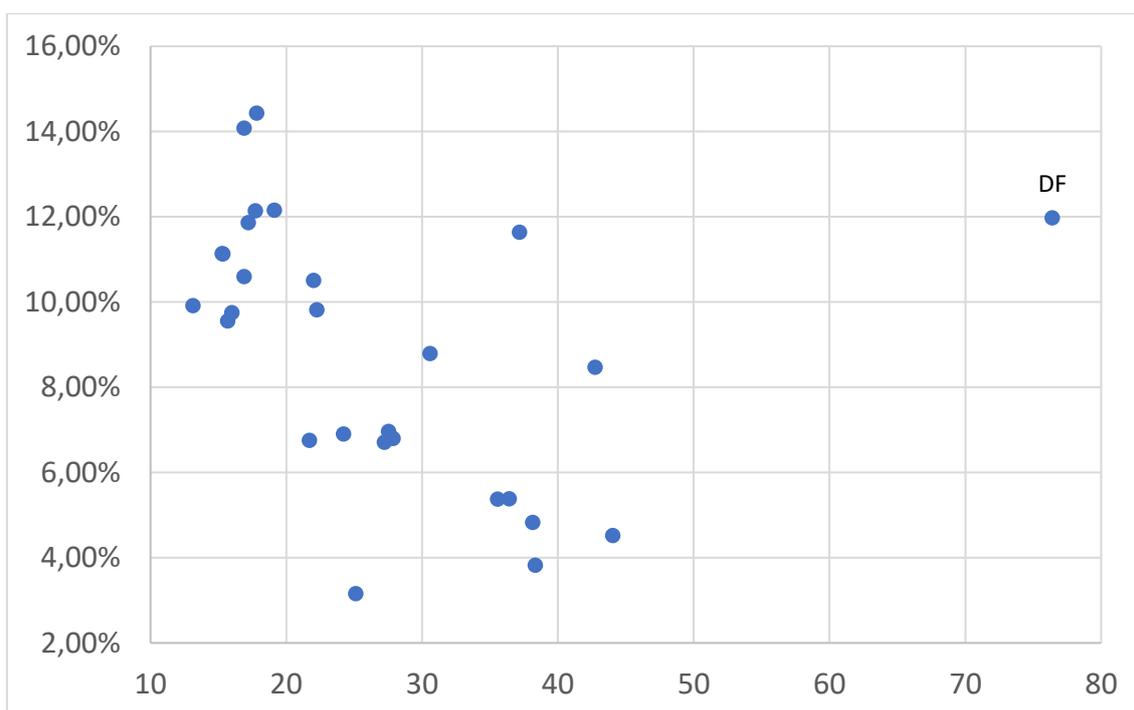


Gráfico 4 Brasil e UFs - Taxa de Desocupação 1º Tri 2023 e PIB per capita 2020. IBGE – PNAD Contínua 2023 e Contas Regionais 2020.
Fonte: SUDECO, 2023.

A **tabela 6** refina um pouco mais os dados conjunturais do mercado de trabalho no Centro-Oeste, contrastando-os com os do Brasil. Em comparação, os estados do Centro-oeste apresentam menores taxas de informalidade, maiores níveis de ocupação e maiores taxas de participação. Ou seja, nessas UFs relativamente mais pessoas participam do mercado de trabalho, mais pessoas em idade de trabalhar estão ocupadas e, relativamente, a informalidade é menor que no restante do país.

UF	TAXA DE INFORMALIDADE	NÍVEL DE OCUPAÇÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO
MT	35,1	63,8	66,1
MS	32,7	65,3	65,1
GO	36,7	61,8	66,2
DF	29,7	63,8	71,1
BR	39,4	57,2	62,7

Tabela 6 Brasil e Centro-Oeste Taxa de Informalidade (%), Nível de Ocupação (%) e Taxa de Participação (%) – 1º Tri 2023/ IBGE – PNAD Contínua 2023.

Fonte: SUDECO, 2023.

Novamente, portanto, revelam-se contrastes entre as UFs do Centro-Oeste. Apesar dos níveis mais elevados de taxa de desocupação, o DF tem uma taxa de participação mais elevada que os demais estados, isto é, menos pessoas estão fora do mercado de trabalho, possui uma informalidade menor que os demais estados, no entanto o nível de ocupação, isto é, a proporção de pessoas ocupadas em idade para trabalhar é menor que os demais estados, o que explica a taxa de desocupação elevada do DF.

Goiás, por outro lado, tem a maior taxa de informalidade da região, ainda que abaixo da média nacional, relativamente menos pessoas ocupadas entre aquelas em idade para trabalhar.

O Mato Grosso do Sul possui a menor taxa de participação, isto é, seria o estado na região com mais pessoas fora da força de trabalho. Por outro lado, possui o maior nível de ocupação na região, ou seja, apresenta a maior proporção de pessoas ocupadas entre aquelas com idade para trabalhar.

O Mato Grosso tem a segunda maior taxa de informalidade da região, com um nível de ocupação igual ao Distrito Federal, contudo possui uma menor taxa de participação, ou seja, comparativamente ao DF, no Mato Grosso menos pessoas estão no mercado de trabalho e parte da menor taxa de desocupação no estado pode ser explicado por uma informalidade maior e por menos pessoas participando do mercado de trabalho.

Em suma, esses dados agregados refletem um mercado de trabalho no Centro-Oeste relativamente mais aquecido que o Brasil com menor taxa de desocupação, com exceção do DF, menor informalidade, ainda que alguns estados como GO e MT estejam em níveis próximos aos observados no Brasil, todos os estados da região também apresentam maior nível de ocupação que o Brasil, bem como maior taxa de participação.

A PNAD Contínua também traz outros detalhamentos dentro de cada unidade federativa. Estes recortes ajudam a explicitar diferenças e heterogeneidades intrarregionais. Para o Centro-Oeste foram estabelecidos 17 estratos geográficos, a **tabela 7**, a seguir, apresenta a lista dos Estratos do Centro-Oeste com a razão da renda domiciliar de cada estrato com a renda domiciliar do Brasil.

Estratos Geográficos	Média 2012-2023	Média 2022-2023	B-A
Campo Grande (MS)	120,7	136,2	15,6
Pantanal de Mato Grosso do Sul	81,4	102,4	21,0
Sul de Mato Grosso do Sul	97,8	112,4	14,6
Nordeste de Mato Grosso do Sul	93,7	97,4	3,7
Cuiabá (MT)	122,7	116,8	-5,9
Entorno metropolitano de Cuiabá (MT)	88,1	95,3	7,2
Colar metropolitano de Cuiabá (MT)	78,7	106,3	27,5
Sudoeste do Mato Grosso	93,1	105,4	12,3
Leste do Mato Grosso	104,9	119,2	14,3
Norte do Mato Grosso	104,4	115,6	11,1
Goiânia (GO)	130,3	141,9	11,7
Entorno metropolitano de Goiânia (GO)	84,1	87,5	3,5
Integrada de Brasília em Goiás	79,5	77,7	-1,8
Norte de Goiás	88,1	81,7	-6,4
Sul de Goiás	94,1	102,9	8,8
Centro-Oeste de Goiás	87,9	88,0	0,1
Distrito Federal (DF)	183,7	180,8	-2,9
Média dos Estratos	102,0	109,9	7,9
Desvio-Padrão dos Estratos	26,1	25,3	-0,8

Tabela 7 Razão do Rendimento Domiciliar dos estratos geográficos do Centro-Oeste em relação ao rendimento domiciliar do Brasil (em pontos percentuais) – 1º Tri 2012 a 1º Tri 2023. IBGE – PNAD Contínua – estratos geográficos 2023.

Fonte: SUDECO, 2023.

Foram feitos dois recortes temporais, a média de todo o período da PNAD Contínua, isto é 2012-2023, e o período mais recente de 1º Trimestre/ 2022 a 1º Trimestre/ 2023. A comparação das duas colunas permite analisar o crescimento relativo de cada estrato com a dinâmica da economia brasileira, bem como a comparação da média do período como um

todo e o último ano serve para indicar a evolução relativa de cada estrato em comparação com os demais estratos e a economia brasileira.

É marcante a evolução dos estratos geográficos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apenas o estrato de Cuiabá apresenta redução no período recente em comparação com a média brasileira, algumas regiões como o Pantanal de Mato Grosso do Sul e Campo Grande apresentam crescimento de 21,0 e 15,6 pontos percentuais em relação ao rendimento domiciliar do Brasil. Estes dados mostram que o crescimento do PIB per capita observado na região impactou o rendimento domiciliar de todos os estratos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O caso de Cuiabá parece ser relevante quando ao mesmo tempo em que há uma redução relativa do rendimento em Cuiabá, há um crescimento expressivo do rendimento no chamado colar metropolitano. De toda forma, nota-se que quase todas as regiões e estratos nesses dois estados estão acima do rendimento domiciliar nacional ou muito próximo, quando se considera a média do período recente.

No entanto, Goiás evidencia uma diferença clara de dinâmica regional, enquanto Goiânia, o Sul de Goiás e o Entorno metropolitano de Goiânia apresentam crescimento em relação média nacional, o Norte de Goiás, o Centro-Oeste e o entorno de Brasília apresentam retração relativa em relação a economia nacional.

Este recorte territorial ajuda a explicar a relativa estagnação de Goiás, onde parece haver um claro problema regional de regiões ao Sul com crescimento e dinâmica econômicas acima da média nacional, enquanto regiões ao norte relativamente estagnadas. Esta relativa estagnação dessas regiões é refletida no nível de renda domiciliar comparativamente ao Brasil com a região integrada de Brasília muito próximo ao limite de 75% da renda nacional, no último ano⁷ da série.

A PNAD Continua nos permite analisar ainda o grau de desigualdade interpessoal de renda dentro de cada estrato, ou seja, pode-se perguntar se esse crescimento relativo

⁷ O Instituto Mauro Borges fez comparativo entre PIB e soma dos rendimentos nesses municípios do entorno de Brasília, para vários deles a soma do rendimento domiciliar supera o PIB estimado pelo IBGE, o que evidencia caráter periférico e de cidade dormitório de muitos desses municípios, com várias famílias auferindo renda no DF.

observado principalmente nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Sul de Goiás teve impacto na melhoria dos indicadores de desigualdade interpessoal de renda dentro dos estratos.

Em outras palavras, pode-se questionar quão inclusivo tem sido o crescimento recente na região Centro-Oeste. Existem diversas maneiras de se responder a essa pergunta, estando além do escopo deste trabalho aprofundar essa relevante questão. A título comparativo, apresenta-se aqui a relação de renda entre os 20% mais pobres e os 20% ricos dentro de cada estrato, e fazendo um comparativo com o mesmo indicador com o Brasil. Assim, é possível verificar o grau de desigualdade na região relativamente ao observado em nível nacional, como também a evolução ao longo tempo do já referido indicador.

O **gráfico 5**, a seguir, apresenta a razão da renda domiciliar do estrato e a renda domiciliar brasileira, no eixo y temos a razão entre a renda domiciliar dos 20% mais ricos sobre a renda dos 20% mais pobres.

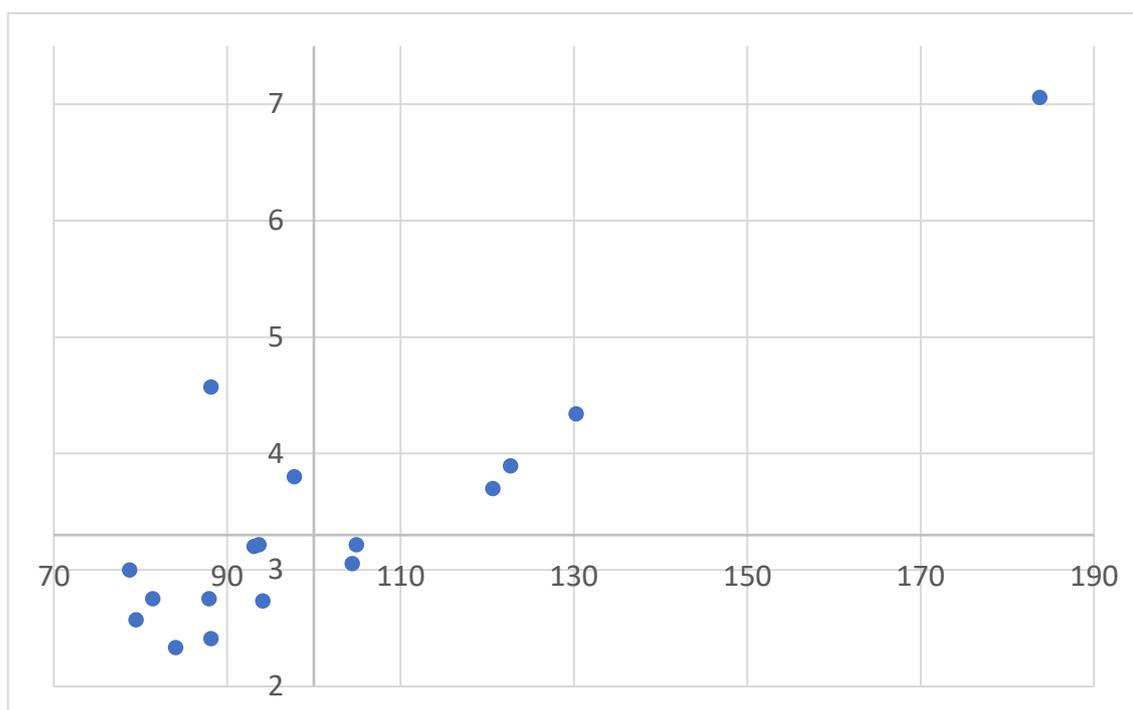


Gráfico 5 Razão 20% mais Ricos e 20% pobres (1º tri/2012) e a razão da renda domiciliar do estrato geográfico e a renda nacional (média de 2012 a 2023) – para estratos geográficos do Centro-Oeste.
Fonte: SUDECO, 2023.

O gráfico foi normalizado nos eixos para comparar com os valores observados na economia nacional. Assim o eixo y corta o eixo x no valor 100 da razão da renda domiciliar, e o eixo x foi

normalizado para o nível de desigualdade do Brasil no início da série. Desta forma, podemos identificar que todo ponto acima do eixo X tem desigualdade mais elevada que a média brasileira, todo ponto abaixo do eixo x tem desigualdade menor que a brasileira.

Por outro lado, todo ponto a direita do eixo y tem renda domiciliar mais elevada que a renda brasileira, enquanto os pontos à esquerda são aqueles abaixo da renda domiciliar nacional. Assim, ficam quatro quadrantes claramente definidos, o primeiro quadrante com renda e desigualdade mais elevada que média nacional.

O segundo quadrante tem desigualdade mais elevada e renda relativamente menor que a nacional. O terceiro quadrante apresenta a combinação de desigualdade e renda relativamente mais baixas que a média nacional e o último quadrante, renda relativamente mais alta com desigualdade relativamente mais baixa.

São apresentados dados de dois períodos para a desigualdade, para a renda relativa foi mantido a média do período de 2012 a 2023. A desigualdade é apresentada para o 1o. tri de 2012 e 4º. Tri de 2020. Assim, é possível notar que vários estratos geográficos em 2012 estavam abaixo da média nacional em desigualdade, também parece haver uma relação positiva entre desigualdade e renda domiciliar.

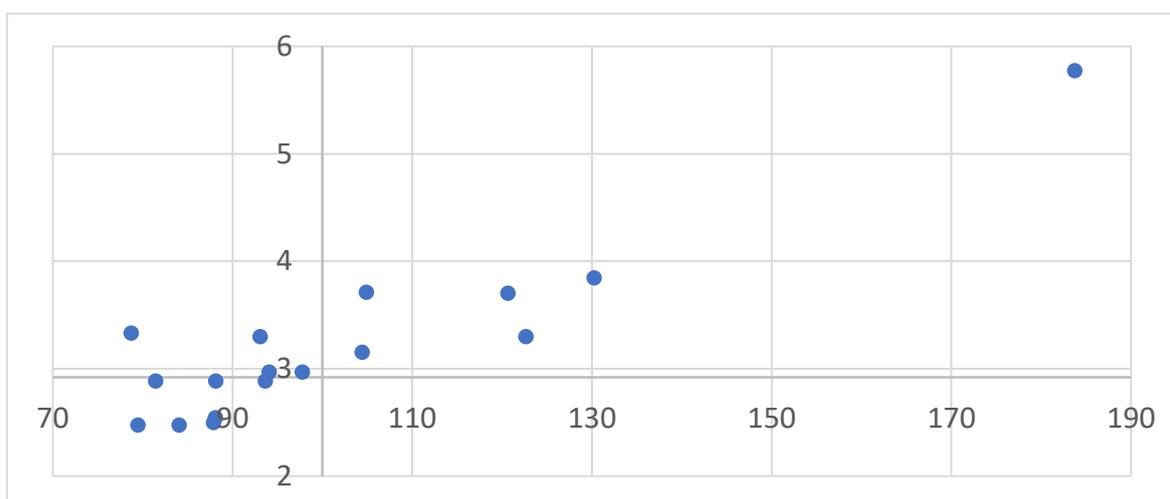


Gráfico 6 Razão 20% mais Ricos e 20% pobres (1º tri/2023) e a razão da renda domiciliar do estrato geográfico e a renda nacional (média de 2012 a 2023) – para estratos geográficos do Centro-Oeste. IBGE – PNAD Continua 2023 – estratos geográficos.

Fonte: SUDECO, 2023.

O gráfico 6 anterior, com os dados mais recentes, mostra mais pontos acima do eixo X, revelando que relativamente mais estratos geográficos dentro da região tornaram-se mais

desiguais dentro no Centro-Oeste comparativamente ao Brasil. O Distrito Federal novamente destoa dos demais estratos do Brasil por apresentar renda elevada e desigualdade muito acima da média brasileira.

Em suma, os dados parecem indicar que o crescimento na região implicou em um relativo aumento de desigualdade, quando comparado ao Brasil, talvez com um caráter menos inclusivo. Certamente essa análise apresentada pode ser melhorada de diversas maneiras, o intuito dessa apresentação era apenas o de discutir a possibilidade de intervenção que busquem melhorar a distribuição dos resultados de maior crescimento da região.

Em suma, regiões dinâmicas associadas ao agronegócio tiveram melhoria nos indicadores de renda e do mercado de trabalho. Em especial, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram regiões com crescimento expressivo. Os estratos geográficos nessas regiões estão ou acima da renda domiciliar nacional ou muito próximo dessa renda.

Há que se ressaltar ainda que a desigualdade parece ter crescido relativamente nessas regiões. A informalidade ainda que abaixo da média nacional está entre as maiores das regiões. O Distrito Federal, apesar de renda mais elevada, possui taxa de desocupação mais alta, com maior taxa de participação e menor taxa de informalidade, há que se considerar que parte da dinâmica metropolitana completa do DF não é captada pelos recortes dos estratos geográficos, com a periferia metropolitana de Brasília ficando nas cidades do entorno do DF em Goiás.

Outra característica marcante do Distrito Federal é uma elevada desigualdade social, portanto apesar de escolaridade e rendas elevadas, o Distrito Federal apresenta altas taxas de desemprego e desigualdade de renda.

A relativa estagnação no PIB per capita de Goiás evidencia uma forte heterogeneidade no território, com o Sul de Goiás e Goiânia crescendo a taxa mais elevados que o Brasil, enquanto o Centro-Oeste Goiano, a região integrada de Brasília e o Norte goiano ficando estagnados ou reduzindo renda relativamente à economia nacional.

Nesse contexto, deve-se destacar que a atual PNDR, em sua segunda versão, tem como objetivo os seguintes pontos, conforme o Decreto nº 9.810, de 2019:

- I. Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;
- II. Consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, considerando as especificidades de cada região;
- III. Estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;
- IV. Fomentar agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observando critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais

Esta desigualdade regional no crescimento e nos indicadores mostram claramente que essas regiões podem ser foco de atuação da política regional em especial considerando o Objetivo 1 da PNDR de convergência de níveis de renda intrarregionais.

Por outro lado, Brasília com taxa de desocupação mais elevada e com menor criação relativa de empregos carece de foco em outras fontes como ampliação dos níveis de ocupação e na redução do número de desocupados, como também esforços para a redução da desigualdade.

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são regiões associadas ao agronegócio, com renda acima da média nacional e desemprego abaixo da média nacional, havendo um relativo crescimento de desigualdade interpessoal de renda nessas regiões, mas parecem ser regiões sujeitas a intervenções para adensamento de cadeias e diversificação de atividades, estariam dentro do objetivo 4 e de melhoria da produtividade de atividades consolidadas como o agronegócio.

3.2.3. Biomas da região Centro-Oeste

Com três dos mais importantes biomas do Brasil, conforme **figura 4** – Cerrado, Floresta Tropical Amazônica e Pantanal – o Centro-Oeste detém grande acervo de recursos naturais e biodiversidade, com destaque para florestas, bacias hidrográficas, riquezas minerais, áreas de solos de qualidade, elevada diversidade biológica e belezas cênicas. Entre as atividades que podem alavancar o aproveitamento e uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, destacam-se: o turismo, a fruticultura tropical, o extrativismo e a indústria de fármacos, cosméticos, essências e óleos, sendo oportuno realizar maiores investimentos em pesquisa para a identificação de possíveis usos dos recursos naturais em todos os biomas existentes na região Centro-Oeste.

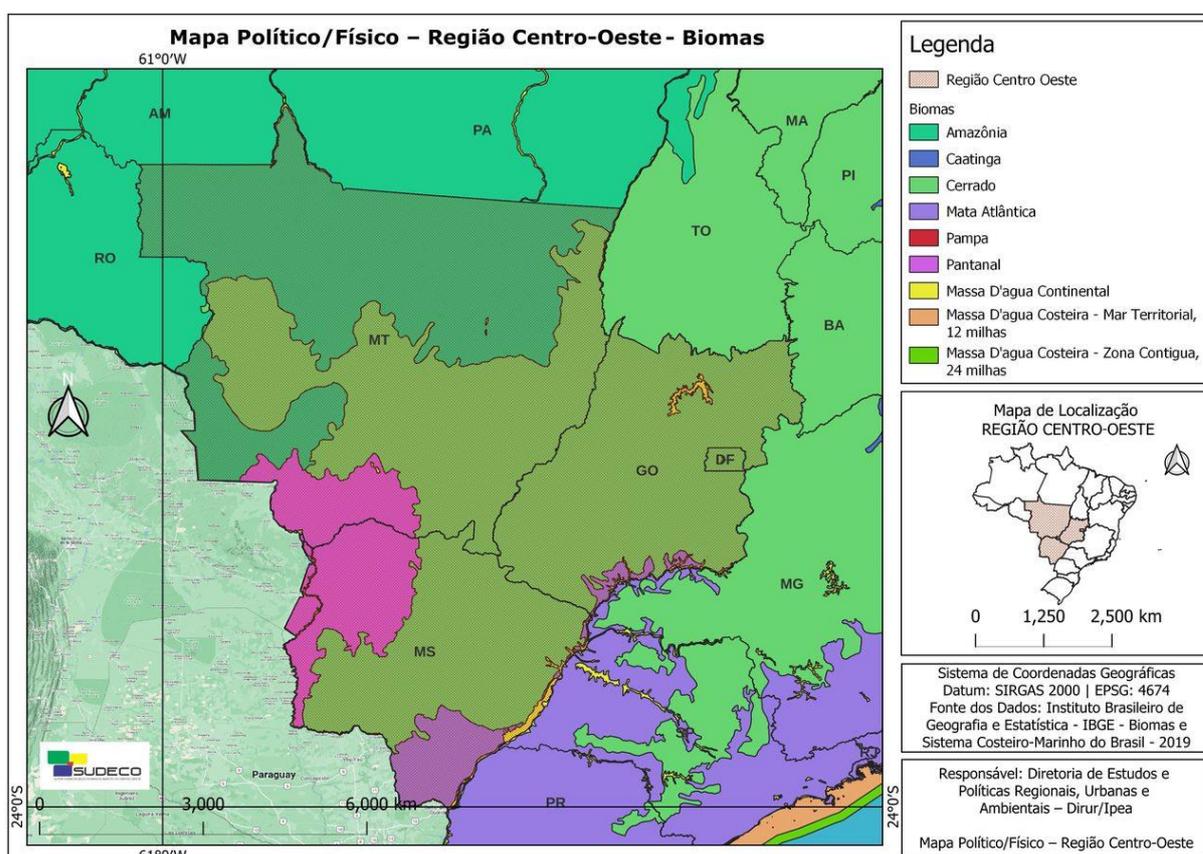


Figura 4 Mapa Político/ Físico – Região Centro-Oeste - Biomas

Fonte: IPEA, 2023.

O Cerrado, conforme **figura 5**, representa 25% do território nacional, perfazendo uma área aproximada de dois milhões de km², sendo a segunda maior formação vegetal do País, com grande biodiversidade de espécies vegetais e animais. Nesse bioma, encontra-se parte

significativa da biodiversidade brasileira, com várias espécies de plantas vasculares e de mamíferos, aves e répteis. Mesmo em condições bioclimáticas mais rigorosas que a Floresta Tropical Amazônica, os Cerrados têm flora e fauna de valor mundial.

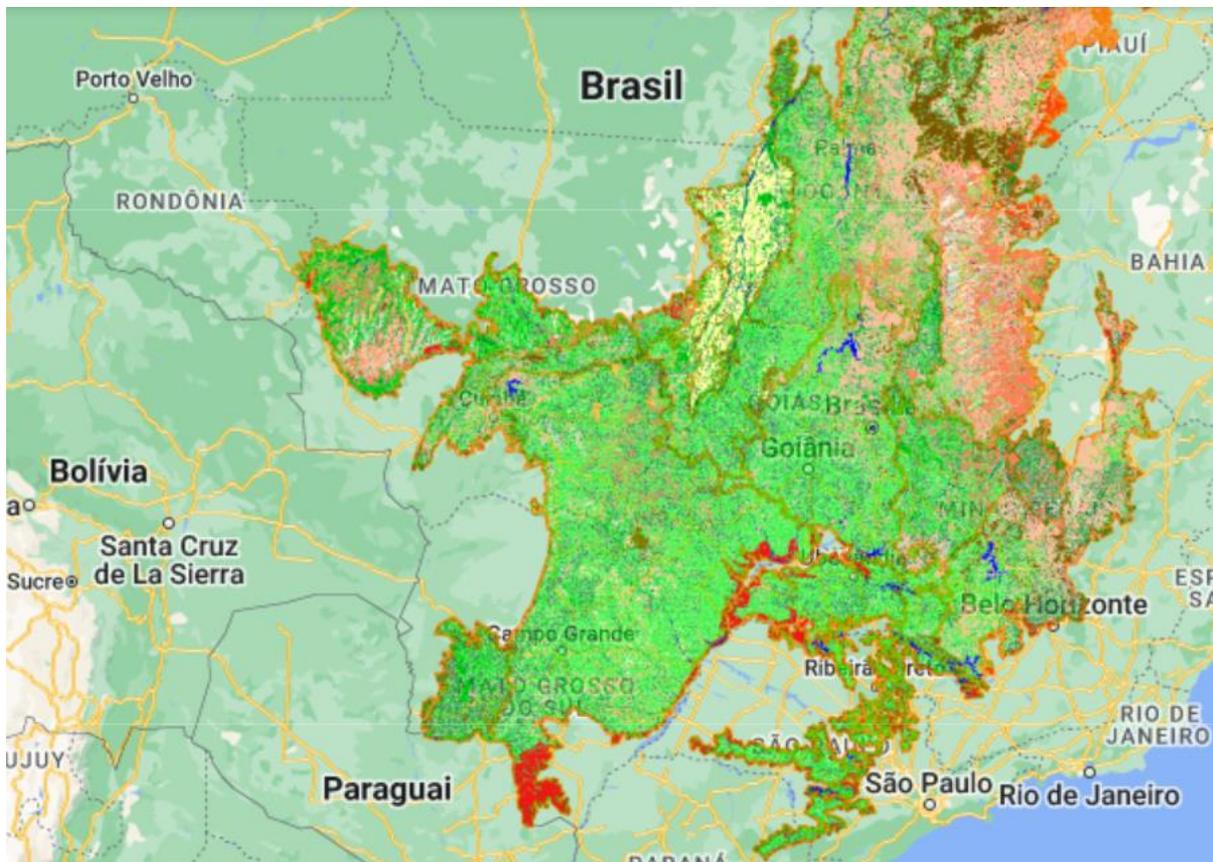


Figura 5 Cerrado - Cobertura vegetal no Centro-Oeste.
Fonte: INPE, 2023.

Os solos dos Cerrados não têm grande fertilidade, em razão da concentração de material ferruginoso e intensa lavagem de nutrientes, mas desde a década de 70 com o desenvolvimento da técnica da correção da acidez natural do solo a partir da incorporação de calcário, os solos do Cerrado têm sido utilizados para a expansão da agricultura tecnificada de commodities, em destaque grãos como milho e soja.

Com relevo planáltico com superfícies planas e a ocorrência de recursos hídricos provenientes da estação chuvosa e dos cursos hídricos, as áreas de Cerrado permitem a sua exploração agrícola mecanizada e irrigada, que viabiliza aumentos de produtividade, a partir de sua correção com calcário e uso de fertilizantes.

Além disto, a evolução tecnológica ocorrida na segunda metade do século XX, graças, em boa parte, às pesquisas dirigidas pela Embrapa, permitiu elevar significativamente a fertilidade dos solos, elevando a produção e a produtividade. Seus solos possuem ainda boas reservas nutritivas, com reduzidas restrições topográficas – o que favorece a mecanização.

O Pantanal é a maior planície de inundação contínua do planeta e constitui grande bacia de captação e evaporação de águas através da bacia hidrográfica do rio Paraguai, com um papel fundamental para o equilíbrio ecológico e para a sustentabilidade ambiental do planeta.

Essas características tornam o bioma Pantanal um grande “produtor” de serviços ambientais para o Brasil e mesmo a América do Sul, com grande diversidade de fauna (peixes, aves e mamíferos, como tuiuiús, emas, capivaras, ariranhas, onças, jacarés e sucuris) e flora.

Já o estado do Mato Grosso é o único da região Centro-Oeste a compreender os biomas Cerrado, com 39% de sua área, Pantanal, com 7% e o bioma Amazônia, com 54% da área total do estado.

O turismo em sua diversidade de segmentos de mercado é a atividade com grande potencial de aproveitamento da biodiversidade dos biomas do Centro-Oeste. Outrossim, importa ressaltar a necessidade de monitoramento destes biomas, para a prevenção e combate aos incêndios florestais, assim como o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão e informações sobre estas ocorrências.

3.2.4. Infraestrutura urbana na região Centro-Oeste - Saneamento

Com as informações disponibilizadas pelo Sistema Nacional de Informações de Saneamento Básico (SNIS), diagnóstico referente aos dados coletados em 2022, contextualiza-se o cenário da Região Centro Oeste para os indicadores de saneamento básico.

Nessa perspectiva, a Região possui 89,9 % da população total com acesso às infraestruturas de abastecimento de água potável. Outro indicador, que precisa de destaque é a água disponibilizada não contabilizada ou perdida na distribuição, que atinge cerca de 38,5%.

Apenas 61,9% da população é atendida por rede coletora de esgotamento sanitário (SNIS, 2022), ou seja, mais de 6 milhões de pessoas não possuem coletas de esgoto em suas residências, além disso, apenas 46% desse efluente sanitário gerado foram devidamente

tratados. O que revela a necessidade de investimentos em saneamento básico em diversos municípios da região Centro Oeste.

Ainda no que concerne à coleta de esgoto, destaca-se negativamente o Mato Grosso do Sul, com 59,8 % de sua população sem atendimento (SNIS, 2022).

Em relação aos resíduos sólidos, constata-se que 90,9% da população possui cobertura de coleta domiciliar enquanto apenas 27,2 % dos municípios possuem Coleta Seletiva (SNIS, 2022). Há um longo caminho a ser percorrido no que diz respeito à coletiva seletiva e tratamento adequado de resíduos.

Acerca dos índices de drenagem urbana, apenas 14,1 % dos municípios fazem monitoramento de dados hidrológicos e 86,7% dos municípios não possuem mapeamento de áreas de risco (SNIS, 2022). O que indica a necessidade de se adequar as infraestruturas de drenagem e prevenção a desastres naturais em toda a região.

Diante desse contexto regional, faz-se necessário o urgente enfrentamento desse cenário no setor de saneamento, ampliando a cobertura desses serviços essenciais e tornando factível o atingimento das metas do Plano Nacional de Saneamento Básico.

3.2.5. Infraestrutura urbana na região Centro-Oeste - Habitação

O déficit habitacional do Centro-Oeste é de 592.203 moradias em 2019, de acordo com a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC), desse total, 95,7% estão concentrados na parcela da população com renda familiar de até 5 salários-mínimos.

Com 239.924 moradias faltantes para atender a população, o Estado de Goiás lidera o déficit de habitação na região Centro-Oeste, seguido pelo Distrito Federal, com um déficit total de 136.393 moradias e pelo Estado de Mato Grosso com 109.652 moradias. Já o estado da região com o menor déficit é o Estado de Mato Grosso do Sul com carência de 106.234 moradias.

Ainda, resultados do Censo 2022 do IBGE dão conta de que o número de moradias cresceu cinco vezes mais do que a população no país, decorrente, em parte, da diminuição da estrutura das famílias as quais, menores, passaram a ocupar maior número de lares, demandando mais moradias, portanto. Junto a isto, some-se o expressivo crescimento de

população do Centro-Oeste verificado pela referida pesquisa, com 1,23% ao ano, mais que o dobro de média do país, de 0,52%.

3.2.6. Infraestrutura econômica na região Centro-Oeste - Rodovias

Segundo os resultados de 2022 da Pesquisa da Confederação Nacional de Transportes (CNT), na região Centro Oeste, a extensão de rodovias totaliza 17.614 km sendo que, desse total, 12.038 km são rodovias federais e 5.576 km são rodovias estaduais. No que se refere à sua forma de administração, 12.840 km são rodovias ainda sob a responsabilidade do Poder Público e 4.774 km são rodovias concedidas à iniciativa privada. A malha rodoviária da região pode ser observada na **figura 6** a seguir.

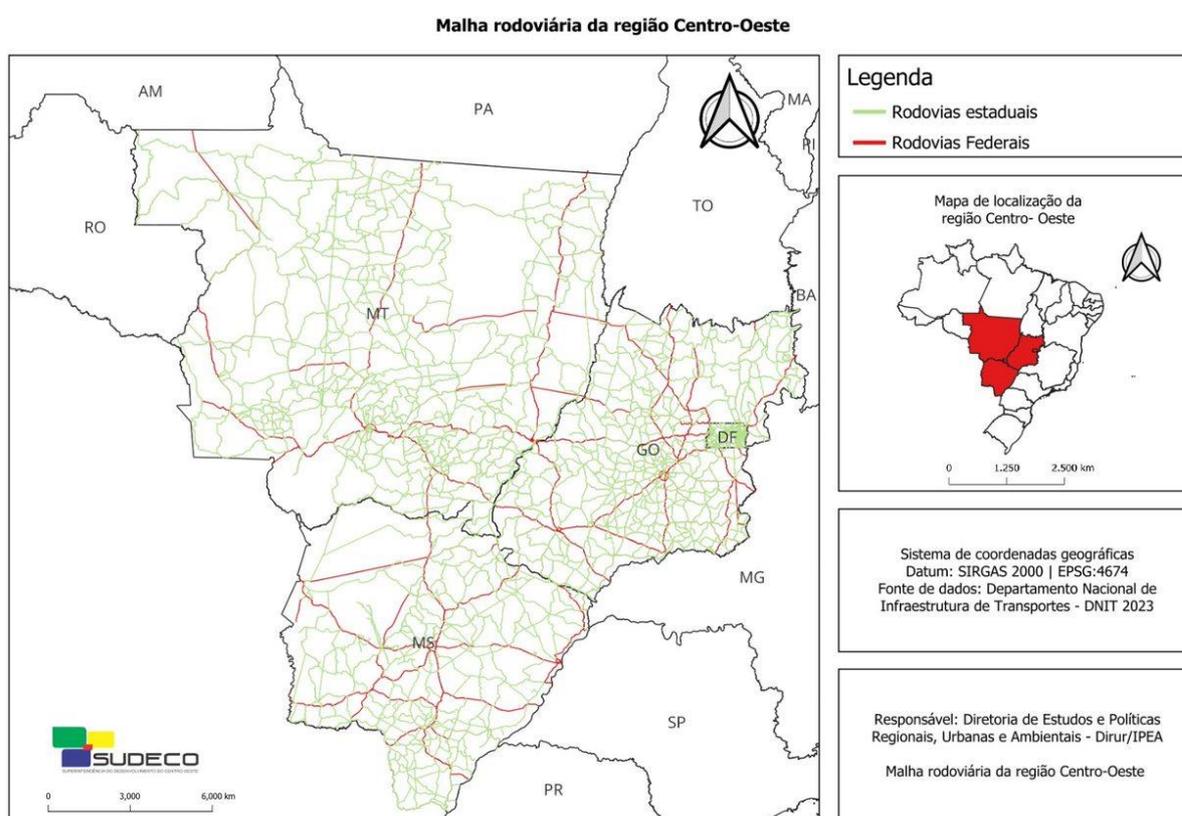


Figura 6 Malha rodoviária da região Centro-Oeste

Fonte: IPEA, 2023.

Em relação ao índice Estado Geral, que engloba a análise conjunta das características do pavimento, sinalização e geometria da via, apenas 35% da malha rodoviária pavimentada no Centro-Oeste é considerada ótima ou boa, enquanto 65,0% apresentam algum tipo de problema, sendo considerada regular ruim ou péssima.

A pesquisa demonstra também que as condições do pavimento na região geram um aumento do custo operacional do transporte em 30,4%, conjuntura que influencia na competitividade dos preços dos produtos na região.

Destaca-se que são necessários investimentos na ordem de R\$ 12 bilhões em ações emergenciais, de restauração e de reconstrução das rodovias, e estima-se que apenas em 2022 houve um consumo desnecessário de 167,5 milhões de litros de diesel devido à má qualidade do pavimento da malha rodoviária na região. A malha rodoviária necessita de expansão e de melhorias na qualidade da cobertura asfáltica, duplicação de vias, sinalização e integração com outros modais de transporte, conforme **figura 7** a seguir.

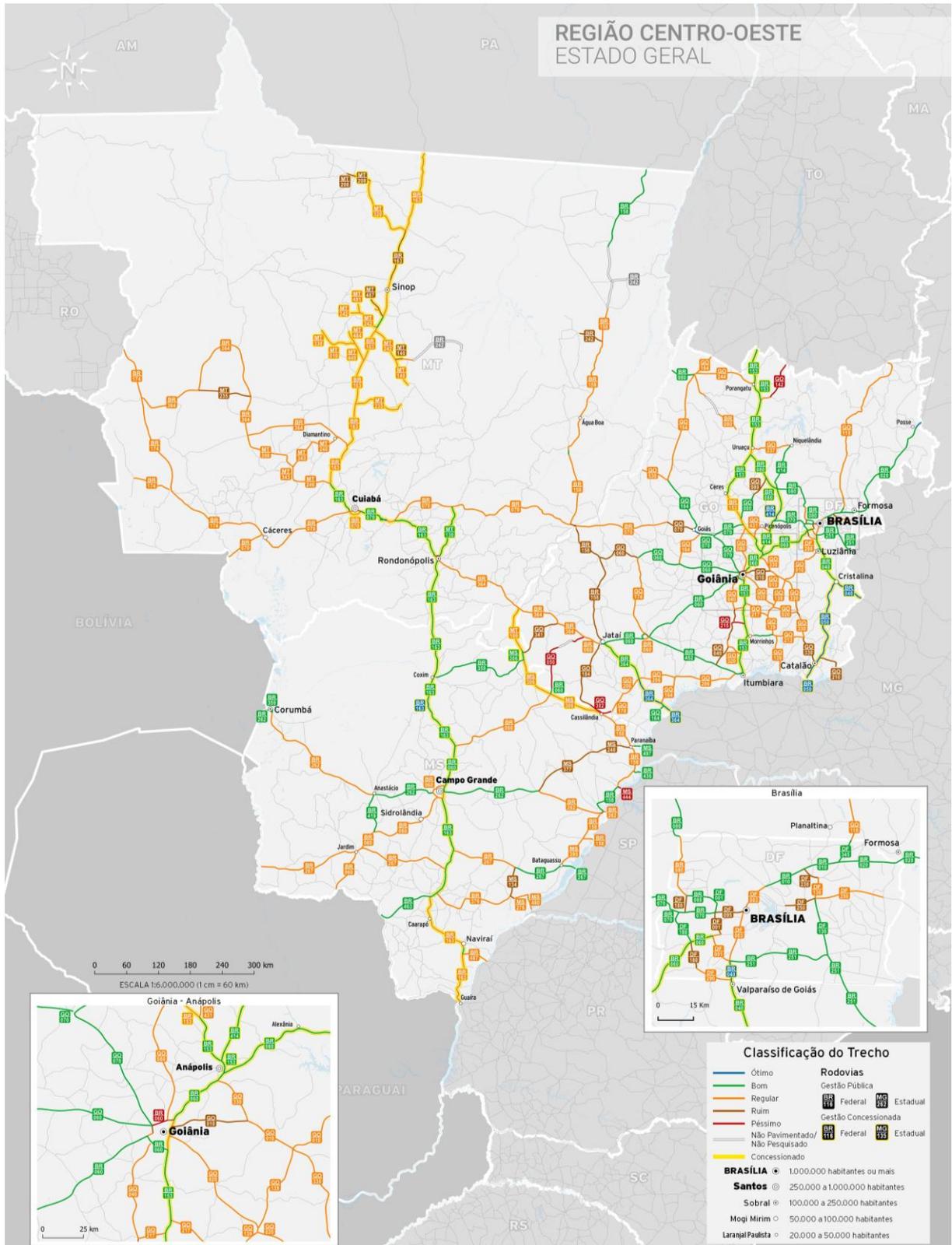


Figura 7 Malha rodoviária do Centro-Oeste. Pesquisa CNT de Rodovias 2022.
 Fonte: CNT, 2023.

3.2.7. Infraestrutura econômica na região Centro-Oeste – Aeroportos

Segundo Cadastro da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, a Região Centro-Oeste possui uma infraestrutura aeroportuária composta de 1.359 aeródromos privados e de 72 aeródromos públicos, sendo que os principais estão ilustrados na **figura 8**. Dentre os aeródromos públicos, destacam-se os de Brasília – Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek, Goiânia – Aeroporto Internacional Santa Genoveva, Várzea Grande/ MT – Aeroporto Internacional Marechal Rondon, Sinop/ MT – Aeroporto Presidente João Batista Figueiredo, Rondonópolis/ MT – Aeroporto Maestro Marinho Franco e Alta Floresta/ MT – Aeroporto Piloto Osvaldo Marques Dias, que foram concedidos à iniciativa privada.

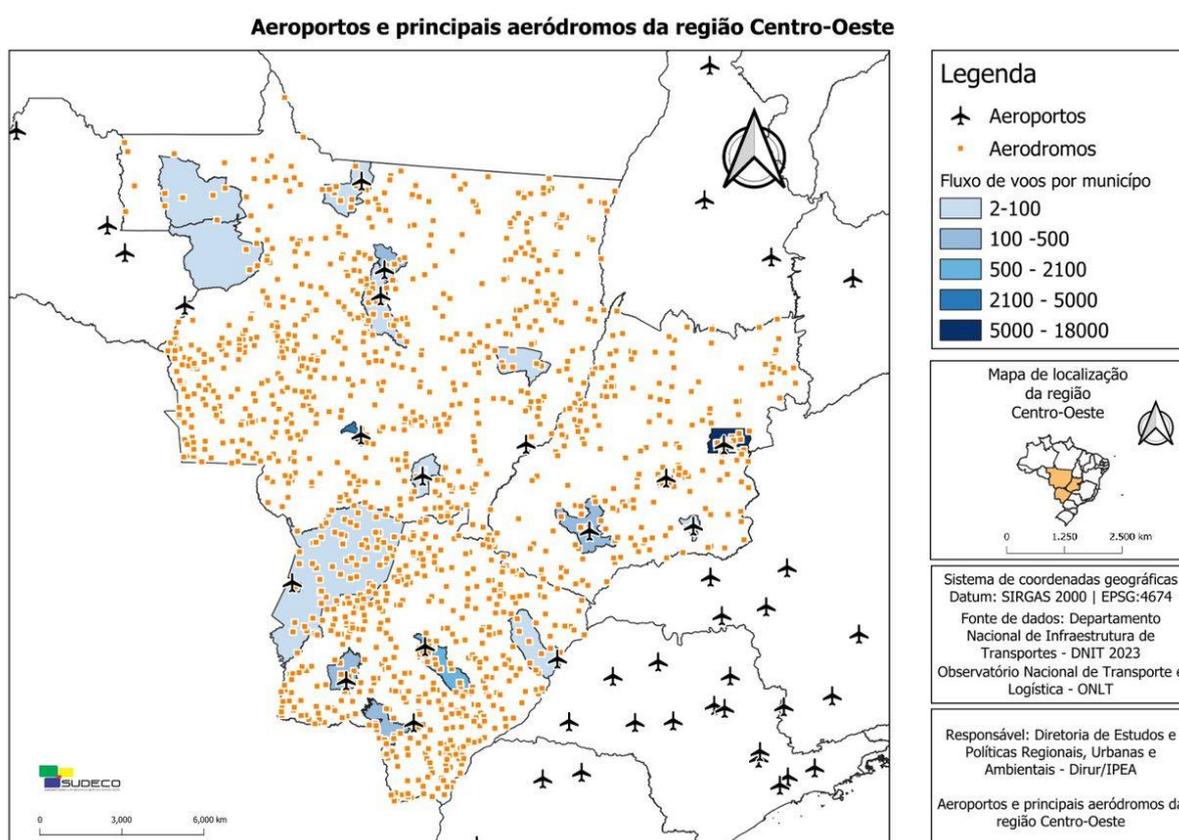


Figura 8 Aeroportos e principais aeródromos da região Centro-Oeste.
Fonte: EPL, 2023.

Ainda de acordo com informações da ANAC, em 2022 a Região Centro-Oeste possuía apenas o Aeroporto Internacional de Brasília entre os dez mais movimentados do Brasil, na terceira posição, com um fluxo de passageiros de 13,4 milhões de passageiros e mais de 126 mil pousos e decolagens.

O Aeroporto Internacional de Brasília tem se consolidado como um dos principais centros de conexão doméstica do país. Sua localização estratégica no centro-sul do Brasil o torna um importante hub para voos nacionais e internacionais, facilitando a conexão entre diferentes regiões do país e fluxos de passageiros e cargas.

Constata-se que o investimento em aviação é fundamental para o desenvolvimento regional. Ele permite a conexão de cidades menores e médias mais distantes com centros urbanos de maior expressão no cenário nacional e internacional, facilitando o transporte de pessoas e mercadorias.

O investimento em aviação regional, em especial em aeroportos, pode diversificar e impulsionar o crescimento econômico da região Centro Oeste, gerando empregos, aumentando a qualidade de vida da população e a conectividade dos municípios da região Centro Oeste. Além disso, a aviação regional fomenta o turismo, trazendo mais visitantes e renda para as cidades atendidas.

Apesar da expansão da aviação regional no Brasil, é fundamental que haja um aumento nos recursos destinados à infraestrutura aeroportuária e à viabilização econômica da atividade para que a aviação regional possa se desenvolver plenamente na região. Além de investir em infraestrutura aeroportuária, é fundamental que o Governo Federal atue como um agente impulsionador para criar um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento da aviação regional. Isso inclui a desburocratização de processos e a implementação de políticas econômicas que incentivem a ampliação da presença desse modal no interior do Brasil.

3.2.8. Infraestrutura econômica na região Centro-Oeste -- Ferrovias

Atualmente, segundo Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, a malha total de ferrovias no Brasil é de 29.878 km, sendo que apenas 7.000 km estão em plena utilização. A exemplo do que acontece nas demais regiões brasileiras, no Centro-Oeste a grande maioria das cargas é transportada por meio das rodovias, solução que é tida como antieconômica para o País, sendo que, apenas 20 % dos transportes de cargas são realizados através de ferrovias.

Dentre as ferrovias que cortam a Região Centro-Oeste, conforme **figura 9**, a Ferrovia Norte-Sul, planejada ainda na década de 1980, foi projetada para ter uma extensão total de

4.155 quilômetros e cortar os estados de Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Atualmente, seu traçado efetivo vai de Açailândia/ MA a Estrela d'Oeste/ SP. Contudo, apesar de não estar totalmente completa, a Ferrovia Norte-Sul já se encontra em operação na Região, no trecho que passa pelo Estado de Goiás, ligando os municípios de Mara Rosa a São Simão, no sul do estado às margens do rio Paranaíba, na fronteira com o vizinho estado de Minas Gerais. O último trecho inaugurado de 172 quilômetros foi entre São Simão/ GO e Estrela D'Oeste/ SP e ocorreu em março de 2021.

Malha Ferroviária da região Centro-Oeste

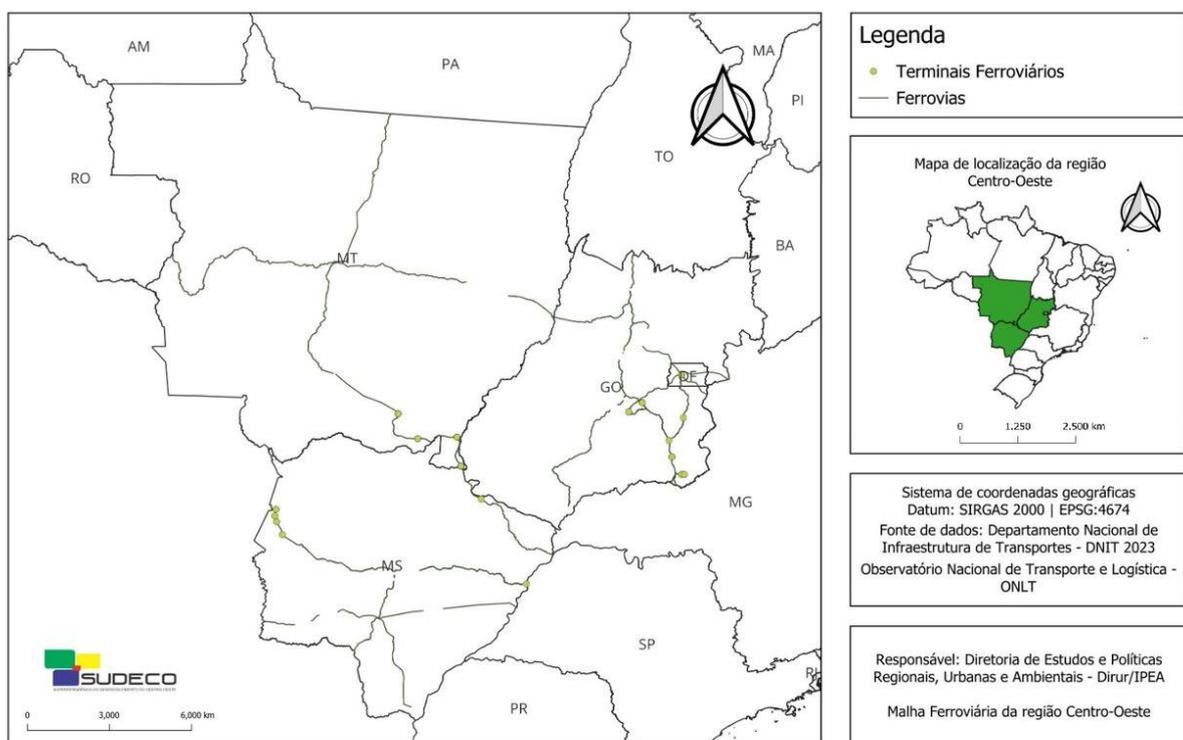


Figura 9 Malha Ferroviária da região Centro-Oeste.

Fonte: IPEA, 2023.

Existem três projetos ferroviários em andamento na região Centro-Oeste: Ferrovia de Integração Centro Oeste – FICO, Ferrogrão – EF 170 e a relicitação da Rumo Malha Oeste. O projeto da Ferrovia de Integração Centro Oeste – FICO tem como grande objetivo a interligação da malha ferroviária brasileira, propondo uma alternativa logística para o escoamento da produção agrícola e de mineração para os portos do Norte e Nordeste.

A FICO teve suas obras iniciadas em 2021, e foi viabilizada através do mecanismo de investimento cruzado, em que a Mineradora Vale assumiu integralmente a execução da Obra como contrapartida pela prorrogação antecipada do contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitória - Minas. O empreendimento está localizado entre os municípios de Mara Rosa/ GO e Água Boa/ MT, com 383 km de extensão, e investimentos na ordem de R\$ 2,73 bilhões. Em uma segunda etapa, o projeto possui a previsão da ampliação da ferrovia em mais de 500 km, interligando o município de Água Boa/ MT ao município de Lucas do Rio Verde/ MT, com uma necessidade de investimento de R\$ 6,4 bilhões.

O projeto da Ferrogrão – EF 170 tem o objetivo de fortalecer o corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte, visando conectar a região produtora de grãos do Centro Oeste ao estado do Pará, conectando o Municípios de Sinop/ MT e Miritituba, distrito do município de Itaituba/ PA. O projeto possui um traçado com aproximadamente 933 km de extensão e prevê um investimento de R\$ 25,2 bilhões. Atualmente o projeto encontra-se com os estudos e a consulta pública concluídos, e sob análise do Tribunal de Contas da União, para que se autorizado e seja realizado seu respectivo leilão.

Já em relação à relicitação da Malha Oeste, é importante registrar que a infraestrutura dessa ferrovia se encontra depreciada, resultado de anos de baixo investimento e pouca manutenção. Essa realidade desencadeou em uma via com pouca capacidade de transporte, em que os trens trafegam com velocidade abaixo de seu potencial e com pequeno volume de cargas transportado. A Malha Oeste, tem 1.973 km de ferrovia que liga Corumbá/MS a Mairinque/SP. A Rumo Logística, que administrava esse ramal, devolveu essa concessão e entregou o contrato para nova licitação em 2020. Para a reativação dessa via ferroviária, estão previstos investimento de R\$ 18,95 bilhões. Neste momento o projeto encontra-se em consulta pública, restando ainda a apreciação do Tribunal de Contas da União para a futura realização do Leilão.

O Brasil é dependente do transporte rodoviário e a Região Centro-Oeste não é diferente. Se houvesse aumento significativo na porcentagem de carga transportada por meio ferroviário, com investimentos do Governo Federal e da iniciativa privada, o Centro-Oeste poderia se tornar mais competitivo, não somente no cenário nacional, mas também internacional. Isso

se deve à sua vocação agropecuária e à necessidade de escoar a produção de grandes volumes de grãos e outros produtos para os portos do país. O transporte ferroviário é mais eficiente e econômico para o transporte de grandes volumes de carga a longas distâncias, o que pode tornar a região mais competitiva no mercado global.

3.2.9. Infraestrutura econômica na região Centro-Oeste – Hidrovias

Em termos de recursos hídricos, a região Centro-Oeste é drenada por diversos rios que formam três grandes bacias hidrográficas regionais: a Amazônica, a do Tocantins – Araguaia e do Paraná, conforme **Figura 10**.

De acordo com o Relatório TKU 2021 - TKU da Navegação interior, de cabotagem e longo curso em vias interiores (ANTAQ, 2022) a Hidrovia do Paraná – Tietê e a Hidrovia do Paraguai, são as principais vias de navegação que auxiliam no transporte de cargas e pessoas na região Centro Oeste. A Hidrovia Paraná – Tietê é um corredor hidroviário muito importante para o escoamento das mercadorias no Centro-Oeste. Os grãos agrícolas são embarcados em São Simão/GO e transportados pela hidrovia até o estado de São Paulo, de onde, por ferrovia segue até o porto de Santos. Em 2021 foram transportados aproximadamente 3,2 milhões de toneladas de mercadorias.

Malha hidroviária da região Centro-Oeste

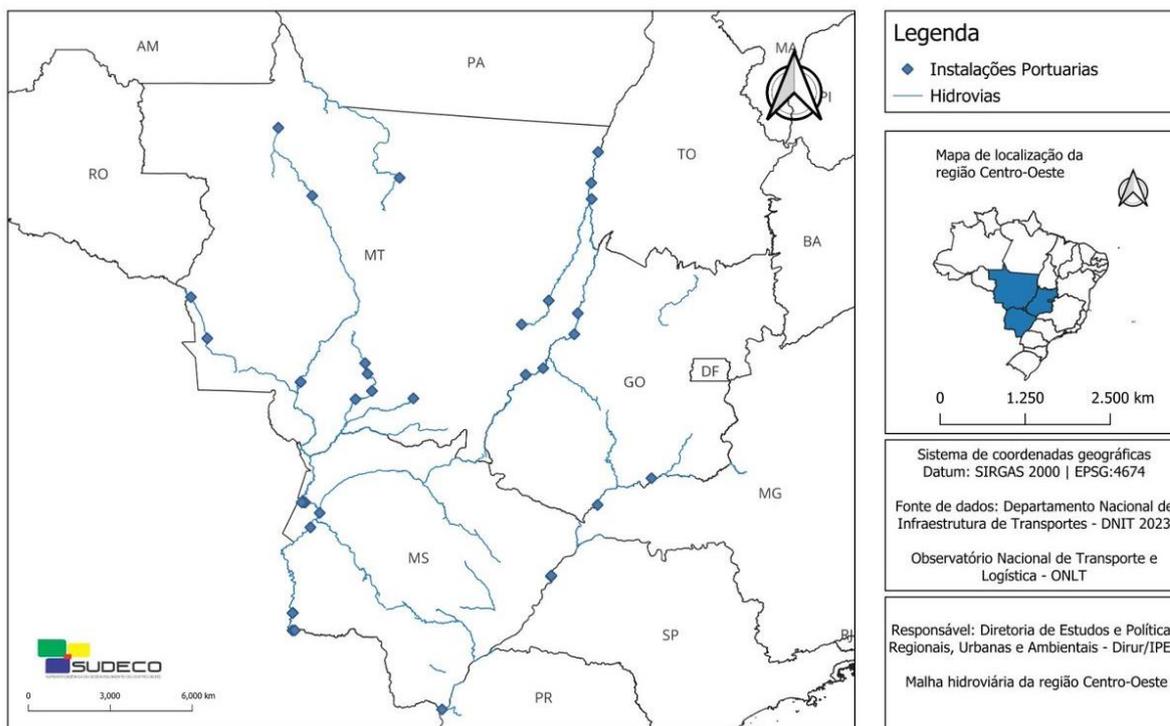


Figura 10 Malha hidroviária da região Centro-Oeste.

Fonte: IPEA, 2023

Já a Hidrovia do Paraguai, além de transporte de produtos agrícolas e grãos, também tem sua relevância no transporte de minério. Apenas em 2021 foram transportados 3,1 milhões de toneladas de produtos minerais, com destaque para o minério de ferro do Maciço do Urucum. Importante destacar que parte significativa da produção agrícola da Região Centro Oeste, em especial do estado do Mato Grosso, tem como destino o município de Porto Velho – RO, que através do transporte rodoviário acessa as principais instalações portuárias autorizadas da Hidrovia do Rio Madeira.; somente em 2021 foram transportados 6,6 milhões de toneladas. Essa articulação com a Hidrovia do Madeira tem favorecido a articulação regional entre o estado de Rondônia na região Norte com o estado do Mato Grosso, criando uma rede urbana e logística importante no cenário regional brasileiro.

Considerando as características geográficas da região, é fundamental o investimento nesse modal de transporte e sua articulação com outros modais, notadamente o rodoviário e ferroviário -. A eficiência do transporte fluvial diminuirá a dependência do transporte rodoviário. Dessa forma, as hidrovias, juntamente com as ferrovias, poderiam desempenhar

o papel dos grandes eixos de transporte, deixando as funções capilares para as rodovias, formando assim um sistema multimodal integrado e permitindo que o processo logístico ocorra de forma eficiente.

3.2.10. Infraestrutura econômica na região Centro-Oeste – Energia

A diversificação da matriz energética tem ocorrido recentemente na região Centro - Oeste, embora nos últimos anos a região tenha se destacado na utilização de fontes limpas e renováveis, principalmente àquelas originadas pelo setor sucoenergético. É necessária a ampliação de investimentos nesse setor, diminuindo a dependência de combustíveis fósseis, e minimizando os impactos ambientais.

Conforme o Relatório Síntese do Balanço Energético Nacional 2023 (MME), em 2022 a participação de renováveis na matriz elétrica brasileira perfaz 87,9%, com a geração de energia solar fotovoltaica crescendo 79,8% com sua capacidade instalada, registrando expansão de 82,4% em relação à 2021, sendo que a geração hidrelétrica apresentou crescimento de 17,7% em relação à 2021.

Do total dos 47,4% da oferta interna de energia (OIE) renovável em 2022, 15,4% corresponderam à biomassa da cana, no entanto, no caso da região Centro-Oeste que já apresenta expressiva utilização das energias renováveis em sua matriz, a capacidade de geração energética a partir dos bioinsumos tem ainda grande potencial de expansão, dados os recursos dos quais dispõem o setor produtivo agropecuário na região.

Um cenário de expansão da oferta de fontes alternativas de energia demonstrada em levantamento das Alternativas para a Expansão da Oferta de Energia Elétrica no Período 2015-2030, contido no Relatório Matriz Energética 2030 (MME), apresenta expressivo valor representado pela biomassa da cana, com potencial de ser obtido nas regiões Centro-Oeste e Sudeste no referido período. Em relação às outras regiões brasileiras, outras fontes indicadas como alternativas de expressivo aumento da expansão são as PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) - estas com desenvolvimento de, pelo menos, metade do potencial conhecido-, e as fontes de gás natural.

No caso dos resíduos urbanos, em que pese seu potencial de aproveitamento energético, há ainda a necessidade de regulamentação das atividades anteriores ao seu aproveitamento energético, como, por exemplo, sistema de coleta e separação, destinação do material coletado, formação dos aterros etc., sugerindo-se que a intensificação dessa alternativa, cuja implementação já se inicia hoje, ocorra ao final do horizonte de estudo (2030).

Num cenário de fomento à sustentabilidade através da otimização do uso dos recursos naturais para a produção de alimentos, desenvolvimento econômico sustentável e preservação do meio ambiente, importa ressaltar que as pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos e processos para a transformação da biomassa podem agregar valor às commodities e impactar positivamente o crescente setor da bioeconomia, modelo de produção industrial baseado em insumos biológicos com tendência mundial de crescimento.

3.2.11. Ciência, Tecnologia e Inovação na região Centro-Oeste

Incorporando uma análise regionalizada de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), o Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI), painel de monitoramento da produção científica, tecnológica e da inovação vinculado ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), tomou como referências os eixos de intervenção da PNDR - ciência, tecnologia e inovação e desenvolvimento produtivo-, e seus princípios e, buscando considerar a diversidade de especializações produtivas e contextos territoriais presentes nos cenários nacional e regionais, desenvolveu os Indicadores da Geografia da CT&I no Brasil.

Através do monitoramento da produção científica e tecnológica, da identificação de tendências e temas emergentes no Brasil e no Mundo, e o estabelecimento e acompanhamento de indicadores relativos a variáveis-chaves que condicionam a área de CT&I, permite observar o panorama da CT&I na região Centro-Oeste e indica pontos que podem ser abordados pela estratégia do PRDCO no sentido de fornecer melhorias para o ambiente de CT&I da região e, conseqüentemente, trazer maior desenvolvimento.

Alguns indicadores, por exemplo, como os indicadores de número de mestres e doutores titulados por cem mil habitantes; de pedidos de patentes de invenção; de produção

bibliográfica de docentes e discentes; de taxa de inovação de produto e/ou processo e de taxa de crescimento dos microestabelecimentos) apontam por uma maior necessidade de suporte para suas atividades, assim como refletem os baixos níveis de dispêndios proporcionais às receitas dos Estados (indicador de dispêndios dos governos estaduais em P&D) (GALVÃO, 2021).

Por exemplo, no que concerne aos investimentos dos Estados e do DF em C&T, conforme **gráfico 7**, em relação ao indicador de insumo percentual médio dos dispêndios em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) dos governos estaduais em relação às suas receitas totais, no período de 2016 a 2018, enquanto no Brasil o valor está em 1,65%, ainda muito baixo, na região Centro-Oeste está em 0,35%, indicando a necessidade premente de elevação do patamar macrorregional (CGEE, 2020).

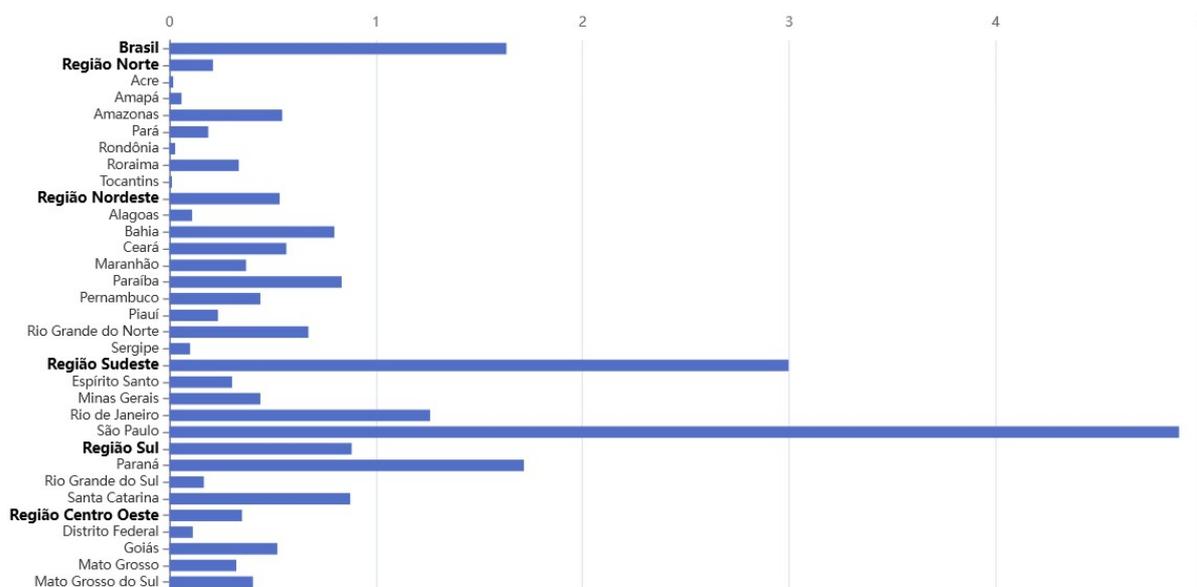


Gráfico 7 Percentual médio dos dispêndios em P&D dos governos estaduais, em relação às suas receitas totais, no período 2016-2018.

Fonte: OCTI/CGEE, 2023.

Segundo GALVÃO (2021) a globalização teria reduzido o grau de diversificação econômica do Brasil – vide **figura 11** a seguir, fato corroborado pela sua queda em 14 posições no *ranking* da complexidade global econômica do *Economic Complexity Index* na década de 2010 a 2020 (ECI), passando da 25ª posição em 1995 para a 60ª posição em 2020 (HARVARD, 2023). Ainda, o aumento dos conteúdos importados e o abandono de segmentos mais sofisticados da

sustentabilidade, tratamento de água e esgoto, pesquisas em solos e lavouras - o que ampara o espectro de ações que o Plano propõe para fornecer condições mais favoráveis para o desenvolvimento de espaços de inovação na região Centro-Oeste.

Além destes, a bioeconomia, enquanto segmento crescente da economia mundial, estaria entre as prioridades nas políticas públicas governamentais, apresenta enorme relevância para o desenvolvimento sustentável, “em função do seu grande potencial para o crescimento e dos vários benefícios socioeconômicos que agrega, por exemplo, produtos inovadores para a saúde, químicos renováveis, aumento da produtividade agropecuária e energética, desenvolvimento de processos industriais de menor impacto ambiental e a criação de empresas de base biotecnológica e empregos altamente qualificados”. Neste sentido, o Brasil apresentaria grandes vantagens comparativas em relação a outros países, pela sua diversidade e liderança mundial no agronegócio e produção de biocombustíveis. (CGEE, 2018).

No estudo do conjunto de indicadores da Geografia da CT&I na região Centro-Oeste elaborados pelo OCTI/CGEE, e que compõem um “*ranking* experimental de inovação” (GALVAO, 2021), o Distrito Federal desponta como a unidade federativa da região Centro-Oeste com condições mais favoráveis para lançar iniciativas de inovação e operar com o conhecimento, pelo capital humano e recursos disponíveis.

Enfim, a região tem potencial de expansão da economia pela CT&I pela agregação às cadeias do agronegócio (da biotecnologia à metalmeccânica, passando pela produção de fármacos) e pelo desenvolvimento de serviços de alta complexidade, tanto para o setor público, quanto para o setor privado.

3.3. Rede urbana da região Centro-Oeste

A rede de cidades no Brasil é heterogênea e reflete um desequilíbrio entre níveis de desenvolvimento, em termos de dinâmica populacional e econômica, que são ora elevados e concentrados nas grandes metrópoles, litoral e alguns outros polos urbanos, ora rarefeitos e insuficientes em grande parte dos municípios brasileiros. Por conta disto, essa rede também se apresenta desarticulada, no sentido de que os benefícios do desenvolvimento não estão igualmente distribuídos no território, contribuindo para que as desigualdades regionais se mantenham e até mesmo se intensifiquem através de ações de planejamento que não considerem esta realidade.

Uma tendência que se verifica com a rede urbana, é a desconcentração produtiva e a formação de novos espaços de produção fora das metrópoles, onde tem se ampliado o setor de serviços, com uma ampliação das articulações com outros centros nacionais e internacionais. Os efeitos da pandemia de covid-19 incidiram na oferta de postos de trabalho que, conjuntamente com a reestruturação produtiva e a crise econômica a partir de 2015, com a redução dos investimentos públicos e privados, trouxe novos desafios, principalmente voltados à governança e à competitividade das cidades, que demandam extensivo investimento em infraestrutura urbana.

Ainda, cerca de 70% das cidades brasileiras possuem menos de 20.000 habitantes (IBGE, 2011), sendo espaços onde a dimensão do urbano e do rural se mesclam dos pontos de vista econômico, cultural, social e ambiental, tornando o papel destes pequenos municípios e núcleos rurais um dado relevante na conformação de uma rede urbana mais equilibrada, onde o acesso aos serviços e equipamentos públicos, e à geração de renda também é essencial.

Estudo de MENDES para o Ministério da Integração Nacional (2008) propõe a construção de um “Brasil policêntrico”, através da identificação dos principais polos da rede urbana que fossem capazes de tornarem-se, juntamente com os polos consolidados, novos vetores de uma rede policêntrica de cidades que desse conta de estruturar uma nova organização territorial mais igualitária entre as diferentes regiões brasileiras.

Desta forma, um espaço intermediador entre estas especificidades da rede urbana no território é necessário, e deve ser fortalecido pela indução de novas centralidades e espaços

de competitividade, através de iniciativas que gerem novas conexões, promovam o aumento da densidade de infraestrutura, a ampliação de serviços públicos e privados de qualidade e a estruturação de novos sistemas produtivos, sustentáveis e inovativos.

Para o alcance deste objetivo e concatenada com esta estratégia é que a PNDR, enquanto política de desenvolvimento regional para a redução das desigualdades econômicas e sociais e intra e inter-regionais, tem por um de seus objetivos a consolidação de uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, de forma a considerar as especificidades de cada região.

Para o alcance deste objetivo, portanto, apoia-se o planejamento de ações na rede de cidades intermediadoras, com potencial de dar suporte e catalisar as políticas públicas regionais, e esta caracterização passa pela revisão do papel destes espaços, seja pela análise de sua capacidade de fornecer bens, serviços e equipamentos urbanos e comunitários para a sua população e sua área de influência, constituindo-se polo de atração regional, seja pelo potencial de competitividade territorial, apoiando novas centralidades em torno de si.

Apoiar políticas públicas para as cidades médias implica prepará-las, ante as consequências da reestruturação econômica ao envelhecimento da população brasileira, para responder à pressão do dinamismo populacional e da crescente necessidade de habitação, infraestrutura e serviços públicos que decorrem dos processos socioeconômicos, fornecendo possibilidades de ação planejada que as permitam emergirem como novos polos de desenvolvimento, inovação e qualidade de vida no território, contribuindo, assim, para a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Ainda, apoiar políticas públicas para cidades médias, através de investimentos em infraestrutura e nas atividades econômicas e sociais, também pode equivaler a criar oportunidades de emprego, reduzir as disparidades regionais e interpessoais de renda e superar as deficiências com o “aumento das potencialidades econômicas, de governança, de financiamento, planejamento regional, competitividade e eficiência do desenvolvimento urbano”. Ressalte-se, por fim, que “que as cidades mais preparadas para responder aos desafios impostos pela pandemia de COVID19 no Brasil foram aquelas que apresentaram

melhores condições de infraestrutura e serviços urbanos, e com menos áreas urbanas de ocupação precária” (IPEA, 2022a).

Na região Centro-Oeste, acompanhando a expansão da fronteira agrícola e mineral em novas bases produtivas em capital e tecnologia, observa-se o surgimento e o espraiamento descoordenado de centros urbanos médios. Na Amazônia Legal, que abrange parte norte do Estado do Mato Grosso, a baixa densidade populacional e o bioma geram outra especificidade, a de centros urbanos-industriais organizados segundo eixos de infraestrutura de transporte de cargas.

A difusão da agricultura moderno em áreas do Cerrado fez surgirem cidades funcionais, ou “próteses urbanas”, em meio ao campo, lugares por excelência da produção agrícola moderna articulada ao consumo de bens e serviços pela população de atores e agentes (trabalhadores agrícolas, produtores, consultores, empresas, bancos) necessários à produção. Estas cidades exercem importante papel de suporte às relações cidade-campo do agronegócio. Vem ocorrendo, também, mudanças com a consolidação de centros urbanos médios e arranjos populacionais no Mato Grosso e novas tendências geoeconômicas na Faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul até o Rio Grande do Sul, em função da integração econômica no Cone sul da América.

A Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, definiu a fronteira brasileira como uma faixa territorial com largura de 150 km a partir da linha de fronteira entre o Brasil e os países vizinhos, sendo que a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005) definiu a faixa de fronteira do país em três arcos: o Arco Norte, abrangendo municípios do Amapá até o Acre; o Arco Central, que abrange municípios do estado de Rondônia até o Mato Grosso do Sul, cada qual apresentando uma realidade diferenciada em seus aspectos sociais, culturais, econômicos e naturais, muitas vezes comuns aos seus países vizinhos. As cidades médias brasileiras de fronteira, sejam municípios isolados, sejam arranjos populacionais, são polos de atração de migração, por possuírem comércio, serviços e centros agroindustriais e industriais, e articulam sistemas urbanos, corredores de comércio e fluxos de pessoas internacionais.

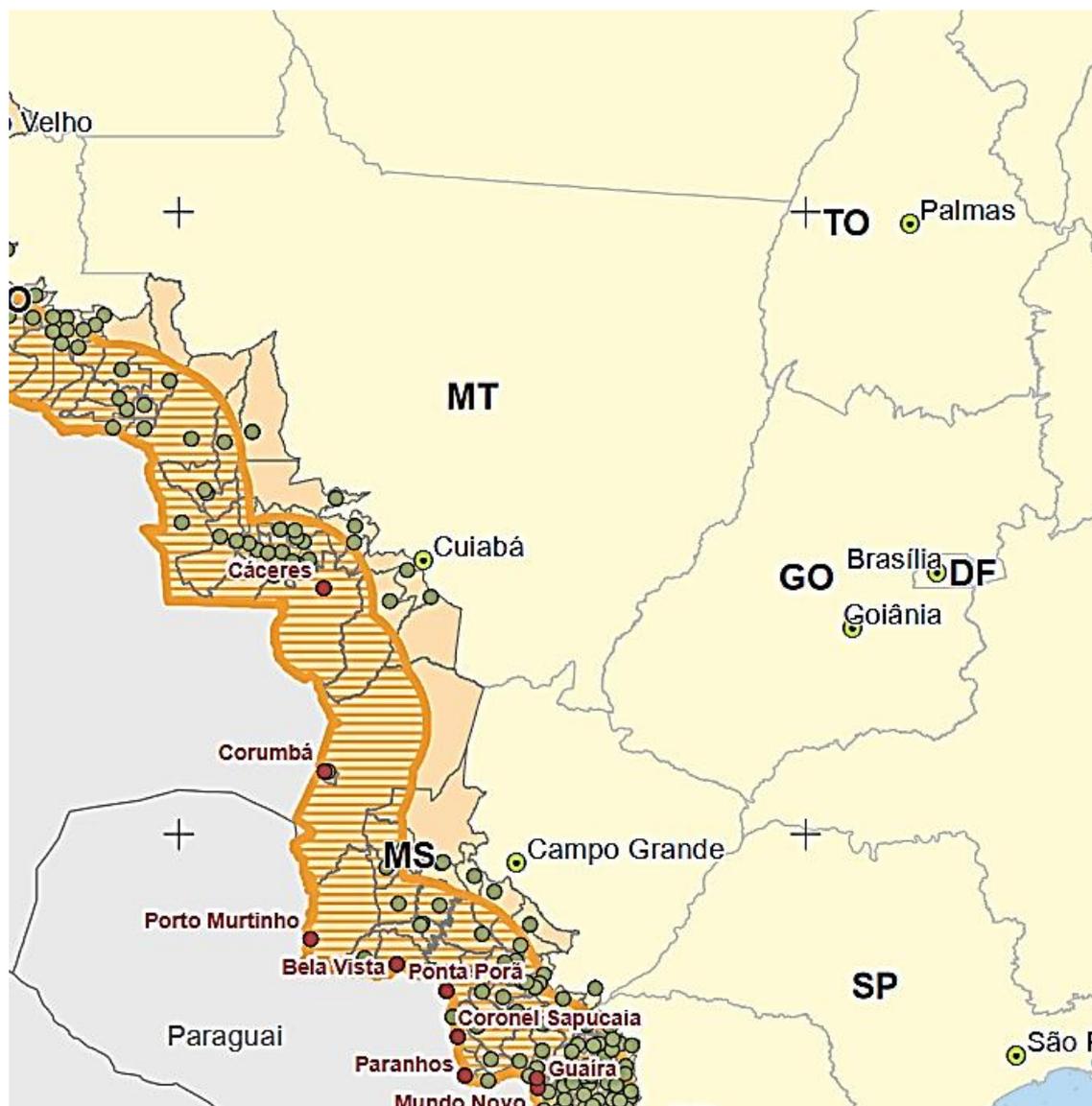


Figura 12 Faixa de fronteira – Arco Central (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – exceto Rondônia).
Fonte: IBGE, 2023.

No Centro-Oeste, são 73 municípios na faixa de fronteira, conforme **figura 12**, com população total de cerca de 1.790.255,00 (um milhão, setecentos e noventa mil, duzentos e cinquenta e cinco habitantes), e as cidades-gêmeas de Bela Vista, Coronel Sapucaia, Corumbá, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul, e Cáceres, no Estado do Mato Grosso.

As cidades médias do Arco Central da faixa de fronteira, conforme **tabela 8** a seguir, são: Ponta Porã (Mato Grosso do Sul) – Pedro Juan Caballero (Paraguai), com estimativa populacional de 216.217 habitantes, e Corumbá/Ladário (Mato Grosso do Sul) - Puerto Quijarro/Puerto Suárez

(Bolívia), com 172.145 habitantes. Estas configuram os 2º e 4º maiores arranjos populacionais internacionais brasileiros, ou seja, têm contiguidade espacial da mancha urbana e infraestruturas de transporte que permitem fluxos de mercadorias e pessoas entre os países, e representam locais de integração sul-americana com países vizinhos.

Arranjo populacional internacional	Município/cidade	Unidade Federativa	População estimada 2020
Corumbá	Corumbá	Brasil	112.058
	Ladário	Brasil	23.699
	Puerto Quijarro	Bolívia	16.559
	Puerto Suarez	Bolívia	19.829
	Total		172.145
Ponta Porã-Pedro Juan Caballero	Ponta Porã	Brasil	93.937
	Pedro Juan Caballero	Paraguai	122.190
		Total	216.217

Tabela 8 Arranjos populacionais internacionais segundo a composição dos municípios brasileiros e cidades transfronteiriças.

Fonte: SUDECO, 2023.

Neste Arco Central localizam-se duas importantes bacias hidrográficas: a Amazônia e a do Prata, com um sistema produtivo com quatro tipologias: 1) frentes pioneiras, com pequenos e grandes produtores rurais e produção agrícola com baixo valor agregado; 2) pantaneiro, com grandes propriedades e criação intensiva de gado; de 3) agricultura intensiva, introduzida por agricultores do sul do Brasil, com uso acentuado de máquinas e tecnologia em grandes extensões de lavouras, e baixa geração de emprego; e, por fim, 4) industrial-comercial, estas duas últimas com forte vínculo com o agronegócio e conformando uma rede de pequenas e médias cidades de apoio às relações típicas do agronegócio brasileiro.

A aferição do potencial de competitividade das cidades medias, considerada neste Plano para fins de indicação de ações estratégicas para o território, considera indicadores cujos pontos de partida são os eixos setoriais da PNDR: desenvolvimento produtivo; ciência, tecnologia e inovação; educação e qualificação profissional; infraestrutura econômica e urbana; desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais; e fortalecimento das

capacidades governativas dos entes federativos, complementados por variáveis de modalidade territorial. Além destes, tem-se que indicadores relacionados à infraestrutura logística localizam o grau de importância do centro urbano neste âmbito: rodovias e terminais de abastecimento (armazéns); ferrovias e terminais ferroviários; hidrovias (rotas e terminais) sistema portuário (portos e terminais); sistema aeroviário (aeroportos e terminais de carga); dutovias (rotas e terminais de tancagem); unidade de processamento de gás natural (UPGN) e refinarias; biocombustíveis (usinas produtoras e tancagem); energia (geração, rede e estações rebaixadoras); e telecomunicações e Internet (redes de fibra ótica).

É fato que as redes técnicas, de infraestrutura, são os suportes estratégicos para a modernização, essenciais para o desenvolvimento e para a competitividade, e impactam e organizam o território em porções de densidade técnica variável, sendo a base técnica para a sua produção. São, também, fatores de desigualdade, desde que, lado ao lado à ação política no território, pode conformar espaços mais ou menos privilegiados de densidades técnicas, definindo diferenciações e desigualdades que podem reduzir ou aumentar as desigualdades regionais.

A distribuição territorial das cidades médias no Brasil evidencia maior ocupação na região geoeconômica Centro-Sul e ao longo da costa brasileira. Das 230 cidades médias do Brasil, cerca de 54,8% se encontram no Centro-Sul, 26,9% no Nordeste e 18,3% na Amazônia, devendo-se ressaltar que a maior parte das cidades médias na região Centro-Sul possuem nível populacional mais elevado, de 100 a 500 mil habitantes, e nas outras duas regiões, a proporção de cidades médias é maior nas faixas inferiores de população, 75 mil a 100 mil habitantes no Nordeste e de 100 a 250 mil habitantes na Amazônia.

Na região Centro-Oeste, os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul possuem menor quantidade de cidades médias do que o restante do país, e destaque deve ser dado para as cidades do agronegócio da soja e outras *commodities*, como as cidades goianas de Jataí e Rio Verde e a sul mato-grossense de Dourados.

Segundo estudo do IPEA (2022b), o avanço da ocupação agropecuária e a ampliação da infraestrutura de rodovias - conforme **figura 13**, possibilitou o crescimento de cidades no Brasil. Neste processo partem do sul do Estado do Mato Grosso dois eixos de ocupação: um,

partindo de Cuiabá em direção ao norte do estado por meio da rodovia BR-163, ao longo da qual se encontram as cidades de Sorriso e Sinop; um segundo, que rumo a noroeste pela BR-364, desde Cáceres até o arranjo populacional da capital de Rondônia, Porto Velho, e seguindo até Rio Branco, no Acre.

Além desses, destaca-se outro eixo de ocupação em torno da BR-153-010, que, partindo de Goiânia, atravessa todo o estado do Tocantins em sentido sul-norte – onde estão as cidades de Gurupi, Palmas e Araguaína –, segue em direção à região conhecida como “bico do papagaio” – tríplice divisa entre Pará, Maranhão e Tocantins, na qual há cidades emergentes no lado nordestino (arranjo populacional de Imperatriz e Açailândia, no Maranhão) e no lado paraense (como Marabá e Parauapebas) –, até atingir a porção nordeste do Pará, onde, além da metrópole de Belém, estão localizadas várias cidades médias, das quais se destacam Paragominas, Castanhal e Barcarena.

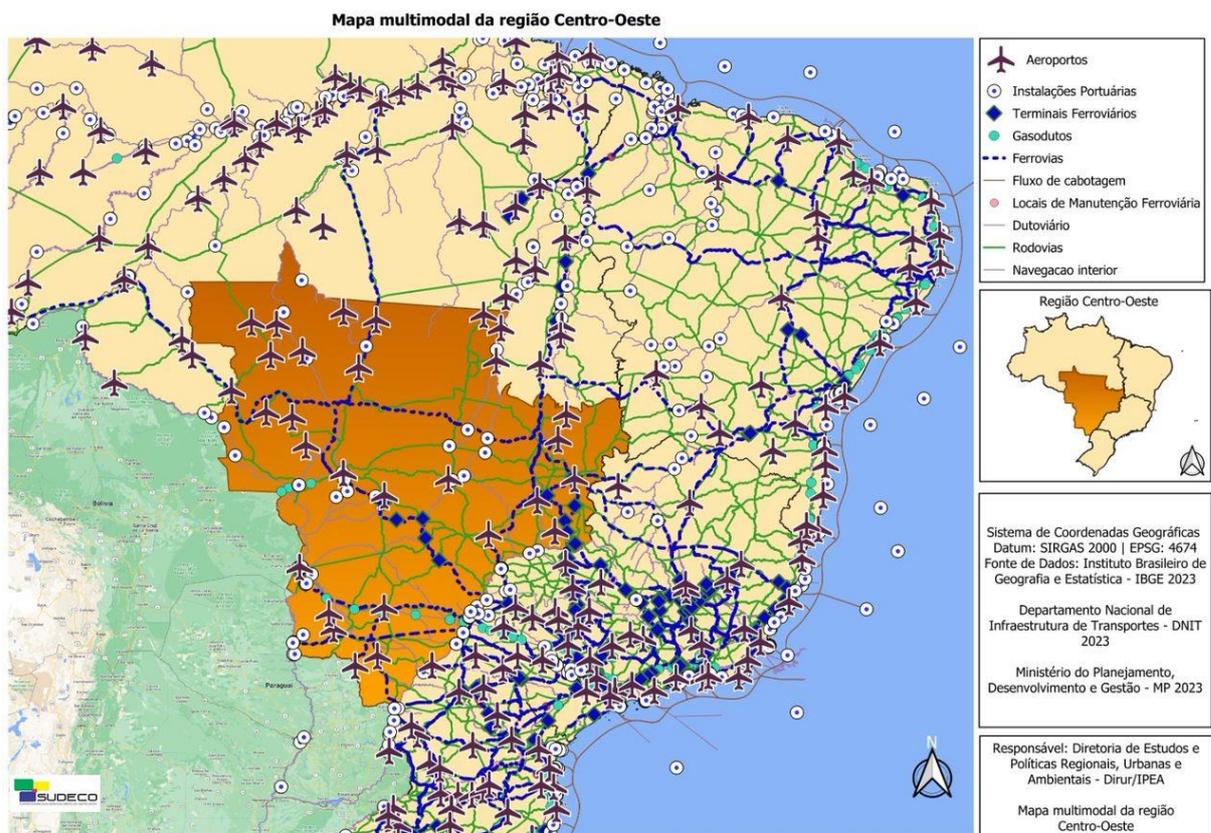


Figura 13 Mapa multimodal da região Centro-Oeste.
Fonte: IPEA, 2023

Enquanto área metropolitana, o arranjo populacional de Goiânia está no topo do *ranking* populacional neste tipo de recorte, seguida da área metropolitana de Cuiabá. A instituição de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas são competência dos estados, e no caso das Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs), a competência é da União, dada pelo art. 43, parágrafo 1º da Constituição Federal de 1988.

As regiões metropolitanas e aglomerações urbanas são recortes territoriais instituídos por lei complementar estadual, de acordo com a determinação da Constituição, visando integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. As RIDEs constituem aglomerações urbanas situadas em mais de uma Unidade da Federação, sendo criadas por legislação específica na qual os municípios que as compõem são elencados, sendo definidos a sua estrutura de funcionamento e os interesses das unidades político-administrativas (IPEA, 2022a).

Neste sentido, figura na região Centro-Oeste a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), região integrada de desenvolvimento econômico criada pela Lei Complementar n.º 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentada pelo Decreto n.º 7.469, de 04 de maio de 2011, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal.

Ainda assim, as cidades pequenas e médias aumentaram sua participação relativa no PIB entre os anos 2010-2018, enquanto as grandes áreas metropolitanas e as áreas metropolitanas estão perdendo participação no PIB nacional, havendo evidências do processo de transferência de produção das maiores cidades do país para as de pequeno e médio porte. A tendência de expansão de renda foi maior nas cidades pequenas e médias ao longo dos anos 2010 a 2018, reforçando a ideia de que as aglomerações metropolitanas “perderam atratividade enquanto centros de imigração” (IPEA, 2022a).

Os municípios onde a agropecuária constitui-se a principal atividade econômica constituem-se importantes atores no panorama da variação positiva do PIB *per capita* nas pequenas e médias cidades. A partir de levantamento do IBGE (2019), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento observou que “os municípios com maior Valor da Produção Agrícola (VPA) do país têm, em média, uma elevada participação do PIB Agropecuário no PIB total do

município”. Dentre os cinquenta municípios com maior VPA do país, cuja média de participação do PIB Agropecuário no PIB total é de 36,8%, a maior parte situa-se nos Estados de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Bahia.

Paralelamente a isto, observa-se que região Centro-Oeste integra parte da região geoeconômica da Amazônia e parte da região geoeconômica do Centro-Sul.

Alguns dados da presença do Valor Acrescentado Bruto (VAB) enquanto resultado da atividade produtiva ao longo dos anos de 2010 e 2018, são importantes para demonstrar que, no Centro-Sul, onde se inserem também o Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul, se manifestaria uma forte metropolização regional, com as grandes áreas metropolitanas (45,9%) e áreas metropolitanas (12,5%) respondendo por três quintos da geração do PIB regional. As cidades médias (21,5%) e as pequenas (20,2%) apresentariam valores bem próximos, cada uma responsável por cerca de um quinto do PIB regional em 2018, conforme **figura 14**, a seguir.

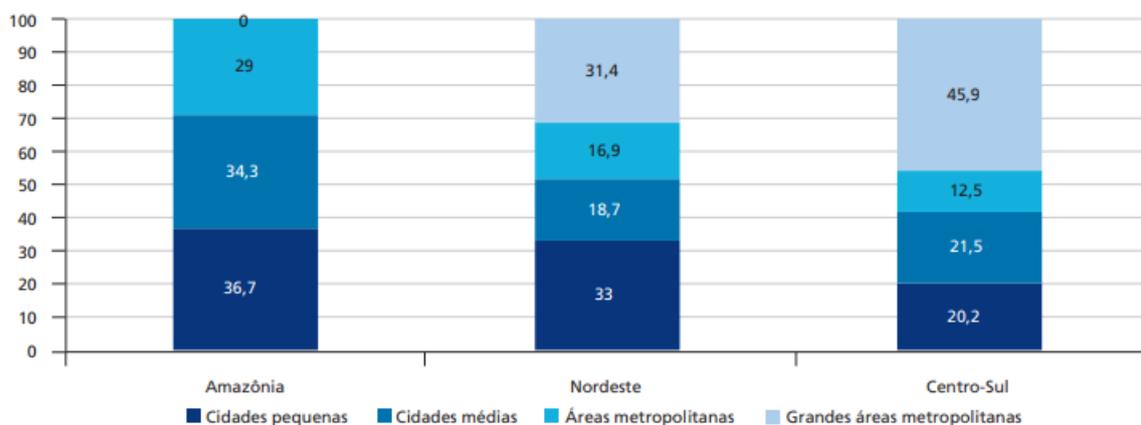


Figura 14 Brasil: distribuição do PIB por região geoeconômica e tipologia das áreas urbanizadas.
Fonte: IPEA, 2022b.

Já na Amazônia, onde se insere também o Estado do Mato Grosso, observa-se que as cidades médias desempenham um papel decisivo, com cerca de um terço do PIB regional (34,3%), ligeiramente inferior às cidades pequenas, que respondem por 36,7%. No que tange à distribuição do Valor Acrescentado Bruto por setor econômico, nota-se uma diferença entre as regiões afetas à região Centro-Oeste, conforme pode ser observado na **figura 15** a seguir.

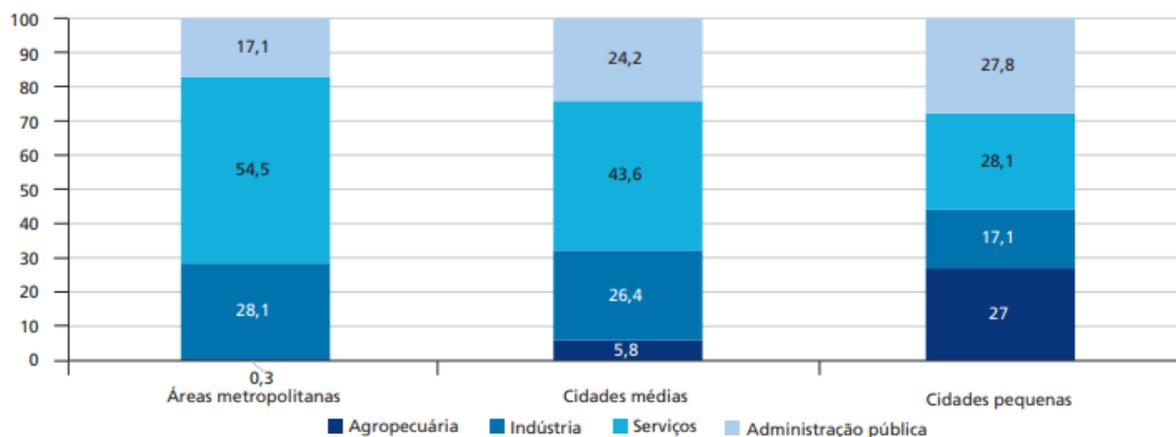


Figura 15 Amazônia: distribuição do Valor acrescentado Bruto por setor econômico.
Fonte: IPEA 2022b.

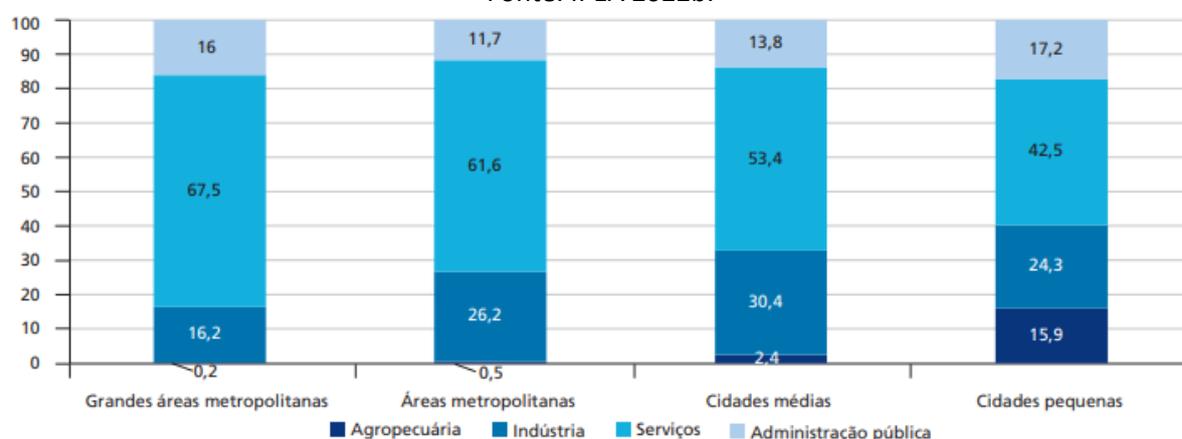


Figura 16 Centro-sul: distribuição do Valor acrescentado Bruto por setor econômico.
Fonte: IPEA, 2022b.

Enquanto na Amazônia, a agropecuária, os serviços e a administração pública marcam uma presença fundamental na composição do valor nas pequenas e médias cidades, que são a maioria, no Centro-Sul, **figura 16** anterior, os serviços, que ainda são predominantes nas grandes áreas metropolitanas, e as atividades industriais, marcam forte presença nas pequenas e médias cidades, sendo que nestas cidades do Centro-Sul se observa, também, um importante aspecto de participação da administração pública reduzida, diferenciando-as fortemente da “Amazônia e, principalmente, do Nordeste, onde a economia ainda é fortemente dependente do valor adicionado bruto da administração pública” (IPEA, 2022a).

Nas últimas duas décadas a expansão da fronteira agrícola, como dito, tem ocorrido em novas bases tecnológicas, impactando o bioma cerrado de forma incisiva, tendo em vista as novas tecnologias de cultivo com menor utilização de água.

Desta forma, a espacialização produtiva da agropecuária no Centro-oeste tem se expressado em duas vertentes: a expansão nas áreas do cerrado em direção ao Norte, em direção ao MATOPIBA e a intensificação da atividade agropecuária em áreas limítrofes da fronteira. As cidades médias na região se fortaleceram com esta expansão: Mato Grosso (Sinop, Sorriso e Rondonópolis), Mato Grosso do Sul (Dourados e Três Lagoas) e Goiás (Rio Verde e Anápolis). Em relação à economia nos arranjos transfronteiriços centro-oestinos, Corumbá é ainda um município de grande extensão territorial, “maior que alguns países europeus como a Suíça. Destaca-se no setor agropecuário, em especial no rebanho bovino. O aeroporto internacional de Corumbá é de importância estratégica para a tríplice fronteira, bem como para o desenvolvimento do turismo no Pantanal, importante bioma sul-americano. Em que pese a pouca expressão do PIB industrial, Corumbá apresenta importante atividade mineradora de minério de ferro e manganês, recursos explorados no Maciço do Urucum que impactam a economia local com a existência de indústrias de beneficiamento de manganês, metalurgia e produção de cimento e calcário” (IPEA, 2022b).

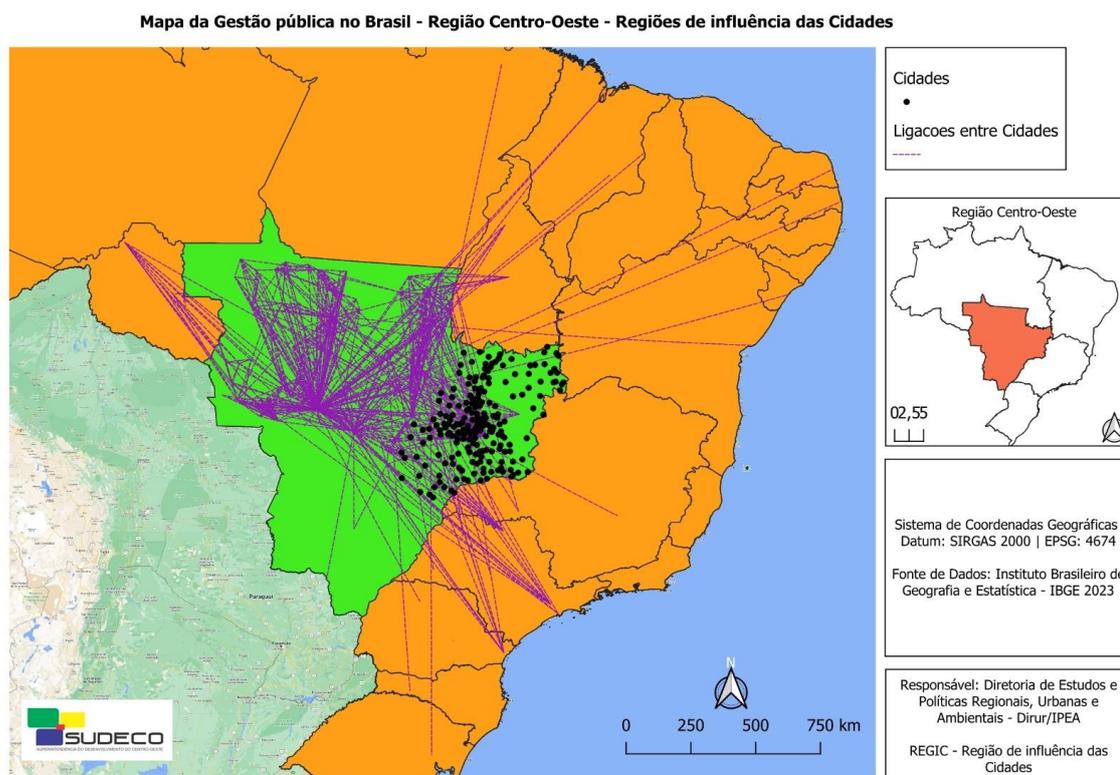


Figura 17 Mapa da Gestão Pública no Brasil- Região Centro-Oeste. Regiões de Influência das Cidades.
Fonte: IPEA, 2023.

A gestão e a governança das cidades médias também é fator preponderante para a definição e execução de políticas públicas efetivas, dado que as capacidades técnico-administrativa e político-relacional caminham de forma paralela à sua capacidade de planejamento e gestão e podem ser impactados pela centralidade exercida pela cidade média. Este aspecto contribui para a definição de seu papel na rede regional, conforme **figura 17**.

Para caracterização de aspectos da governança urbana e territorial dos municípios, neste Plano, serão considerados os seguintes:

- 1) caracterização e o uso do território e
- 2) Capacidade de planejamento e gestão (instrumentos, sistema de planejamento e gestão, incluindo sistema de informação, sistema de informação, participação da sociedade organizada, consórcios municipais e políticas públicas).

Grande parte dos desafios das cidades brasileiras e, por extensão, da região Centro-Oeste, estão ligados à prestação de serviços públicos e de habitação. O déficit de saneamento e as dificuldades de mobilidade urbana, o déficit e a precariedade habitacional, a regularização fundiária, a necessária modernização da gestão, a precária regulação e aplicação dos instrumentos de planejamento urbano são aspectos importantes deste cenário, e indicam que é necessário fortalecer tanto a política quanto a gestão urbanas, através da aplicação de instrumentos aderentes às condições econômicas e sociais da população, de preferência num esforço cooperativo com os diversos atores institucionais ou não, que participam e são afetados pelas decisões de planejamento.

Neste sentido, a dimensão da gestão urbana que abarca mecanismos intermunicipais de gestão na busca de soluções para as demandas coletivas de desenvolvimento, e os que envolvam a gestão compartilhada de funções públicas de interesse comum, deve ser considerada. Os consórcios municipais podem contribuir na viabilização da prestação de serviços essenciais, atendimento às demandas específicas e comuns; as parcerias público-privadas podem contribuir para suprir carências técnico-financeiras e dar agilidade à solução de problemas urbanos; já o aperfeiçoamento dos serviços públicos através da modernização da gestão urbana fortalece o município e o prepara para novos desafios de desenvolvimento, como alguns exemplos.

Um índice de governança municipal das cidades médias da região Centro-Oeste foi elaborado com base na análise de indicadores em três dimensões de gestão (IGM/ CFA, 2023):

- 1) Finanças, em seus aspectos fiscal (autonomia, gasto com pessoal, capacidade de investir e liquidez), de investimento *per capita* (educação e saúde), equilíbrio previdenciário (situação previdenciária) e custo do legislativo (gasto com legislativo);
- 2) Gestão, quanto ao planejamento (planejamento da despesa, captação de recursos e percentual de atendimento à Lei das MPEs), transparência (percentual de disponibilidade de informações no IGM-CFA, percentual de irregularidade no CAUC e índice de transparência identificado nas pesquisas MUNIC/ IBGE) e colaboradores (servidores e comissionados); e
- 3) Desempenho, quanto à educação (taxa de abandono escolar, nota IDEB 5º ano, nota IDEB 9º ano, taxa de distorção idade-série e taxa de cobertura de creches), saúde (mortalidade infantil, percentual de cobertura atenção básica, percentual de cobertura vacinal), saneamento e meio ambiente (acesso à água, acesso à coleta de esgoto, tratamento de esgoto), vulnerabilidade (percentual de pessoas vulneráveis) e segurança (taxa de homicídios, taxa de mortes no trânsito).

Pode-se afirmar que as cidades médias da região Centro-Oeste, à exceção de Cáceres/ MT, que figura entre as 10 primeiras de seu grupo, apresentaram baixa performance geral nos indicadores em seus grupos, conforme **tabela 9** a seguir.

Índice IGM-CFA	
Cáceres/ MT	6,99 (posição 10/ melhor do grupo 5- 177 municípios - 8,20)
Sorriso/ MT	7,09 (posição 36/ melhor do grupo 6- 177 municípios - 8,38)
Ponta Porã/ MS	5,32 (posição 142/ melhor o grupo 6- 177 municípios - 8,38)
Formosa/ GO	5,61 (posição 109/ melhor do grupo 7- 163 municípios - 7,93)
Corumbá/MS	6,04 (posição 92/ melhor do grupo 7 – 163 municípios - 7,93)
Anápolis/ GO	5,39 (posição 135/ melhor do grupo 8 – 162 municípios - 8,48)
AP de Catalão/ GO	5,76 (posição 119/ melhor do grupo 8 – 162 municípios - 8,48)

AP de Itumbiara/GO	5,49) posição 131/ melhor do grupo 8 – 162 municípios - 8,48)
Jataí/GO	4,90 (posição 143/ melhor do grupo 8 – 162 municípios - 8,48)
Rio Verde/GO	5,81 (posição 117/ melhor do grupo 8 – 162 municípios - 8,48)
AP de Barra do Garças/ MT	5,84 (posição 114/ melhor do grupo 8 – 162 municípios - 8,48)
Sinop/ MT	6,27 (posição 88/ melhor do grupo 8 – 162 municípios - 8,48)
Três Lagoas/ MS	5,95 (posição 108/ melhor do grupo 8 – 162 municípios - 8,48)
Rondonópolis/ MT	5,19 (posição 138/ melhor do grupo 8 – 162 municípios - 8,48)
Tangará da Serra/ MT	6,29 (posição 87/ melhor do grupo 8 – 162 municípios - 8,48)
Dourados/ MS	5,89 (posição 114/ melhor do grupo 8 – 162 municípios - 8,48)

Tabela 9 Índice IGM-CFA nas cidades médias da região Centro-Oeste.
Fonte: CFA, 2023.

Um rol de cidades médias da região Centro-Oeste apresenta potencial de competitividade de acordo com três vetores de desenvolvimento: economia e finanças, inovação e logística, e deve ser considerado para efeito de direcionamento de ações e políticas públicas, com vistas - consideradas estas especificidades - ao aproveitamento deste potencial para a consolidação de “uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País” conforme preceitua a PNDR.

De acordo com critérios de centralidade definidos pelo IBGE (2020), as cidades médias da região Centro-oeste ocupam um espaço na hierarquia urbana e se inscrevem num contexto de rede urbana em transformação, reestruturação e mudanças, apresentando um aumento do número de cidades nos níveis mais altos da hierarquia da tipologia de rede de cidades. Por exemplo, a região Centro-Oeste contava com 3 capitais regionais em 2008, passando para 6 em 2020. Já o centro sub-regional foi a tipologia que teve o maior aumento neste período e, no caso da região Centro-Oeste, houve um aumento de 7 em 2008 para 34 cidades desta tipologia em 2020.

Houve, também, entre os dois estudos de rede urbana de cidades do IBGE (2008 e 2020) uma perda de hierarquia urbana em cidades médias da região, como ocorreu com Cáceres, no

Mato Grosso. Já ganharam posições o arranjo transfronteiriço de Corumbá, no Mato Grosso do Sul; as cidades Sinop e Sorriso em Mato Grosso, possivelmente pelo dinamismo da expansão agropecuária e mineral; Anápolis em Goiás e Três Lagoas em Mato Grosso do Sul, fortalecidas por seu papel de centralidade em serviços como educação e saúde, e competitividade, pelo dinamismo econômico, inovação e logística.

Importa destacar que uma análise comparativa observou que, embora seja baixa a mobilidade urbana brasileira entre os dois estudos, no conjunto de 230 cidades médias pesquisadas pelo IPEA (2022b), e do qual deriva o rol do Centro-Oeste, 52,2% mantiveram sua tipologia, 40% ascenderam e apenas 7,8% foram rebaixadas na hierarquia urbana.

Conforme o IPEA (2022b), a manutenção das cidades médias na nesta tipologia durante o contexto de crise econômica a partir de 2008 e seus desdobramentos posteriores parecem demonstrar uma capacidade de resiliência destas cidades e, para aquelas que se elevaram na hierarquia situam-se em áreas de dinamismo econômico “especialmente em cidades onde a moderna agricultura induz o crescimento da produção agropecuária, a instalação de redes de serviços e complexos agroindustriais e minerais e, em consequência, a geração de postos de trabalho”. Outro fator importante foi o fortalecimento de cidades médias como Anápolis/ GO, decorrente da instalação de infraestrutura logística, e Catalão/ GO, com o impacto decorrente da produção mineral.

No contexto de identificação do protagonismo das cidades médias, importa considerar que esta condição se dá pela sua articulação, para além da relação com as de maior hierarquia urbana, também com outras cidades de menor dinamismo e/ou porte populacional, e isto gera uma configuração denominada área de influência, com extensão variada segundo o papel que o polo representado pela cidade média exerce sobre o território.

Assim, para a região Centro-Oeste, tem-se as seguintes configurações de influência e centralidade, conforme **quadro 2** a seguir.

AP De Barra Do Garças - MT	Centro Sub-regional A			Araguaiana
		Bom Jesus do Araguaia Canarana Confresa	Centro de Zona B Centro de Zona B Centro de Zona A	AP Torixoréu/MT/ Baliza/GO Bom Jardim de Goiás Novo Santo Antônio Gaúcha do Norte Canabrava do Norte Porto Alegre do Norte Santa Cruz do Xingu Santa Terezinha São José do Xingu General Carneiro Campinápolis Novo São Joaquim Ponte Branca Querência Ribeirão Cascalheira Ribeirãozinho Alto Boa Vista Luciara Novo Santo Antônio Serra Nova Dourada
		Nova Xavantina	Centro de Zona B	
		São Félix do Araguaia	Centro de Zona B	
Rondonópolis- MT	Capital Regional C			Alto Garças Guiratinga Itiquira Pedra Preta Poxoréu São José do Povo Sonora Tesouro
	Capital Regional C	Colíder	Centro de Zona A	Cláudia Nova Canaã do Norte Nova Santa Helena Feliz Natal Novo Mundo Itaúba
Sinop-MT		Juara	Centro de Zona A	Novo Horizonte do Norte Porto dos Gaúchos Marcelândia Matupá Nova Guarita Novo Progresso Peixoto de Azevedo Santa Carmem Tabaporã Terra Nova do Norte

				União do Sul Vera
Sorriso/ MT	Centro Sub-regional A			Ipiranga do Norte Nova Ubitatã Itanhangá
Tangará da serra/ MT	Centro Sub-regional A	Barra do Bugres	Centro de Zona A	Porto Estrela Brasnorte Denise Nova Olimpia
		Campo Novo do Parecis	Centro de Zona A	
		Sapezal	Centro de Zona A	
Jataí/ GO	Centro Sub-regional B			Perolândia Serranópolis
Cáceres/ MT	Centro Sub-regional B			Curvelândia Glória do D'Oeste Indiavaí Jauru Lambari D'Oeste Porto Esperidião Reserva do Cabaçai Rio Branco Salto do Céu São José do Quatro Marcos
Anápolis/ GO	Capital Regional C			Abadiânia Alexânia Campo Limpo de Goiás Cocalzinho de Goiás Corumbá de Goiás Gameleira de Goiás Goianápolis Jesúpolis Ouro Verde de Goiás Pirenópolis São Francisco de Goiás

AP de Itumbiara - GO	Centro Sub-regional A	Buriti Alegre Cachoeira Dourada Canápolis Centralina Inaciolândia Panamá
		Anhanguera
AP de Catalão/ GO	Centro Sub-regional B	Campo Alegre de Goiás Cumari Davinópolis Nova Aurora
		Cabeceiras
Formosa/ GO	Centro Sub-regional B	Flores de Goiás Villa Boa
		Aparecida do Rio Doce
Rio Verde - GO	Centro Sub-regional A	Arranjo Populacional de Maurilândia/GO Cachoeira Alta Castelândia Itarumã Montevideo Paranaiguara Santa Helena de goiás Santo Antônio da Barra São Simão
	AP de Corumbá - MS	Centro Sub-regional B

Dourados - MS	Capital regional C	Amambaí	Centro de Zona A	Coronel Sapucaia Paranhos Angélica Caarapó Deodápolis Douradina Fátima do Sul Glória de Dourados Iguatemi Itaporã Ivinhema Jatei Juti Laguna Carapã Maracaju Itaquiraí
		Naviraí	Centro Sub-regional A	Anaurilândia
		Nova Andradina	Centro Sub-regional B	Batayporã Taquarussu Novo Horizonte do Sul Antônio João
		Ponta-Porã	Centro Sub-regional B	Aral Moreira
		Rio Brilhante	Centro de zona A	Sete Quedas Tacuru Vicentina
				Água Clara
				Brasilândia Selvíria
Três Lagoas - MS	Centro Sub-regional A			
AP Internacional DE Pedro Juan Caballero/ Paraguai- Ponta Porã/ Brasil		Centro Sub-regional B		

Quadro 2 Regiões de influência das cidades médias do Centro-Oeste.

Fonte: IPEA, 2022b.

SISTEMA URBANO DAS CIDADES MÉDIAS
Hierarquia Urbana e Regiões de Influência
Mato Grosso e Tocantins

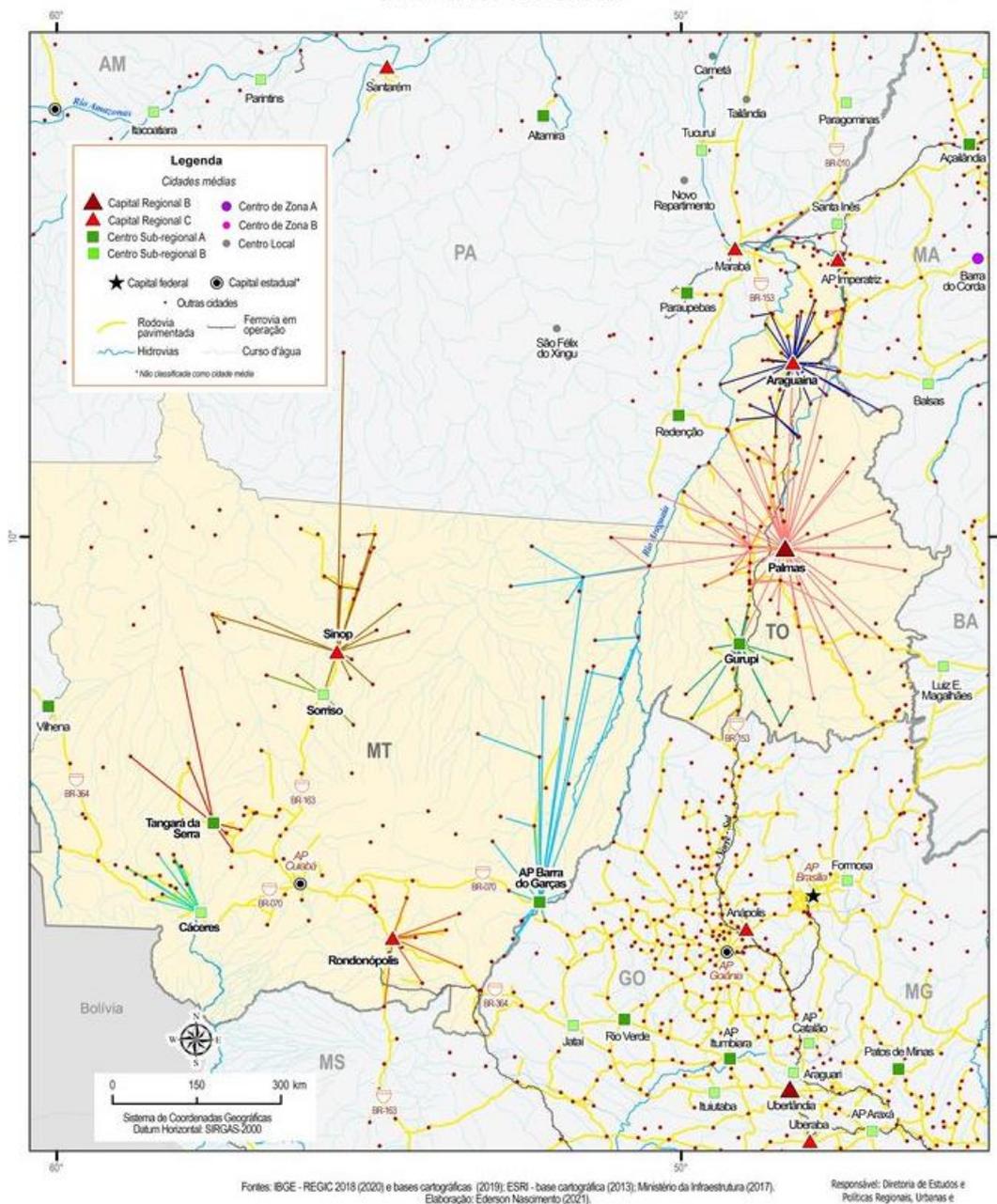


Figura 18 Mato Grosso e Tocantins: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias.
Fonte: IPEA, 2023.

Observa-se na **figura 18** acima que, ao longo do eixo viário da BR-070, o AP de Barra do Garças polariza extensa área no vale do rio Araguaia mato-grossense, com destaque para a produção pecuária bovina. Seguindo o padrão das “frentes pioneiras”, verifica-se no sul de Mato Grosso articulação rodoviária com Goiás e Mato Grosso do Sul, com destaque para Rondonópolis na

“ponta de trilhos” da ferrovia que articula a região a São Paulo; ainda, vetor sul-norte que se estende na porção central de Mato Grosso em torno da BR-163, destacando-se Sinop; mais, a partir da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364), o vetor segue acompanhando a fronteira oeste desde o Mato Grosso em direção ao Acre, onde configurou-se a rede urbana de Rondônia a partir do AP de Porto Velho (situada na cabeceira do rio Madeira e no ponto final da estrada Transamazônica), com quatro centros emergentes: Ji-Paraná e Cacoal, Ariquemes e Vilhena (este eixo se completa a oeste com a articulação a Rio Branco, no Acre) (IPEA, 2022b).

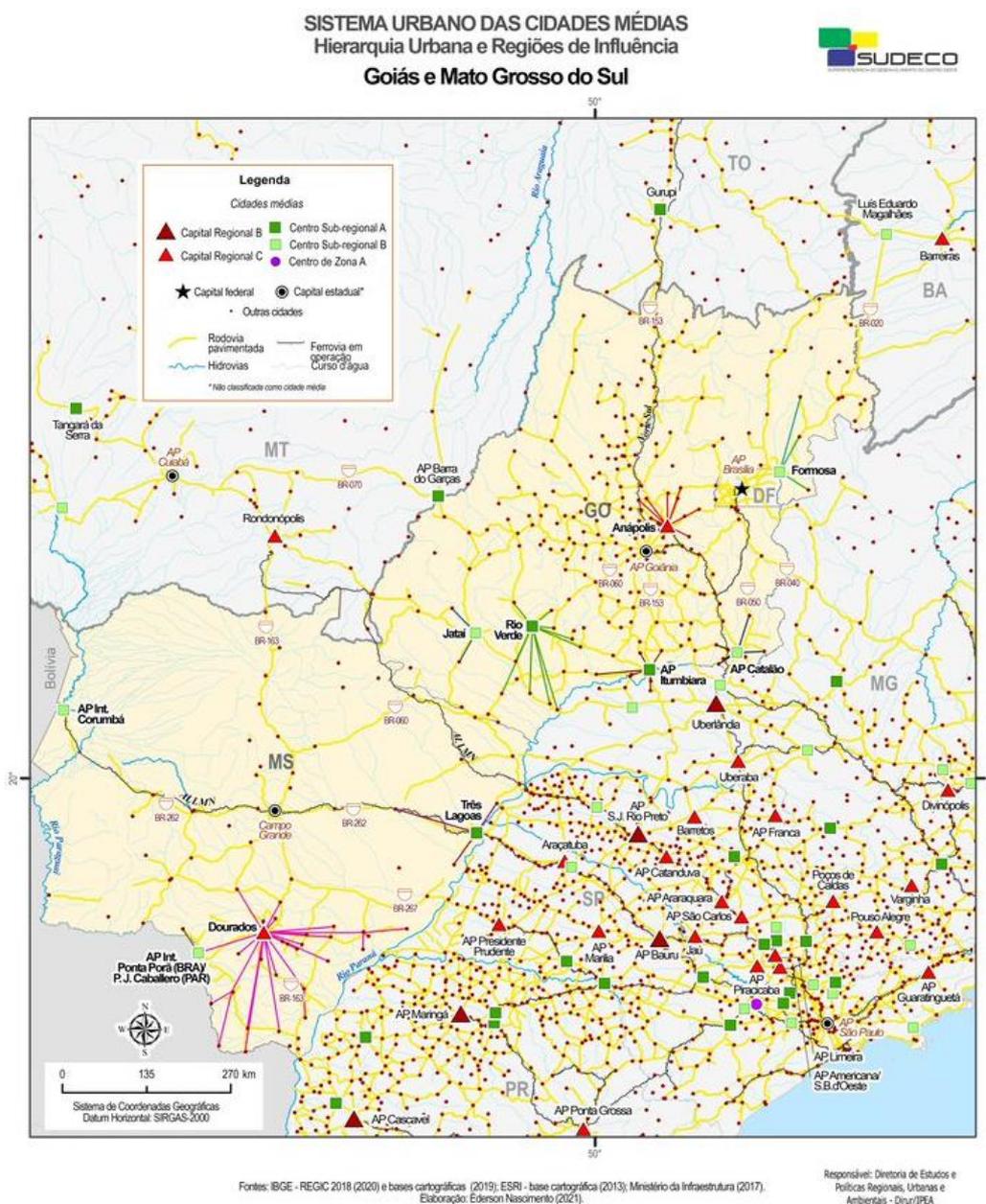


Figura 19 Goiás e Mato Grosso do Sul: hierarquia urbana e regiões de influência das cidades médias.
Fonte: IPEA, 2023.

Conforme a **figura 19** anterior, as cidades médias dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, por sua vez, enquanto integrantes da região geoeconômica Centro-Sul, apresentam-se como espaços de transição entre uma região de intensa urbanização, a leste, e a faixa de avanço da fronteira agropecuária na Amazônia, situação que favoreceu a centralidade das cidades de Rio Verde e Jataí, no estado de Goiás; Dourados, no Mato Grosso do Sul; e, também, as de fronteira Corumbá e Ponta Porã, enquanto “pontas de trilhos” do escoamento de produtos de exportação para São Paulo (Porto de Santos). Estas últimas também protagonizam papel enquanto entrepostos comerciais e rotas de fluxos transfronteiriços (Puerto Quijarro, na Bolívia, e Pedro Juan Caballero, no Paraguai).

Já dentro das relações com as concentrações urbanas paulistas e mineiras, assim como com Brasília e Goiânia, estão as cidades goianas de Anápolis, ligadas àquelas duas últimas pela BR-060, e Catalão e o AP de Itumbiara, mais próximas à de influência de Uberlândia/ MG e aos eixos rodoferroviários norte-sul.

Assim, como polos a exercer papel de centralidade na dinâmica urbana da região Centro-Oeste, o desempenho de suas cidades médias varia entre um dinamismo econômico e geográfico baseado em PIB per capita e Valor Agregado Bruto (VAB) nas cidades da expansão agropecuária do Mato Grosso (Sinop, Sorriso, Rondonópolis), como já visto, e também um dinamismo baseado em serviços financeiros, de tecnologia da informação, gestão empresarial, fluxos e infraestrutura regional e centralidade na saúde e educação (Goiás e Mato Grosso do Sul).

No quesito da competitividade territorial, o estudo dos vetores de economia e finanças (capacidade financeira dos setores público e privado), com indicadores como: PIB per capita, variação real do PIB, autonomia fiscal dos municípios, variação do VAB na agropecuária, indústria, serviços e administração pública, dentre outros, demonstraram que há um aumento expressivo de valores do agronegócio nas cidades médias ligadas a esta atividade (Mato Grosso), e, em contrapartida, uma retração no indicador de valor agregado bruto industrial, inclusive no setor de extração mineral.

Outro vetor de competitividade territorial, a inovação (potencial de gestão sobre indicadores) com indicadores como ligações de banda larga por habitante; recursos liberados pelo

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por habitante (2019); recursos liberados pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) por habitante (2020); número de patentes registradas por 1 mil habitantes (2019); vínculos com nível superior em relação ao total de vínculos de emprego (2019); vínculos nas empresas de maior densidade tecnológica em relação aos vínculos totais da indústria (2019), por exemplo, demonstram densidade um pouco mais expressiva em Goiás e Mato Grosso do Sul, e predomina apenas nas cidades do agronegócio e nos eixos rodoviários no Mato Grosso.

O vetor de infraestrutura e logística, por fim, com a análise de indicadores como: capacidade de armazenamento por habitante; quilogramas de carga aérea transportada por habitante (2019); passageiros de transporte aéreo por habitantes (2019); movimento de transporte rodoviário por habitantes (2016); toneladas de carga movimentada nos portos e terminais por habitantes, como pode ser observado nas **figuras 20 e 21** a seguir.

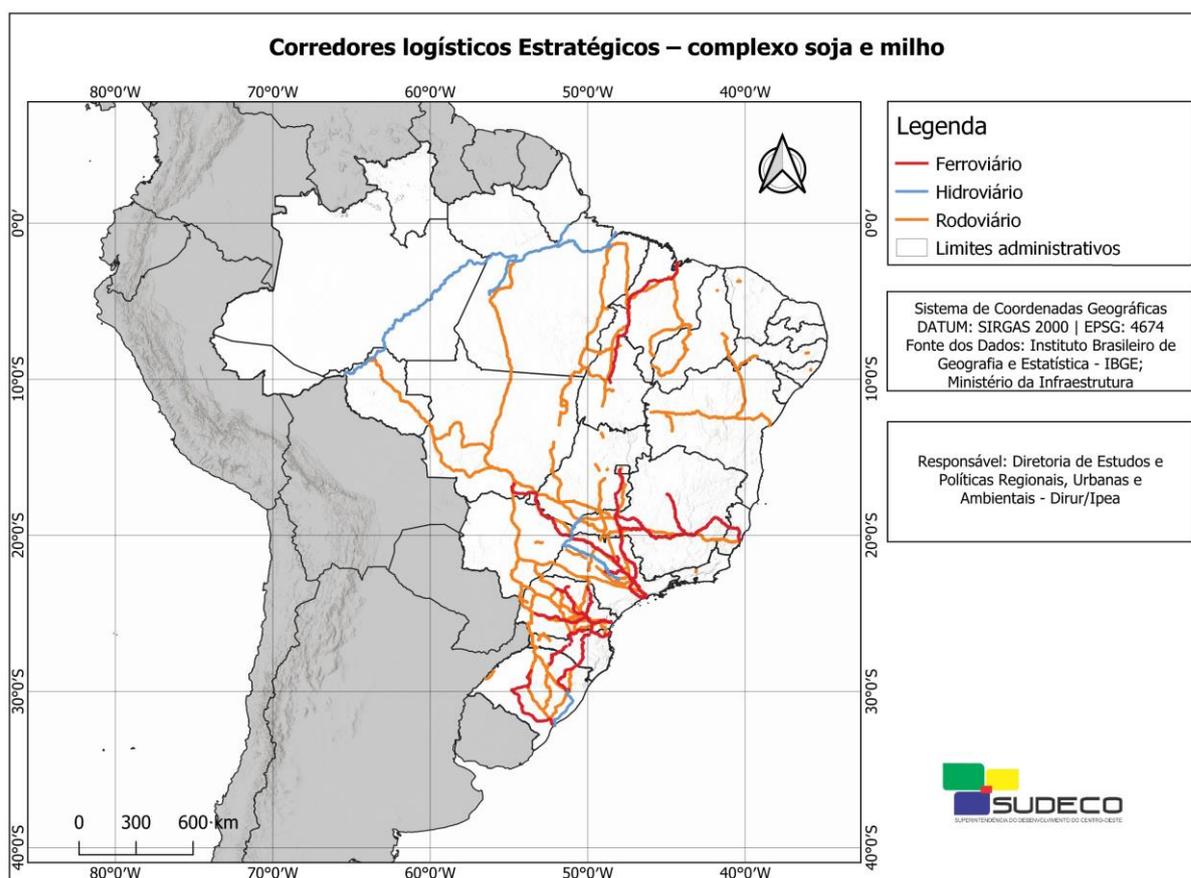


Figura 20 Corredores Logísticos Estratégicos – Complexo soja e milho.
Fonte: IPEA/ Ministério dos Transportes, 2023.

A produção em larga escala de commodities no interior do Brasil demonstra que, nas cidades médias da região Centro-Oeste há grande articulação entre produção, armazenamento, transporte e exportação de grãos e minérios, destacando a importância do agronegócio nestes locais, em direção à Amazônia e demais regiões brasileiras. Na Amazônia, em especial, se apresenta a expansão do setor portuário em cidades como Porto Velho/ RO, Santarém/ PA, Abaetetuba/ PA, Miritituba/ Itaituba/ PA, demonstrando o papel crucial das políticas públicas que articulem a ocupação destes espaços.

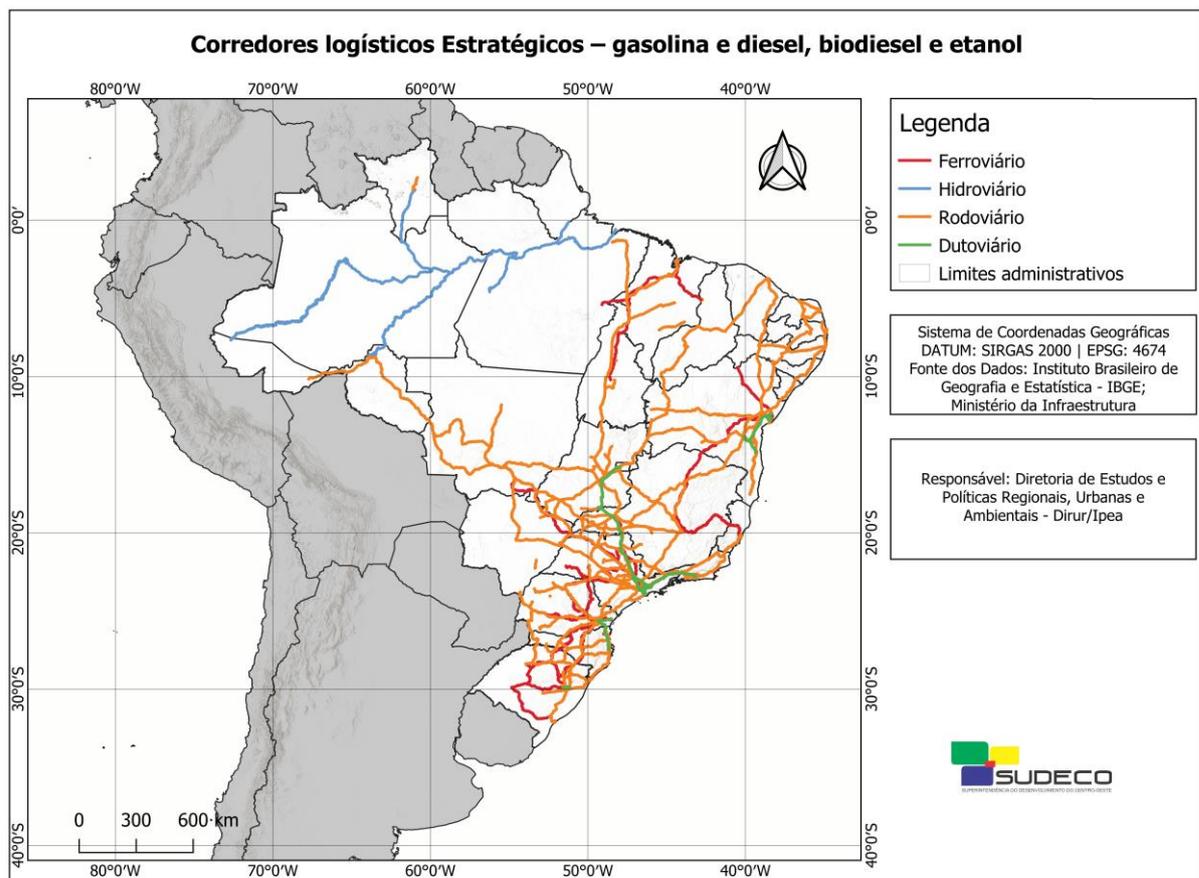


Figura 21 Corredores Logísticos Estratégicos – gasolina e diesel, biodiesel e etanol
Fonte: IPEA/ Ministério dos Transportes, 2023.

Ressalte-se a oportunidade que o potencial de competitividade de cidades médias do Centro-Oeste apresenta para a elaboração de políticas públicas que contribuam para que estas cidades se constituam efetivamente como polos de articulação territorial de interiorização do desenvolvimento regional e urbano, apoiando o processo de desconcentração através do aproveitamento das especificidades locais, fortalecendo a identidade regional e reduzindo as

desigualdades socioeconômicas intrarregionais ao interiorizar, também, as oportunidades de desenvolvimento para as cidades de suas regiões de influência.

Neste sentido, é que o presente plano regional propõe suas ações estratégicas: fortalecendo e apoiando os processos de agregação de valor e diversificação produtiva dos setores agropecuários, industriais e de serviços como o turismo, de forma sustentável; a ampliação da infraestrutura urbana e econômica de forma coordenada e articulada regionalmente; o fortalecimento da governança territorial e da gestão das cidades, a qualificação profissional e a inovação tecnológica.

3.3.1. Rede urbana da região Centro-Oeste – Rondonópolis/ MT

As cidades médias de Mato Grosso, Sorriso e Sinop, são articuladas funcionalmente, especialmente dadas as suas atividades agroindustriais. Ambas foram elevadas em sua posição na hierarquia urbana (IBGE, 2020a). Sinop, de centro sub-regional A para capital regional C, e Sorriso, que subiu três posições, de centro de zona A para centro sub-regional B, apresentam as maiores pontuações nos indicadores econômicos.

Sendo muito próximas e com relevante papel regional, essas cidades possuem forte relação de complementaridade funcional, econômica e logística, justificando sua seleção no rol das cidades médias polarizadoras no estado. Rondonópolis também teve sua posição na hierarquia urbana elevada no período 2007-2018, de centro sub-regional A para capital regional C, apresentando forte atividade econômica na indústria e na agropecuária. Localizada a 219 km da capital Cuiabá e às margens da BR-364, que integra o Mato Grosso ao Centro-Sul do país, seu dinamismo é marcado pelos indicadores de crescimento demográfico, serviços, indústria, agropecuária, administração e gestão empresarial.

Rondonópolis é centro de serviços em diversos setores, como saúde, educação e suporte à agropecuária, e integra Cuiabá, capital e maior cidade do estado, ao Centro-Sul do país com influência sobre oito municípios

3.3.2. Rede urbana da região Centro-Oeste – Barra do Garças/ MT

Barra do Garças, centro sub-regional A, manteve a sua posição hierárquica na rede urbana exercendo ampla área de influência na região do estado, envolvendo os municípios do Vale

do Araguaia, nos estados de Mato Grosso e Goiás. É um AP formado por três municípios: Barra do Garças e Pontal do Araguaia em Mato Grosso e Aragarças no vizinho estado de Goiás. A cidade localiza-se na confluência do rio Garças com o Araguaia e às margens da BR-070, principal via de integração de Mato Grosso com o Centro-Sul.

Ao longo de décadas, Barra do Garças teve seu crescimento vinculado à sua localização estratégica entre o Mato Grosso e Goiás, sendo rota de passagem para entrada e saída de mercadorias e produtos agropecuários, notadamente a produção de grãos. Nos últimos vinte anos, a emergência de centros portuários e de logística na região geoeconômica da Amazônia, como Porto Velho, Santarém e Itaituba, e a construção de rodovias como a Cuiabá-Porto Velho e Cuiabá-Santarém têm modificado os fluxos da produção agropecuária mato-grossense, que até a década de 1990 era escoada apenas pelos portos do Centro-Sul e no século XXI tem intensificado a exportação pelos portos amazônicos.

É uma mudança geoestratégica que tem desdobramentos na emergência de novas cidades médias e eixos de desenvolvimento, articulando o Mato Grosso às cidades da Amazônia. Em que pese a emergência de novas rotas para transporte da safra agropecuária, Barra do Garças consolida-se como cidade média e mantém importância evidenciada pelos indicadores de centralidade, na medida em que a economia mato-grossense cresce cada vez mais.

A expressiva pontuação adquirida por Barra do Garças no estudo do IPEA (2022b) em atividades agropecuárias, serviços, indústria, administração e gestão empresarial confirma o seu papel regional, com influência sobre 26 municípios nos estados de Mato Grosso e Goiás.

3.3.3. Rede urbana da região Centro-Oeste – Anápolis/ GO

As cidades médias do estado de Goiás vêm adquirindo importância crescente na economia, pois elas são os principais centros de destino para a indústria, empregos e mão de obra qualificada, impulsionados pelo processo da desconcentração produtiva, como é o caso das cidades selecionadas de Anápolis, Rio Verde e Itumbiara. Goiás é o sétimo estado brasileiro em extensão territorial, cujas cidades médias constituem-se em nós de integração regional articulando fluxos em direção às diferentes regiões do país.

O estado integra a região geoeconômica do Centro-Sul, limitando-se com os estados de Mato Grosso e Tocantins, na região geoeconômica da Amazônia, com a Bahia, na região geoeconômica do Nordeste, e com Minas Gerais, no Centro-Sul. As políticas de atração de investimentos adotadas a partir dos anos 1990 e a diversificação produtiva com destaque para a agropecuária resultaram no desenvolvimento, para além da metrópole Goiânia, de um conjunto expressivo de cidades médias distribuídas pelo território goiano, tanto ao redor da capital como do Distrito Federal, constituindo o eixo Brasília-Goiânia, reunindo cidades articuladas pelas duas metrópoles com expressiva densidade demográfica e atividade econômica.

Anápolis é uma cidade média distante 150 km de Brasília e 50 km da capital estadual (Goiânia), sendo a terceira maior cidade em população do estado. Ela surgiu como núcleo urbano no século XIX, e até a década de 1930 foi o principal centro urbano do estado, até a transferência da capital estadual da cidade de Goiás para Goiânia. Com a construção de Brasília, nos anos 1950, a cidade intensificou seu processo de desenvolvimento e inserção regional que foi estabelecido no início do século XX como destino do ramal ferroviário da antiga Companhia Mogiana de Transporte Ferroviário (IPEA, 2022b).

A localização de Anápolis no eixo Brasília-Goiânia, metrópoles com regiões de influência de maior alcance, explica o pequeno número de municípios na sua região de influência (onze). No período compreendido entre os dois estudos REGIC (IBGE, 2008 e 2020), Anápolis elevou sua posição hierárquica em uma posição, de centro sub-regional A (2007) para capital regional C (2018), revelando o seu papel polarizador, fortalecido pela proximidade de Goiânia e Brasília, articulando o Centro-Sul e as regiões geoeconômicas do Nordeste e da Amazônia.

Anápolis obteve pontuação máxima no VAB da agropecuária, na gestão pública e na centralidade do ensino superior (IPEA, 2022b). Sua localização geográfica e a rede rodoviária, à semelhança de Uberlândia, conferem à cidade relevante posição estratégica, com o entroncamento rodoferroviário de duas importantes rodovias (BR-060 e BR-153) com as ferrovias Centro-Atlântica e Norte-Sul. Essas rodovias federais atravessam o município de Anápolis e sua área urbana: a BR-060 interliga Brasília-Goiânia até Bela Vista, na fronteira com o Paraguai, atravessando o território do Distrito Federal e os estados de Goiás e Mato Grosso

do Sul; e a rodovia BR-153, denominada de Transbrasiliana, conhecida também como Belém-Brasília, interliga o Centro-Sul a Amazônia.

A BR-060 interliga outros centros urbanos importantes na região Centro-Oeste do Brasil, como Campo Grande e as cidades médias goianas de Rio Verde e Jataí. A rodovia BR-153, construída no governo Juscelino Kubitschek, rompeu o isolamento territorial da Amazônia com o restante do país mediante o transporte rodoviário, permitindo a integração e a articulação regional do Centro-Sul e a formação e o fortalecimento de centros urbanos ao longo de sua rota em direção a Amazônia.

A instalação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) em 1976 reforçou a atratividade do município, transformando-o no maior polo industrial da região Centro-Oeste do Brasil, contando com 150 empresas de diversos segmentos, como indústria de construção, plástico, papel, papelão, alimentos, automobilística e o segundo maior polo farmoquímico do Brasil com geração de mais de 20 mil empregos. O DAIA passa por ampliação com expansão para receber mais duzentas empresas. Há também a instalação de empresas do setor de transportes e logística.²⁴ O DAIA cumpre o papel produtivo de agregar valor à produção agropecuária e mineral do Centro-Oeste por meio de redes de transporte rodoviário e ferroviário.

A comunicação com os portos de Santos e Vitória pela Ferrovia Centro-Atlântica e a Ferrovia Norte-Sul, entre Anápolis, em Goiás, e Açailândia, no Maranhão, e a integração do Maranhão com a Ferrovia Carajás, conforme **figura 22** a seguir, articula outros importantes portos no Nordeste brasileiro – Ponta da Madeira e Itaqui. O DAIA é um distrito agroindustrial propulsor do desenvolvimento no interior de Goiás, principalmente a partir dos anos 1980, com o programa estadual de incentivos fiscais “Fomentar”, concedendo crédito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) às empresas que se instalassem em Goiás.

Empresas do setor farmoquímico, do setor automobilístico, como a Hyundai e CAO A Chery, e do setor agroindustrial estão instaladas neste distrito industrial da cidade média de Anápolis, que conta também com a instalação do Porto Seco de Anápolis, facilitando as exportações e importações de produtos e colocando a cidade em redes de produção global.

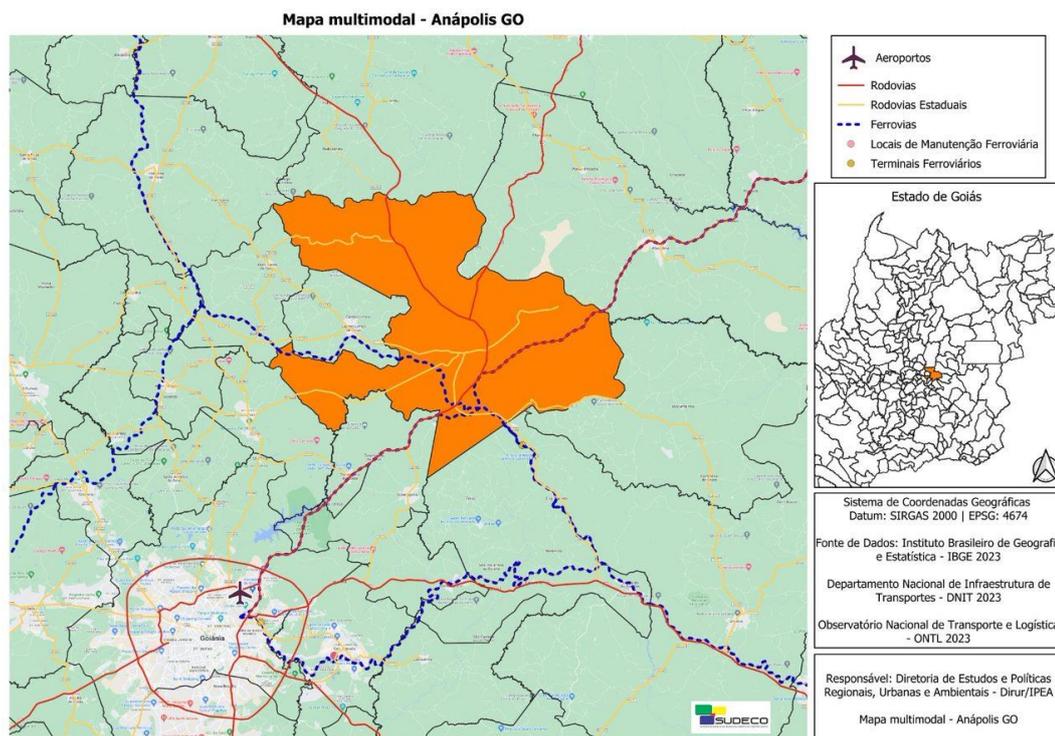


Figura 22 Mapa multimodal - Anápolis/ GO
Fonte: IPEA, 2023.

3.3.4. Rede urbana da região Centro-Oeste – Itumbiara/ GO

A cidade média de Itumbiara está localizada ao sul do estado de Goiás, no limite com Minas Gerais, às margens do rio Paranaíba e da BR-153 (Transbrasiliana). Ela dista 208 km de Goiânia, capital estadual, e a 134 km de Uberlândia, principal cidade média do Triângulo Mineiro, sendo sua região de influência formada por seis municípios.

A pontuação obtida nos indicadores do VAB da agropecuária e VAB da administração destacou sua importância na seleção das cidades médias do estado de Goiás, e a sua localização geográfica, na região do Vale do Paranaíba, ao sul do estado de Goiás, nos limites com Minas Gerais, é uma tradicional região de produção agropecuária, com destaque para a produção de cana-de-açúcar, soja, milho, algodão e pecuária.

O distrito agroindustrial de Itumbiara tem destaque na agregação de valor aos produtos primários da agropecuária, no ramo de metalurgia, calçados, têxtil, mecânico e alimentação. Empresas como a Caramuru Alimentos (soja), Louis Dreyfus Commodities (algodão), JBS (carne e couros) e STEMAC (geradores de energia) são algumas das indústrias instaladas na cidade.

3.3.5. Rede urbana da região Centro-Oeste – Rio Verde/ GO

A cidade média de Rio Verde, com estimativa de 247.259 habitantes em 2020 (IBGE, 2020), localizada no sudoeste goiano, é a quarta maior cidade de Goiás, com região de influência envolvendo dez municípios. Importante centro urbano do sudoeste do estado de Goiás, a cidade dista 231 km de Goiânia, 610 km de Campo Grande e 704 km de Cuiabá, integrando, além das três capitais do Centro-Oeste, uma vasta região produtora de commodities agropecuárias.

Rio Verde obteve pontuação máxima nos indicadores de variação da população (2010-2020), VAB da agropecuária e VAB da administração pública (IPEA, 2022b). Assim como Anápolis e Itumbiara, a cidade média de Rio Verde sedia o distrito agroindustrial com empresas como a Cargill (grãos), Grupo Cereal (insumos, armazenagem e esmagamento de soja), Comigo (soja), BR Foods (grãos/carnes de aves e suínos), Marfrig (bovinos), que são algumas das indústrias instaladas em seu distrito industrial.

A cidade é o maior produtor de soja do estado de Goiás, sendo também importante produtor de arroz, milho, algodão, sorgo, feijão e girassol, além da produção de aves, suínos e bovinos por meio da pecuária intensiva ou confinamento. A inauguração em 2021 do hub logístico – a plataforma multimodal da Ferrovia Norte-Sul – em Rio Verde, a única entre Porto Nacional, no estado do Tocantins, e Estrela D’oeste, promoverá o escoamento de grãos para o Porto de Santos com menor custo.

3.3.6. Rede urbana da região Centro-Oeste – Três Lagoas/ MS

O município possui forte articulação socioeconômica com a rede urbana paulista, principalmente com as cidades médias, “capital mundial da celulose”, está localizada na região do Bolsão do Estado de Mato Grosso do Sul, a 325 km da capital, tendo apresentado acelerado crescimento econômico e demográfico em virtude de investimentos industriais de grande porte, os quais atraíram outras empresas fornecedoras de médio porte, resultando em ciclo virtuoso da atividade econômica e melhoria no atendimento de bens e serviços à população.

Localização privilegiada, no entroncamento de malha rodoviária, ferroviária e fluvial, a cidade constitui um hub de acesso do Centro-Sul a Amazônia. Oferta e atração de mão de obra

qualificada e a existência de centros de pesquisa e laboratórios elevam a competitividade da cidade, possibilitando inovação e desenvolvimento científico voltado à indústria.

3.3.7. Rede urbana da região Centro-Oeste – Dourados/ MS

Dourados está sob influência de Campo Grande e apresenta o maior número de cidades e população na sua área de influência, com pontuação mais elevada nos indicadores de centralidade quanto à dinâmica na hierarquia urbana e ao dinamismo econômico, destacando-se o VAB da indústria e dos serviços.

Além disso, apresenta maior pontuação no índice de atração de aeroportos e na centralidade da gestão pública, saúde e educação. Fundada em 1935 e localizada na região centro-sul do estado, a cidade de Dourados é importante polo econômico por sua atividade na agropecuária, além da indústria, comércio, serviços e infraestrutura.

Com a abertura de rodovias a partir dos anos 1950, a cidade transformou-se em importante centro do agronegócio e desde os anos 1990 o desenvolvimento do setor de comércio e serviços foi decisivo na consolidação de Dourados como polo regional para uma região com cerca de 1 milhão de habitantes, onde sua posição geográfica garante papel central na geopolítica regional (IPEA, 2022b).

Além disso, com população estimada em 225.595 habitantes em 2020 (IBGE, 2021), é polo regional de uma área de influência formada por trinta cidades do seu entorno, atraindo população de outros estados e do exterior que busca os serviços de educação e saúde. O município conta com duas universidades públicas, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), além do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), que oferta ensino técnico e superior.

Na agricultura destaca-se a produção de milho, soja e feijão, além da suinocultura, avicultura, curtumes, usinas de beneficiamento de leite, trigo, derivados e outros. A cidade conta com 448 indústrias de transformação no ramo de alimentos, frigorífico e têxtil, contribuindo para o seu desenvolvimento econômico.

Possui cinco universidades e instituições de capacitação técnica e tecnológica, com unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de

Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Instituto Federal de Educação. Além disso, está em construção o Instituto SENAI de Inovação – Biomassa (ISI Biomassa) e uma agência de desenvolvimento agrário e rural. Com grande potencial turístico, esforços estão sendo realizados por agentes públicos e privados para o desenvolvimento do setor no município voltado para esportes aquáticos e pesca.

3.3.8. Rede urbana da região Centro-Oeste – Corumbá/ MS

O AP internacional de Corumbá constitui, com as cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez na Bolívia e a cidade brasileira de Ladário, um AP transfronteiriço, mas não ocorrendo conurbação da cidade de Corumbá com os demais centros urbanos bolivianos na linha fronteiriça com o Brasil. A cidade teve a sua posição elevada na hierarquia da rede urbana (IBGE, 2008 e 2020) de centro de zona A para centro sub-regional B.

Com importância na infraestrutura regional, no indicador de atração de aeroportos, apresenta maior pontuação na variação do VAB da agropecuária. Corumbá localiza-se na região do Pantanal sul-mato-grossense, na fronteira com a Bolívia e à beira do rio Paraguai, sendo cortada pelo ramal ferroviário que liga o Brasil à Bolívia. Porta de entrada do Pantanal sul-mato-grossense, considerada uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais do planeta, a cidade é a mais importante da região pantaneira devido à atividade agropecuária e mineral.

Com o mais importante porto fluvial do estado, Corumbá é o principal centro urbano do AP internacional transfronteiriço, sendo atendida por dois aeroportos, o de Corumbá e Puerto Suárez na Bolívia. Na indústria de transformação é representativa a produção de alimentos, metalúrgica, laticínios, além da extração mineral (ferro, calcário e manganês – a maior reserva do Brasil) e a existência de estaleiros.

3.4. Região integrada do Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal – RIDE- DF

A RIDE-DF foi estabelecida em 1998, dez anos após o que determinou a Constituição Federal (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988)).

Art. 21. Compete à União:

[...]

IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

[...]

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º - Lei complementar disporá sobre:

I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II - a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

Neste âmbito, a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 (com alterações da Lei Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018) instituiu a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno - RIDE-DF, conforme **figura 23**, a seguir, composta atualmente por 33 municípios: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unai, no Estado de Minas Gerais.

Para a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno- RIDE-DF, conforme **figura 24**, a seguir, espaço formalizado por influência de Brasília e de seu caráter de polo regional, convergem e partem fluxos socioeconômicos que afetam a sua área de influência, composta por municípios goianos de forma mais direta e outros, que buscam Brasília pelos bens e serviços ali fornecidos. Esta relação de dependência acarreta a necessidade de políticas públicas sobre funções públicas de interesse comum que reflitam esta complementaridade, e forneçam soluções efetivas para os problemas urbanos.

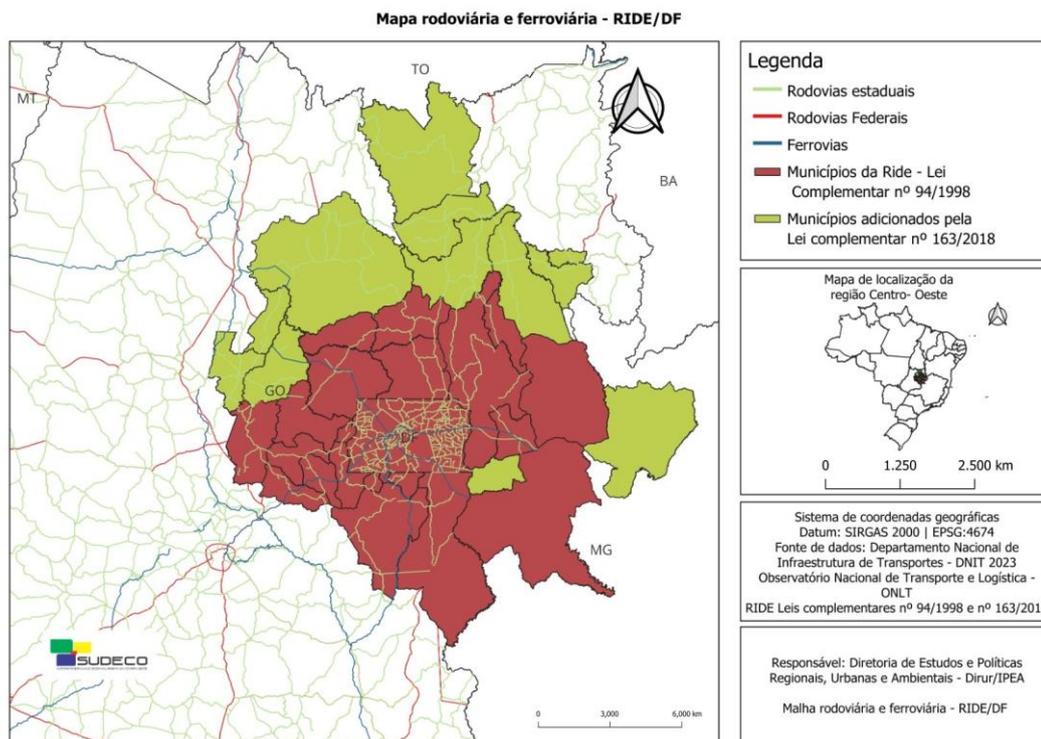


Figura 23 Mapa rodoviário e ferroviário – RIDE/DF
Fonte: IPEA, 2023

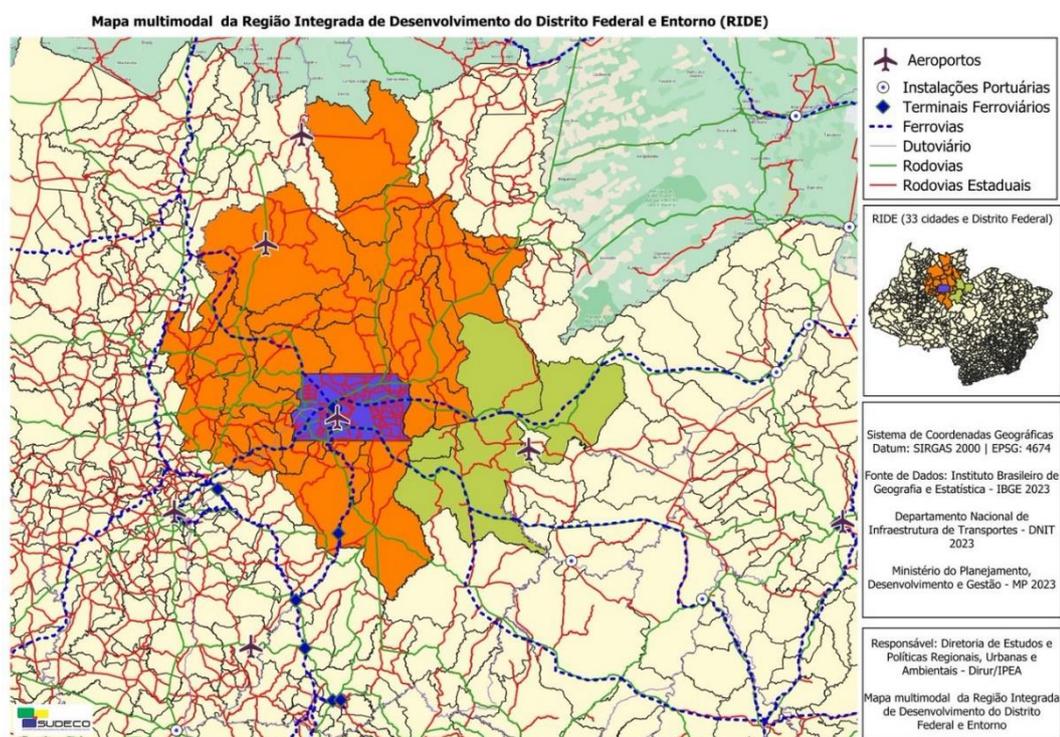


Figura 24 Mapa multimodal da RIDE-DF
Fonte: IPEA, 2023.

Na trilha da reestruturação produtiva que atingiu de forma mais ampla as cidades brasileiras ao longo das últimas duas décadas (IPEA, 2022b), a RIDE-DF demonstraria também tal impacto, em parte devido ao avanço da agropecuária moderna, lógica econômica ligada a centros de produção e eixos de circulação logística distantes, o que representa um novo vetor de forças que impacta a dinâmica territorial da região, estabelecendo o surgimento de novos focos de centralidade em outros espaços territoriais, para além do protagonismo regional representado por Brasília, como é o caso dos municípios a leste e à sudeste da cidade.

Ao mesmo tempo, Brasília também se encontraria em processo de expansão metropolitana, com a inclusão de novos municípios no processo e fortalecimento do papel de alguns destes como subcentros de consumo, como o caso de Valparaíso de Goiás, Águas Lindas de Goiás e Luziânia (SOUZA, 2016). A implementação de políticas públicas sobre o espaço da RIDE-DF, considerando, sobretudo seus espaços de governança, deve ocorrer, portanto, considerando esta realidade, a de uma região impactada pelo duplo vetor da concentração - via metropolização, e da dispersão - via atração por novos polos de centralidade advindos da reestruturação produtiva, que tem feito surgir novas centralidades na rede urbana brasileira.

Neste cenário, importa ressaltar o ganho de centralidade de Formosa, enquanto cidade média, alçada a centro sub-regional (IPEA, 2022b) assim como a importância das instâncias de governança como o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – COARIDE cuja finalidade é coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE, de modo a efetivar e aperfeiçoar a articulação entre os órgãos responsáveis pela gestão destes território sendo desejável que as formas de financiamento públicas caminhem *paripassu* com as diretrizes emanadas daquele Conselho (SOUZA, 2016).

Assim, a efetiva implementação do Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal previsto no Decreto nº 7.469, de 04 de maio de 2011, que, também, regulamenta a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, é um passo importante para a solução e gestão das questões que afetam a população da RIDE-DF e a região configurar-se efetivamente num espaço de política regional.

Com o intuito de discutir as demandas da RIDE-DF, o COARIDE é colocado, pela própria legislação, como sendo o órgão específico de gestão desta Região, cujas carências e

necessidades de uma pactuação federativa são de conhecimento geral, possuindo a finalidade de coordenar as atividades nela desenvolvidas. A criação do COARIDE foi autorizada pela Lei Complementar nº 94/ 1998, e regulamentada, como visto, pelo Decreto nº 7.469/ 2011 (alterado pelo Decreto nº 9.913, de 11 de julho de 2019), cujas competências são:

1. coordenar as ações dos entes federados que compõem a RIDE, visando ao desenvolvimento e à redução de suas desigualdades regionais;
2. aprovar e supervisionar planos, programas e projetos para o desenvolvimento integrado da RIDE;
3. programar a integração e a unificação dos serviços públicos que sejam comuns à RIDE;
4. indicar providências para compatibilizar as ações desenvolvidas na RIDE com as demais ações e instituições de desenvolvimento regional;
5. harmonizar os programas e projetos de interesse da RIDE com os planos regionais de desenvolvimento;
6. coordenar a execução de programas e projetos de interesse da RIDE; e
7. aprovar seu Regimento Interno.

A SUDECO tem como uma de suas competências institucionais articular ações coordenadas, convergentes e cooperadas para a RIDE-DF. O inciso XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, estabelece que compete à SUDECO gerenciar o referido Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Cabe verificar que a PNDR considera as Regiões Integradas de Desenvolvimento como áreas prioritárias, reconhecendo, assim, a necessidade do estabelecimento de uma ação estatal coordenada que leve em consideração as particularidades dessa região.

Em que pese o arcabouço normativo, ainda se verifica a necessidade de implementação de políticas públicas integradas nos municípios da RIDE-DF e da previsão legal para instituição do Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Para tanto, faz-se necessário a discussão das pautas trabalhadas no âmbito do COARIDE junto aos demais atores envolvidos na governança da região prioritária, como a AMAB - Associação de Municípios Adjacentes a Brasília, a Secretaria do Entorno do Governo de Goiás e o Governo do Distrito

Federal, além do Governo Federal. Como resultado, uma carteira de projetos estratégica voltadas as particularidades desta região prioritária.

3.4.1. Desafios da RIDE-DF

Com diferentes graus de desenvolvimento, a população da RIDE-DF total está estimada em cerca de 4,7 milhões de habitantes, com 65% concentrados no Distrito Federal. A população nos municípios oscila entre 2.614 habitantes, em Mimoso de Goiás, e 225.671 habitantes, em Águas Lindas de Goiás. Apenas 6 municípios possuem mais de 100 mil habitantes, já 16 deles apresentam menos de 20 mil habitantes, conforme **tabela 10** a seguir (IBGE, 2022).

No que diz respeito ao PIB per capita das localidades da RIDE, verifica-se disparidade significativa, conforme **tabela 11** a seguir. Dos 34 municípios pertencentes à região, 27 apresentam PIB per capita abaixo da média do Brasil, de R\$ 35.161,70. Por outro lado, 12 municípios possuem PIB per capita inferior à metade da média nacional. As localidades com menor PIB per capita são Novo Gama (R\$ 8.731,88), Águas Lindas de Goiás (R\$ 9.552,05) e Santo Antônio do Descoberto (R\$ 10.149,07).

Os maiores valores estão em Barro Alto (R\$ 99.404,17), no Distrito Federal (R\$ 90.742,75) e em Água Fria de Goiás (R\$ 46.111,65, montante inferior à metade do PIB per capita de Barro Alto). Segundo o IBGE, o PIB do Distrito Federal, em 2020, foi de R\$ 265,84 bilhões, e o da RIDE-DF, R\$ 300,68 bilhões, do que decorre que o PIB do DF representa 88,4% do PIB da RIDE.

Em números absolutos, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM da RIDE é de 0,782, sendo considerado alto. No entanto, nota-se uma grande discrepância ao se comparar o referido índice do DF, de 0,824, considerado muito alto, índice esse não alcançado pelos demais municípios, cujos valores variam entre médio e alto como, por exemplo, o maior índice, em Valparaíso de Goiás, é de 0,746 e o menor, de 0,584, em Cavalcante, conforme **tabela 12** a seguir.

UF	Município	População estimada
GO	Abadiânia	17.228
GO	Água Fria de Goiás	4.954
GO	Águas Lindas de Goiás	225.671
GO	Alexânia	27.008
GO	Alto Paraíso de Goiás	10.298
GO	Alvorada do Norte	8.446
DF	Brasília	2.817.068
GO	Barro Alto	10.371
GO	Cabeceiras	7.560
GO	Cavalcante	9.589
GO	Cidade Ocidental	91.767
GO	Cocalzinho de Goiás	20.016
GO	Corumbá de Goiás	10.562
GO	Cristalina	62.249
GO	Flores de Goiás	13.744
GO	Formosa	115.669
GO	Goianésia	73.708
GO	Luziânia	208.725
GO	Mimoso de Goiás	2.614
GO	Niquelândia	34.964
GO	Novo Gama	103.804
GO	Padre Bernardo	34.967
GO	Pirenópolis	26.690
GO	Planaltina	105.031
GO	Santo Antônio do Descoberto	72.134
GO	São João d'Aliança	13.984
GO	Simolândia	5.742
GO	Valparaíso de Goiás	198.861
GO	Vila Boa	4.215
GO	Vila Propício	5.815
MG	Arinos	17.272
MG	Buritis	24.034
MG	Cabeceira Grande	6.627
MG	Unaí	86.619

Tabela 10 População dos municípios da RIDE-DF.

Fonte: IBGE, 2022.

UF	Cidade	PIB
GO	Abadiânia	R\$ 16.157,24
GO	Água Fria de Goiás	R\$ 38.994,18
GO	Águas Lindas de Goiás	R\$ 9.108,33
GO	Alexânia	R\$ 29.187,12
GO	Alto Paraíso de Goiás	R\$ 22.025,32
GO	Alvorada do Norte	R\$ 13.768,81
DF	Brasília	R\$ 87.016,16
GO	Barro Alto	R\$ 78.477,29
GO	Cabeceiras	R\$ 78.477,29
GO	Cavalcante	R\$ 26.472,38
GO	Cidade Ocidental	R\$ 24.807,00
GO	Cocalzinho de Goiás	R\$ 11.117,88
GO	Corumbá de Goiás	R\$ 15.380,15
GO	Cristalina	R\$ 14.238,76
GO	Flores de Goiás	R\$ 41.443,33
GO	Formosa	R\$ 9.092,34
GO	Goianésia	R\$ 19.918,60
GO	Luziânia	R\$ 19.655,61
GO	Mimoso de Goiás	R\$ 16.989,45
GO	Niquelândia	R\$ 21.656,24
GO	Novo Gama	R\$ 21.803,69
GO	Padre Bernardo	R\$ 8.377,21
GO	Pirenópolis	R\$ 15.122,22
GO	Planaltina	R\$ 16.657,36
GO	Santo Antônio do Descoberto	R\$ 11.448,85
GO	São João d'Aliança	R\$ 9.088,44
GO	Simolândia	R\$ 23.653,84
GO	Valparaíso de Goiás	R\$ 14.272,95
GO	Vila Boa	R\$ 15.626,97
GO	Vila Propício	R\$ 23.992,38
MG	Arinos	R\$ 32.016,61
MG	Buritis	R\$ 28.390,07
MG	Cabeceira Grande	R\$ 26.260,47
MG	Unai	R\$ 31.866,55

Tabela 11 Dados de PIB da RIDE-DF

Fonte: IBGE, 2022.

UF	Cidade	PIB
GO	Abadiânia	0,689
GO	Água Fria de Goiás	0,671
GO	Águas Lindas de Goiás	0,686
GO	Alexânia	0,682
GO	Alto Paraíso de Goiás	0,713
GO	Alvorada do Norte	0,660
DF	Brasília	0,824
GO	Barro Alto	0,742
GO	Cabeceiras	0,668
GO	Cavalcante	0,584
GO	Cidade Ocidental	0,717
GO	Cocalzinho de Goiás	0,657
GO	Corumbá de Goiás	0,680
GO	Cristalina	0,699
GO	Flores de Goiás	0,597
GO	Formosa	0,744
GO	Goianésia	0,727
GO	Luziânia	0,701
GO	Mimoso de Goiás	0,665
GO	Niquelândia	0,715
GO	Novo Gama	0,684
GO	Padre Bernardo	0,651
GO	Pirenópolis	0,693
GO	Planaltina	0,669
GO	Santo Antônio do Descoberto	0,665
GO	São João d'Aliança	0,685
GO	Simolândia	0,645
GO	Valparaíso de Goiás	0,746
GO	Vila Boa	0,647
GO	Vila Propício	0,634
MG	Arinos	0,656
MG	Buritis	0,672
MG	Cabeceira Grande	0,648
MG	Unaí	0,736

Tabela 12 IDHM dos municípios da RIDE-DF
Fonte: IBGE, 2010.

Já o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil - IDSC-BR possibilita uma visão geral do desempenho das cidades brasileiras no cumprimento dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), permitindo a integração das cidades à agenda global de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas – ONU.

A pontuação varia de zero a 100. Brasília ocupa a 311ª posição dentre as 5.570 cidades brasileiras, com o índice de 57,5, seguida por Valparaíso de Goiás, com 51,2 e Cidade Ocidental, com 50,4 ocupando, respectivamente posições no ranking nacional de 1359º e 1557º. Cavalcante, com pontuação de 41,0 possui a classificação mais baixa, em 4555º lugar.

Quanto à governança pública, o Índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração – IGM-CFA, consiste em uma métrica da governança pública nos municípios brasileiros, a partir de fontes tais como Tesouro Nacional, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil - DATASUS e diversos outros, tendo como critérios três dimensões: Finanças, baseada em indicadores de gestão fiscal, e gastos com saúde e educação; Desempenho, onde é avaliado o impacto das políticas públicas na vida dos cidadãos; e Gestão, formada por indicadores que mensuram as práticas administrativas do município.

A pontuação se dá ao se avaliar os resultados que o município alcançou em relação às metas. Assim, quanto mais afastado da meta, menor é a nota obtida. Por exemplo, o IGM-CFA de Brasília (8,37) e Cavalcante (4,14), que se encontram nos extremos, conforme **tabela 13** a seguir. Na área das finanças Brasília obteve 2,5 e Cavalcante 4,11. Em Gestão, Brasília pontuou 3,43 e Cavalcante 5,34. Por fim, no quesito Desempenho a situação se inverte, com 2,55 pontos em Cavalcante e 7,04 em Brasília.

SIGLA	Município	Índice IGM-CFA
GO	Abadiânia	6,03
GO	Água Fria de Goiás	5,2
GO	Águas Lindas de Goiás	6,69
GO	Alexânia	4,7
GO	Alto Paraíso de Goiás	5,61
GO	Alvorada do Norte	4,73
DF	Brasília	8,37
GO	Barro Alto	5,35
GO	Cabeceiras	5,79
GO	Cavalcante	4,14
GO	Cidade Ocidental	7,57
GO	Cocalzinho de Goiás	4,89
GO	Corumbá de Goiás	5,28
GO	Cristalina	4,83
GO	Flores de Goiás	5,84
GO	Formosa	5,62
GO	Goianésia	6,55
GO	Luziânia	5,76
GO	Mimoso de Goiás	4,61
GO	Niquelândia	5,41
GO	Novo Gama	5,93
GO	Padre Bernardo	6,02
GO	Pirenópolis	4,78
GO	Planaltina	6,81
GO	Santo Antônio do Descoberto	5,99
GO	São João d'Aliança	4,62
GO	Simolândia	5,3
GO	Valparaíso de Goiás	7,49
GO	Vila Boa	5,56
GO	Vila Propício	5,16
MG	Arinos	6,29
MG	Buritiz	5,65
MG	Cabeceira Grande	6,04
MG	Unaí	5,26

Tabela 13 Posição dos municípios da RIDE-DF - Índice IGM-CFA
Fonte: CFA, 2023.

A RIDE-DF apresenta uma série de desafios a serem superados e oportunidades para o seu desenvolvimento, pois comporta uma diversidade de municípios em termos de níveis de desenvolvimento. Os esforços podem se intensificar nas áreas de mobilidade urbana, dado que, na RIDE-DF, o percentual de pessoas que gastam mais de uma hora para deslocamento entre o domicílio e local de trabalho teve constante aumento nos últimos anos, com o valor do percentual da população próxima as estações de média e alta capacidade -PNT praticamente inalterado entre 2010 e 2021 (6 % para 6,5%), o que permite inferir que há a necessidade de aumento da infraestrutura de mobilidade na região.

De 2004 a 2015, o percentual de pessoas que gastariam mais de uma hora para deslocamento entre o domicílio e local de trabalho passou de 8% para 19%, não havendo indícios de que esta curva possa estar em decréscimo. Importa, ainda destacar o expressivo aumento da frota motorizada na RIDE-DF entre 2001 e 2021, passando de 214 veículos/ 1000 habitantes para 498 veículos por 1000 habitantes em 2021 (Mobilizados - ITDP). Tanto no DF quanto em Goiás as taxas de motorização cresceram de forma impactante de 2010 a 2022 (Ministério das Cidades, 2023), ao mesmo tempo em que o planejamento para mobilidade nos municípios da RIDE-DF encontra-se aquém dos marcos previstos na Política Nacional de Mobilidade Urbana (Ministério das Cidades e Lei 12.587/2021).

Outra área importante é a de resíduos sólidos e serviços urbanos como esgotamento sanitário e abastecimento de água. A ampla maioria dos municípios da RIDE-DF apresenta destinação inadequada dos resíduos sólidos urbanos, figurando apenas Goianésia e Planaltina com destinação adequada (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2023), além da região possuir diversos pontos de área degradada e passivo ambiental.

Como oportunidades, deve-se considerar o aproveitamento do potencial turístico. A região da RIDE-DF possui alto potencial para o desenvolvimento do turismo regional com as seguintes regiões principais: Região Turística do Ouro e Cristais; Região Turística da Chapada dos Veadeiros; Região Turística das Águas e Cavernas do Cerrado; Região Turística Vale da Serra da Mesa (Ministério do Turismo, 2023).

4. Marco estratégico do PRDCO 2024-2027

Nessa parte do trabalho apresentamos os contornos do Marco Estratégico que envolvem os horizontes da Região, iniciando-se com o Marco Legal e sua orientação estratégica calcada na Política Nacional de Desenvolvimento Regional e os compromissos assumidos pelo País tais como a Agenda 2030 e os Objetivos apresentados no ciclo de elaboração do PPA da União 2024-2027; seguimos com a apresentação de um Cenário de desenvolvimento Regional a partir de ações desenvolvidas pelo Setor Público; apresentamos, também, uma análise SWOT e sua análise de riscos e o mapeamento dos principais Stakeholders do Sistema de Desenvolvimento Regional.

A partir do referencial desenvolvido pelo Marco Estratégico orienta-se as ações, a construção de parcerias e o desenvolvimento da carteira de projetos que serão detalhadas nas Seções subsequentes.

4.1. Orientações Normativo Legais para o Cenário Estratégico

Art. 13. O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste consistirá em instrumento de redução das desigualdades regionais, incremento da competitividade da economia regional, inclusão social e proteção ao meio ambiente [...].

Lei complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.

4.1.1. Princípios

O PRDCO, em sua elaboração, segue como princípios, ou conjunto de normas ou padrões de conduta a serem seguidos para a implementação do plano regional, aqueles definidos na PNDR, quais sejam:

- i. transparência e participação social – o PRDCO foi construído com a participação dos representantes dos entes federativos e com a participação de diversos atores sociais através da consulta pública;
- ii. solidariedade regional e cooperação federativa – o PRDCO, suas diretrizes estratégicas e suas ações, é produto de uma pactuação entre os entes interessados no desenvolvimento regional e se propõe a ser campo de articulação para a

implementação das demandas de desenvolvimento dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal;

- iii. planejamento integrado e transversalidade da política pública – as ações propostas pelo PRDCO buscam alinhar-se com as prioridades da região e refletir o planejamento setorial federal e os planos estaduais;
- iv. atuação multiescalar no território nacional – o PRDCO considera as diferentes especificidades territoriais do Centro-Oeste, em especial as cidades médias e suas áreas de influência, a faixa de fronteira, a RIDE-DF, os biomas Cerrado e Pantanal e as regiões mais vulneráveis, social e economicamente;
- v. desenvolvimento sustentável – Para o PRDCO, o desenvolvimento sustentável é fator preponderante para garantir a competitividade econômica da região e a qualidade de vida da população;
- vi. reconhecimento e valorização da diversidade ambiental, social, cultural e econômica das regiões – O PRDCO propõe ações que visam fomentar o uso sustentável da rica diversidade da região Centro-Oeste, ao mesmo tempo em que valorizam e fortalecem sua identidade cultural;
- vii. competitividade e equidade no desenvolvimento produtivo – As ações para o desenvolvimento econômico do PRDCO buscam impactar tanto os processos produtivos já consolidados, através da agregação de valor dos produtos do Centro-Oeste, como os potenciais processos de diversificação econômica latente, verificados em cadeias produtivas estratégicas a serem ainda estruturadas na região e a inclusão produtiva; e
- viii. sustentabilidade dos processos produtivos – O PRDCO reafirma, em suas ações estratégicas, a importância da inovação para o fomento da competitividade nos setores produtivos e da qualidade de vida no desenvolvimento das cidades.

4.1.2. Visão de futuro, abordagem territorial e Aposta Estratégica

Na elaboração do PRDCO, além do processo de articulação e comunicação para identificação das demandas prioritárias de desenvolvimento para a região junto aos diversos atores, ressalte-se a análise e revalidação de diretrizes estratégicas trazidas ao presente, por meio da

Agenda Estratégica para a Região Centro-Oeste 2020-2023/Agendas para o Desenvolvimento das Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Ministério da Integração Nacional, 2018), a qual teve como objetivo apresentar uma carteira de ações e projetos relevantes para a programação do planejamento federal para 2020-2023, e em cujo âmbito de produção se desenvolvera um relevante esforço interinstitucional para o estabelecimento de uma agenda de convergência, tanto com a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), quanto com o PPA, e que apoiasse a execução dos objetivos da PNDR.

Assim, as agendas macrorregionais, juntamente com as perspectivas 2020-2023 de regionalização do PPA, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento - ENDES (MPOG); a PNDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR/MI); o *International Futures* (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal) (NETO, PÊGO, 2019) formaram importantes precedentes para o contexto de discussão que se estabeleceu na retomada de definição das diretrizes para o plano regional do quadriênio de 2024-2027.

A Visão de futuro corresponde a uma declaração de um desejo coletivo, factível e claro, que orienta o planejamento da ação governamental. Ela estabelece o que se espera como um retrato para a região ao fim do período, assim, a Visão é um ideal possível de ser alcançado, que demanda o engajamento de todos. No processo de pactuação com os entes federativos estaduais e distrital do Centro-Oeste, foram discutidas as forças e oportunidades, desafios e ameaças da região na forma de matriz *SWOT* e, de forma colaborativa, anteviu-se o futuro da região condicionado à uma *promoção de salto qualitativo na agregação de valor, na diversificação econômica sustentável e competitividade nas regiões com forte especialização em commodities, na dotação de infraestrutura e ambiente atrativo para investimentos, no fomento à atuação nas cidades médias e em sua área de influência, com a melhoria da qualidade de vida da população.*

Enquanto Missão para a região, estabeleceu-se a de promover o desenvolvimento e a identidade regional, a diminuição das desigualdades socioespaciais, a governança interfederativa e a articulação de políticas intersetoriais com o objetivo de construir uma

região competitiva, sustentável, com qualidade de vida e integrada ao território nacional e internacional.

Neste processo de validação e reconhecimento dos processos de desenvolvimento inerentes à região, como aposta aceleradora do processo de desenvolvimento regional antevisto, e em estreita consonância com os objetivos e eixos setoriais de intervenção da PNDR, o PRDCO reafirma a Aposta Estratégica: *promoção da agregação de valor e diversificação econômica sustentável nas regiões com forte especialização em commodities, de modo a priorizar a atuação nas cidades médias e em suas áreas de influência.*

As Diretrizes do Plano, que regulam um caminho a seguir, estabelecendo critérios que determinam e direcionam as ações para superação dos desafios compreendidos em cada eixo setorial de intervenção, e devem orientar a implementação dos programas para os próximos quatro anos são:

- Que a região Centro-Oeste tenha o desenvolvimento regional a partir da diversificação econômica e ampliação do grau de complexidade com maior agregação de valor;
- A redução das desigualdades socioespaciais com o fomento aos setores produtivos locais, em bases sustentáveis e competitivas para a geração de emprego e renda;
- O uso sustentável do território a partir das potencialidades latentes e exploradas, a preservação dos recursos naturais, do meio ambiente, o fortalecimento da identidade e valorização da produção regional;
- A otimização da alocação de recursos, de forma eficaz;
- A governança institucional fortalecida em diversos níveis e escalas, com identidade, cooperação e articulação de políticas regionais;
- Produtividade e a competitividade através dos eixos de política de desenvolvimento regional propostos neste documento; e

- Rede urbana descentralizada, sustentável, competitiva e com indicadores de qualidade de vida e infraestrutura com o fortalecimento das cidades médias e dos polos de desenvolvimento regional.

No PRDCO, tais diretrizes estratégicas derivam, enquanto guia tático, numa matriz de eixos setoriais de intervenção que se desdobram em programas, objetivos estratégicos, indicadores, metas e ações estratégicas, a cumprirem com o aspecto operacional de organização da implementação do Plano e sua articulação com o planejamento federal.

Por fim, deve-se considerar a abordagem territorial ora estabelecida nas ações do PRDCO. Enquanto estratégia de alocação prioritária de ações, pretende estabelecer uma atuação estatal coordenada, com vistas a reduzir as desigualdades intrarregionais. Para isso, a abordagem multiescalar do PRDCO, além das sub-regiões especiais da escala sub-regional da PNDR, a saber, faixa de fronteira e a região integrada de desenvolvimento RIDE, reforça o recorte territorial das *cidades médias da região Centro-Oeste* enquanto possibilidade de desconcentração e interiorização do desenvolvimento regional e do País, de forma a considerar as especificidades de cada região, contribuindo, por fim, com a redução das desigualdades regionais, esclarecendo a coerência e os propósitos de diversas ações estratégicas do Plano.

4.2. Construção de Cenário: Trajetória de simulações dos Estados do Centro-Oeste num cenário de choque de produtividade e redução de desigualdades

Nesta seção, são apresentados resultados de um exercício de simulação, a partir de um esforço de conjunto do IPEA, CODEPLAN, BNDES e diversas instituições em adaptar para os Estados brasileiros o modelo do *International Futures* do Instituto Pardee da Universidade de Denver. O modelo cobre mais de 180 países, com diversos módulos desde econômico e demográficos a aspectos de governança. A simulação realizada tem como base o ano de 2015, antes da pandemia com dados de PIB até 2017 e atualizado em 2021.

O exercício parte de um cenário de base com a tendência da economia da brasileira, o modelo consegue analisar diversas saídas como PIBs, IDH, escolaridade, desigualdade. O horizonte da simulação é o ano de 2030. OLIVEIRA e CRUZ (2021) detalham o modelo e apresentam os resultados para os estados do Nordeste. Os choques simulados são de duas naturezas: melhoria na produtividade, no sentido amplo, incluindo melhorias no capital, como redução de mortalidade e melhoria na qualidade da educação; redução de desigualdade com redução do índice de Gini.

A proposta do modelo é realizar os choques em cada estado e o modelo nacional é adaptado para cada estado. O primeiro resultado mostra a taxa média de crescimento anual do PIB per capita, de 2015 a 2030, **gráfico 8** apresenta os dados para os estados do Centro-Oeste e para o Brasil. Observe que nos cenários tanto no cenário básico, aqui denominado cenário 1, o estado de Goiás cresce abaixo da economia brasileira.

Os choques pressupõem aumento da integração aos mercados internacionais, aumento da complexidade produtiva, adoção e adesão a políticas redistributivas e adesão aos pactos nacionais dos Planos Nacionais de Educação, o que tem sido atingido pelos estados da Região, apontando a uma tendência mais próxima ao cenário 2, mesmo com o turbulento período vivido pelo País nos últimos anos.

A simulação realizada consegue prever o crescimento maior que a média da economia brasileira para os estados do Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul. O Distrito Federal cresce a uma taxa um pouco mais elevada do que a economia nacional. Os choques de produtividade

e redução da desigualdade fazem com que a economia brasileira saia de uma média de crescimento no período de aproximadamente de 1% para pouco mais de 2%.

O impacto nos demais estados parece ser mais elevado que os estados do Centro-Oeste, ainda que o crescimento médio de Goiás passe de 0,79% para 1,76% no cenário 2 de choques de produtividade e redução de desigualdades. Os estados com elevado crescimento na região também se beneficiam dos choques de produtividade e redução de desigualdade o Mato Grosso atingem 3,87% de média de crescimento no período e Mato Grosso do Sul, 2,9% de média de crescimento do PIB per capita. Esses dados refletem que ao final do horizonte da simulação, o estado de Goiás continuaria com 87% do PIB per capita nacional. Os demais estados de MS e MT superariam a média nacional com 145% e 120%.

Observe que, em 2023, os dados apontam para um nível de per capita para esses estados próximos a essa relação, de certa o modelo foi mais otimista para economia brasileira durante o período, o crescimento do PIB per capita da economia nacional ficou muito abaixo da média estimada. A projeção da trajetória é que o crescimento do PIB per capita nacional estaria em níveis mais elevados ao final do período, mas dado o desempenho da economia nacional em anos recentes, é pouco provável que se atinja essa média.

O DF tem um crescimento um pouco mais elevado que o Brasil e mantém-se com uma região com a aproximadamente 2,5 vezes a média do PIB per capita tanto no cenário base (cenário 1) como no cenário de choques de produtividade e redução de desigualdades.

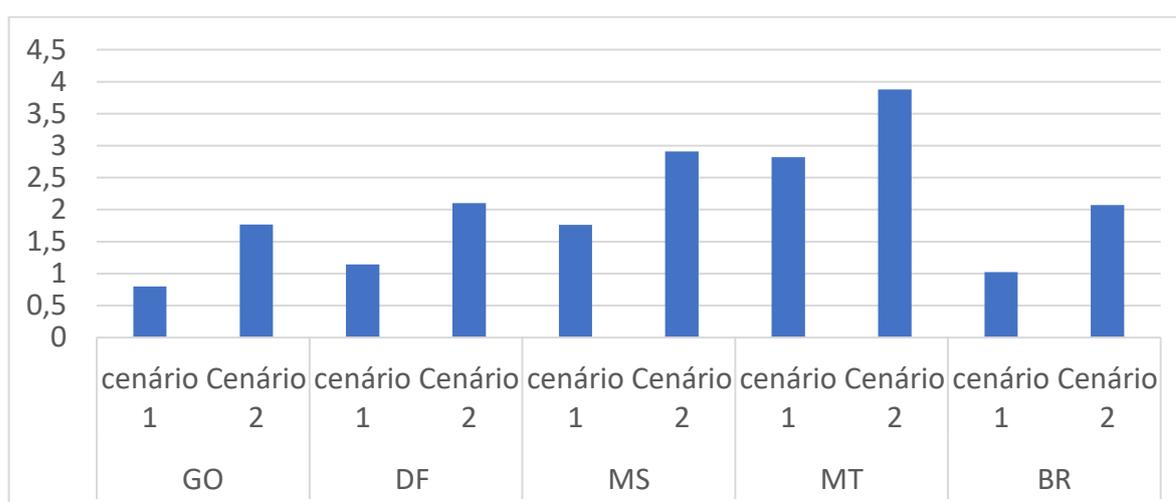


Gráfico 8 Taxa de Crescimento Média entre 2015 – 2030 simulada para os Estados do Centro-Oeste e Brasil nos cenários base e de choques de produtividade e redução de desigualdade.

Fonte: Base de dados INEP/ IPEA, 2020.

Os dados do Índice de Desenvolvimento Humano estão no **gráfico 9** a seguir. Goiás é único estado que ficaria abaixo do IDH nacional em ambos os cenários, mas ainda assim bastante próximos do nível nacional. O DF se destaca com um nível de IDH bem mais elevado que o país e os demais estados da região. Note que o nível de inicial do IDH do DF não atingido nem mesmo pelo estado do Mato Grosso que apresenta uma inclinação mais elevada que o estado do MS. O Cenário com choques de produtividades pode ver visto no **gráfico 7** anterior e observa-se uma maior inclinação que no cenário básico. Assim, é possível notar que o cenário de choque de produtividade e redução de desigualdade no DF atinge 0,908, níveis próximos aos observados para países como Espanha ou França atualmente. Mato Grosso tem um dinâmica mais favorável dado a maior previsão de crescimento para o estado e ao final do período da simulação em 2030, este estado atinge valores próximos ao DF em 2015, ainda que abaixo desse nível inicial que Mato Grosso.

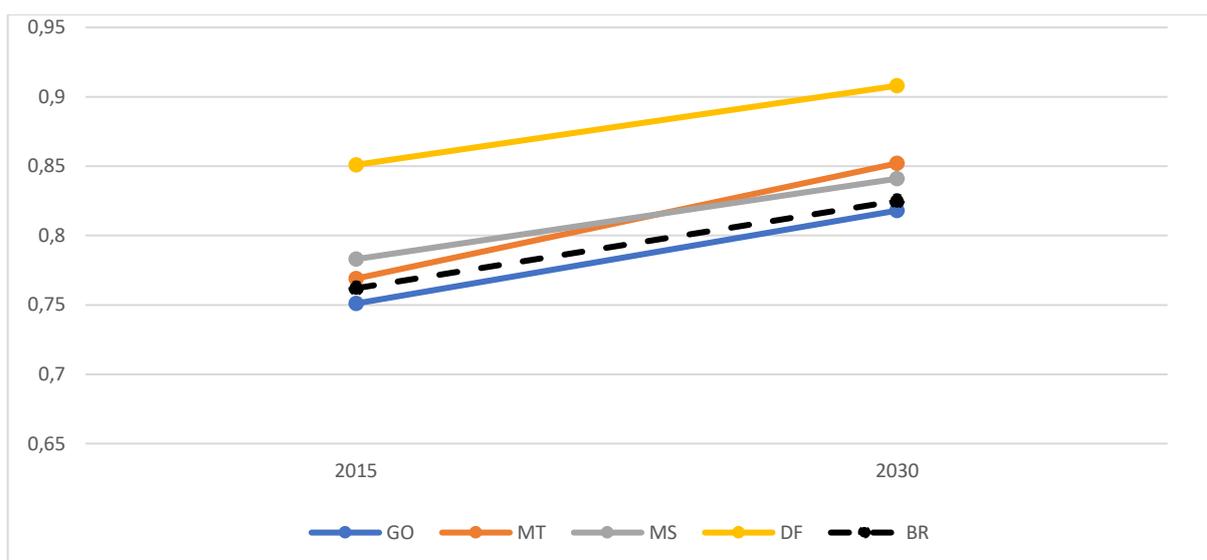


Gráfico 9 Índice de Desenvolvimento Humano Centro-Oeste e Brasil – cenário com choque de produtividade e redução de desigualdades.

Fonte: Base de dados INEP/IPEA, atualizados até 2020.

O cenário básico já mostrava um crescimento mais acelerado do Centro-Oeste, ao fim da simulação a economia do Centro-Oeste teria um aumento de 1 ponto percentual na participação da economia em ambos os cenários tendencial e no cenário com choque de produtividade, aproximando o resultado ao cenário 2.

O modelo consegue replicar a menor dinâmica do estado de Goiás, sem esse o único estado que chega ao fim da simulação abaixo do nível de renda per capita nacional, ainda assim acima do limite de 75% do PIB nacional, estabelecido pela União Europeia. A desigualdade medida pelo índice de Gini mantém-se inalterada no cenário básico, os estados da Região têm desigualdade abaixo da média nacional, com exceção do Distrito Federal que apresenta desigualdade ainda maior que a média nacional. O cenário com choques consegue reduzir em média 10% os níveis observados em 2015.

A escolaridade, medida em anos de estudos da população com 25 anos ou mais, também tem uma trajetória crescente mesmo no cenário básico, mas no cenário com produtividade os anos médios de estudos são aproximadamente 3% mais elevados. Goiás, que apresentava uma média um pouco mais elevada que os estados de MS e MT, é ultrapassado por esse último estado nos dois cenários. De toda forma, a diferença absoluta com relação ao DF nos dois cenários é de aproximadamente 2 anos de estudo.

O modelo é capaz replicar algumas dinâmicas observadas nos anos recentes, como o crescimento mais acelerado do MT, a relativa estagnação de Goiás, a desigualdade elevada e persistente do DF, mas também há uma tendência, mesmo no cenário básico, de melhoria nos indicadores no IDH, pelo crescimento da renda, como por melhoria de anos de estudo e esperança de vida. O importante desse modelo é a possibilidade de se simular diferentes cenários a partir de alterações de políticas e intervenções públicas.

4.2.1. Distribuição Setorial das Atividades e possibilidades de adensamento Produtivo

Em face do acompanhamento da evolução dos cenários e para identificação de oportunidades de atuação da Política Regional no Centro-Oeste, e em especial dos Fundos Constitucionais, além do quadro geral de desempenho da economia é necessário identificar a composição da estrutura econômica das microrregiões.

Para tanto, utiliza-se a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) em uma escala territorial mais detalhada, assim é possível traçar possíveis atuações com a realidade local. A escala territorial é a microrregião do IBGE, que classifica 52 regiões do Centro-Oeste. Dois

indicadores importantes são empregados nessa classificação de setores, o quociente locacional e o peso da atividade na região.

Nesse interim, o Distrito Federal, por sua condição peculiar de Capital da República, tem um peso grande do setor de serviços em sua economia. De forma geral, para os demais estados do Centro-Oeste, destaca-se o peso da agropecuária com destaque para o Mato Grosso, com 14% do emprego formal nesse setor, seguido de Mato Grosso do Sul com 10,6% e Goiás, 6,5%. A indústria de transformação em Goiás tem peso mais elevado nos empregos que a economia brasileira.

Conforme DINIZ e CROCCO (1996), há uma desconcentração da indústria em direção ao Sul, Nordeste e, também o Centro-Oeste, ainda que dentro de um quadro de desindustrialização, no qual Goiás e em certa medida os demais estados da região têm se beneficiado dessa realocação da indústria.

Assim, detalhando a participação da economia dos estados, algumas atividades comparativamente ao Brasil destacam-se os seguintes setores: Agropecuária, Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas, Fabricação de Produtos Químicos, em alguma medida indústria extrativa e fabricação de produtos de madeira, Papel e Celulose, em Três Lagoas/ MS, Goiânia/ GO e Anápolis/ GO. A automotiva e setores ligados à logística e transporte também se mostram como uma possibilidade de ampliação na região. No setor de serviços, saúde, pesquisa e desenvolvimento e atividade de informática estão fortemente concentradas nas capitais, com um peso relativo um pouco mais elevado que economia brasileira.

Outro ramo com possível destaque são os serviços prestados a empresas e Instituições Financeiras também possuem peso relevante no Centro-Oeste, mas em certa medida o fato de Brasília como capital distorce a dimensão do peso desse setor. A presença de grandes bancos públicos, como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, faz com que mais da metade dos empregos nesse setor esteja localizada no Distrito Federal.

Em suma, uma estratégia clara é verticalizar ramos e segmentos da cadeia do agronegócio, a partir de estruturas já existentes, também aproveitar de capacidade instalada em setores como fármacos e fertilizantes na produção de produtos químicos. Agregar valor em setores

da indústria extrativas, e explorar possibilidade de expansão em serviços de alto valor agregado como pesquisa e desenvolvimento.

Como forma de se entender a distribuição espacial dessas atividades, é necessário refinar um pouco mais a análise dentro de cada estado com foco especial para a distribuição intrarregional de atividades. Por exemplo, para a fabricação de produtos alimentícios, Goiás responde com 45% dos empregos, Mato do Grosso do Sul, 23% e Mato Grosso 25%. As microrregiões de destaque de setores em destaque estão no **Quadro 3** a seguir.

Setor	Microrregiões, exclusive capitais
Fabricação de Produtos Alimentícios	Dourados (MS), Sudoeste de Goiás (GO), Meia Ponte (GO), Anápolis (GO), Alto Teles Pires (MT)
Agropecuária	Sudoeste de Goiás (GO), Parecis (MT), Alto Teles Pires (MT), Dourados (MS), Entorno de Brasília (GO), Meia Ponte (GO), Rondonópolis (MT)
Fabricação de Produtos Químicos	Anápolis, Sudoeste de Goiás, Dourados, Quirinópolis, Tangará da Serra, Vale do Rio dos Bois Meia Ponte, Ceres
Fabricação de Papel e Celulose	Três Lagoas (MS) e Anápolis (GO)
Saúde	Dourados (MS), Anápolis (GO), Sudoeste de Goiás (GO), Entorno de Brasília (GO), Meia Ponte (GO), Rondonópolis (MT), Sinop (MT), Três Lagoas (MS).
Transporte Terrestre	Rondonópolis (MT), Iguatemi (MT), Anápolis (GO), Entorno de Goiás (GO), Sudoeste de Goiás (GO), Dourados (MS)
Serviços prestados a empresas	Anápolis (GO) entorno de Brasília (GO) Sudoeste de Goiás, Dourados (MS), Meia Ponte (GO) Rondonópolis (MT) Alto Teles Pires (MT)

Quadro 3 Principais Microrregiões de alguns setores selecionados, excluindo as capitais – 2022.
Fonte: Base de dados RAIS – MTE, 2021/2022.

Certamente, a análise realizada pode ser aprofundada para incluir maior refinamento das cadeias produtivas e possíveis ramos produtivos a serem adensados aos setores presentes na economia da região. Esta análise pode ser empreendida, por exemplo, simulando choques numa matriz de insumo-produto. O IPEA vem envidando esforços para adaptar as matrizes de insumo-produto nacional para os estados brasileiros. Este tipo de exercício traz maior precisão para análise. Também a classificação e seleção de setores deve-se estender para além dos vínculos de trabalho formal, incluindo o valor adicionado das atividades e outras informações econômicas. Contudo, pela cobertura territorial da RAIS, optou-se por essa base nesse primeiro momento.

4.2.2. Evolução dos Fundos

Para pensar no período de 4 anos de vigência do Plano partimos da estrutura legislativa atual do Fundo de Constitucional do Centro Oeste (Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989), com taxa de inflação média de 5% aa, crescimento anual do PIB de 2% e crescimento anual do PIB industrial de 1,2%. Nesse contexto o valor passível de ser financiado nos quatro anos do PRDCO pelo FCO monta à, aproximadamente, R\$ 54 bilhões na Região, sendo transferidos, aproximadamente R\$ 30 bilhões do OGU ao Fundo.

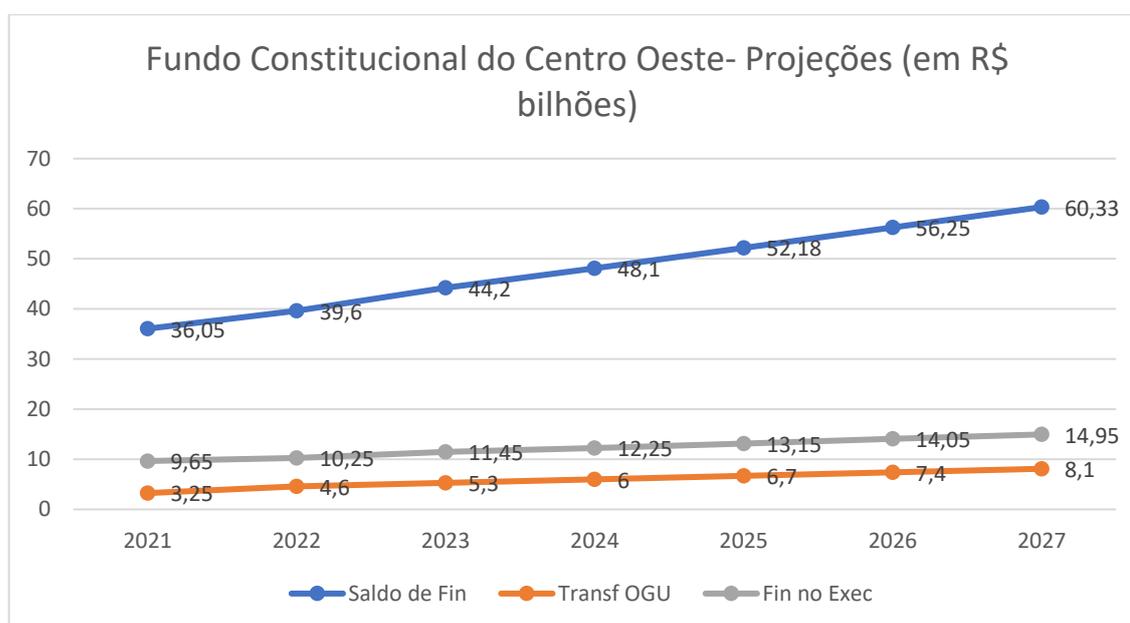


Gráfico 10 Fundo Constitucional do Centro-Oeste – Projeções em bilhões de reais. Projeções feitas a partir dos Relatórios de Gestão do FCO.

Fonte: SUDECO, 2023.

Em relação ao Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste adotamos os parâmetros estabelecidos na legislação vigente (Lei Complementar nº 129, de 2009), com inflação média de 5% aa e meta de rentabilidade de 5,5% aa. Nessas condições, sem aportes adicionais da União teríamos um montante de, aproximadamente R\$ 3,2 bilhões passíveis de serem aplicados com recursos do FDCO em 4 anos.

Além disso, é possível projetar, com a aplicação histórica, uma aplicação média de R\$ 300 milhões/ano de emendas parlamentares em programas da SUDECO, o que monta a mais R\$ 1,2 bilhão em 4 anos. Isso daria um potencial de R\$ 58,4 bilhões de aplicação na Região no período de vigência do PRDCO 2024-2027.

4.2.3. Comentários finais sobre Cenários

Os dados preliminares do Censo 2023 junto com a PNAD Continua permite mostrar alguns detalhes importantes para serem tratados no futuro próximo:

- i. No pós-pandemia, houve queda significativa da taxa de desocupação na região, MS e MT têm forte queda no indicador, ficando abaixo da taxa de desocupação nacional. Goiás, ainda que abaixo da taxa nacional, tem valores para o desemprego acima de MT e MS. Brasília é a unidade federativa no CO com maior desemprego e mantém-se acima da taxa nacional.
- ii. Todos os estados do CO apresentam menor informalidade, maior nível de ocupação e maior taxa de participação, quando comparados ao Brasil. Brasília, comparativamente aos demais estados, apresenta uma maior taxa de participação, menor nível de informalidade, mas menor nível de ocupação. MS e MT, por outro lado, apresentam as maiores taxas de informalidade na região.
- iii. Um detalhamento territorial em estratos geográficos permite uma visão mais ampla sobre o desempenho intrarregional de cada estado. Nota-se que todas as regiões do MT e MS, com exceção de Cuiabá, tiveram ganhos de renda no último ano, comparativamente a média nacional. Para Goiás, fica novamente evidenciado o diferencial entre o Norte e Sul, com o Sul de Goiás e Goiânia com ganhos relativos de renda e Norte e Centro-Oeste Goianos mantendo ou perdendo relativamente a média nacional.
- iv. Apesar do crescimento da região, há que se preocupar com algum aumento de desigualdade interpessoal de renda nos territórios do Centro-Oeste. MT e MS têm aumento da desigualdade, ao mesmo que houve ganhos de renda, o que pode indicar algum grau concentrador do desenvolvimento recente. O Distrito Federal apresenta grau de desigualdade bem mais elevado que a média nacional, diante de um quadro de desemprego elevado, mostra-se particularmente preocupante no seu quadro social, apesar da elevada renda média.

- v. A análise da hierarquia urbana e o desempenho de cidades médias permite observar o crescimento de diversas cidades-polo na região, em decorrência do impulso do agronegócio. Assim, cidades como Sorriso e Sinop conseguem ganhos significativos na hierarquia urbana. Demais cidades ao Sul do Centro-oeste, como Dourados Três Lagoas, Anápolis entre outras apresentam também diversificação de atividades e servem como polo de serviços e bens mais sofisticados para os municípios em sua região de influência. Esta descrição da rede urbana facilita a observação das atividades no território.
- vi. Simulações realizadas para economia brasileira apontam que o Centro-Oeste tende a ter um aumento no peso do PIB do país, com um ganho de aproximadamente 1 ponto percentual até 2030. Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul seguem com um crescimento acima da média nacional. Goiás, por sua vez, teria um crescimento abaixo da economia nacional. Com a introdução de uma política redistributiva mais agressiva, o índice de Gini é reduzido em todos os estados. O IDH possui uma tendência de melhoria em todos os estados, contudo dentro de uma política de promoção de melhoria da produtividade e redução de desigualdades os ganhos são de aproximadamente 3% comparando o cenário base com os de melhoria de produtividade e redução das desigualdades.
- vii. Por fim, podem-se identificar os setores mais relevantes para região e localizá-los. Alguns setores relevantes são: o agronegócio, a fabricação de produtos alimentícios, produtos químicos, papel e celulose, saúde, transportes terrestres.

Diante deste quadro e dos objetivos da PNDR, algumas sugestões de ação são as seguintes, que nos remetem às estratégias a serem adotadas pelo Plano:

- i. Para se cumprir o objetivo 1 de redução de desigualdades intrarregionais, é preciso focar em regiões com relativo atraso em relação a áreas mais dinâmicas do Centro-Oeste. Partes do norte de Goiás, entrono de Brasília, Centro-Oeste Goiano e periferia das demais capitais deveriam ser foco de atuação e ter

políticas próprias. A questão da alta desigualdade e a maior taxa de desemprego deveria também receber uma atuação diferenciada para Brasília, com foco em atividades geradoras de emprego e de redução de desigualdades.

- ii. Para o objetivo 2, de consolidar rede urbana, é fundamental utilizar esforço realizado pelo IPEA na análise dessa dinâmica e avaliar possibilidades de intervenção adaptadas a cada localidade e cidade média. Essas podem ter papel fundamental tanto no provimento de serviços como no adensamento de cadeias produtivas.
- iii. Objetivo 3 e 4; Adensamentos de cadeias produtivas e diversificação da economia, além de melhoria de produtividade e competitividade de setores. Aqui mostra-se relevante analisar os setores dinâmica do MS, MT e GO e ação prioritariamente deve ter dois focos de ação: melhoria de produtividade e competitividade do agronegócio, que necessariamente passa por investimento em logística e transporte e redução de custos associados a produção, como ampliação de pesquisas para bioinsumos e substituição para produtos ecologicamente adaptados e mais eficientes nos insumos da atividade. Em especial, as pesquisas de biotecnologia para a produção de bioinsumo mostram-se uma atividade promissora com elevado retorno social. Também a busca da verticalização da produção e a agregação de valor aos produtos e commodities são ações de destaque para essa atividade de grande competitividade.
- iv. Atividades de pesquisa e desenvolvimento, em setores já instalados como produtos químicos e fármacos em particular, também parecem ser áreas portadores de futuro, agregação de valor e melhoria da produtividade das atividades atuais. Alguns desenhos inovadores de políticas podem ser pensando para os fundos como aliar a pesquisa e desenvolvimento a investimentos privados, com a participação de instituições de pesquisa com a criação de espaços compartilhados de pesquisa, melhorando a interação universidade-empresa e o Estado poderia reduzir os riscos garantindo compra

de medicamentos relevantes, em caso de sucesso da pesquisa. Experiências nesse sentido já vêm sendo realizadas pelo Ministério da Saúde, inclusive em empresas da região.

- v. Outra questão relevante e importante é discussão da governança dos fundos na alocação dos recursos para que sejam cumpridas prioridades estabelecidas pelos formuladores de políticas, além de um redesenho dos fundos exigindo compartilhadas de desempenho dos tomadores de crédito. Essas contrapartidas são fundamentais para cobrar desempenho das empresas e ampliar a probabilidade de sucesso no crédito concedido.

4.3. Análise SWOT

A palavra SWOT é um acrônimo formado pelas palavras inglesas *strengths* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças). Estas quatro dimensões de estudo resultam em uma lista de prós e contras que auxiliam na tomada de decisão. Consiste na análise subjetiva das capacidades internas, para identificar as forças e as fraquezas da organização, e do ambiente externo no qual atua a organização, para apontar as oportunidades e ameaças presentes.

A análise SWOT foi desenvolvida pela escola do design, do grupo de administração geral da Harvard *Business School* (CHRISTENSEN; BOWER, 1965). O modelo proposto pela escola é a "formulação de estratégia que busque atingir uma adequação entre as capacidades internas e as possibilidades externas" (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000). Atribui-se, no entanto, a Sun Tzu, em seu livro *A Arte da Guerra*, a base do pensamento da SWOT.

A análise SWOT integra as metodologias de planejamento estratégico organizacional. A aplicação da técnica, segundo alguns autores, pode ocorrer quando do diagnóstico estratégico, após a definição da missão ou após o estabelecimento de objetivos de uma determinada organização. De qualquer forma, deve ser aplicada anteriormente à formulação da estratégia de ação.

O processo de análise com base na matriz SWOT no âmbito do PRDCO 2024-2027, foi levantado tendo por base as matrizes produzidas no PRDCO 2020-2023 e nos Planejamentos Estratégicos da SUDECO, e foram trabalhados e validados com os representantes do Estados em ciclos de reuniões realizadas nos dias 16, 19 e 26 de maio de 2023, tendo sido construída a matriz de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças abaixo descritas nos **quadros 4 e 5** a seguir e seus desdobramentos.

Forças

- ✓ Recursos naturais abundantes, diversidade de biomas e biodiversidade
- ✓ Recursos hídricos estratégicos
- ✓ Condições climáticas favoráveis
- ✓ Energia renovável e sustentável
- ✓ Inovação e denominação territorial de origem
- ✓ Patrimônio cultural e natural
- ✓ Base produtiva agropecuária moderna, competitiva e sustentável
- ✓ Polos agroindustriais e industriais
- ✓ Capacidade empreendedora e de geração de empregos
- ✓ Rede de ensino em diversos níveis (educação básica, ensino técnico e superior)
- ✓ Políticas de inovação tecnológica
- ✓ *Hub* logístico
- ✓ Localização estratégica da região no contexto nacional, sul-americano e global
- ✓ Rede urbana

Oportunidades

- ✓ Formação e ampliação de mercado de crédito de carbono, energia renovável e bioeconomia
- ✓ Diversificação da matriz energética renovável e ampliação da participação no consumo regional e nacional
- ✓ Uso sustentável dos recursos hídricos
- ✓ Avanço da biotecnologia e busca da informação genética da biodiversidade
- ✓ Crescimento da demanda mundial e nacional da bioeconomia
- ✓ Expansão da demanda mundial de alimentos
- ✓ Verticalização, complexificação e ampliação da cadeia produtiva da agropecuária
- ✓ Crescimento dos fluxos turísticos regional, nacional e internacional
- ✓ Fortalecimento de destinos e da cadeia produtiva do turismo
- ✓ Redução de barreiras alfandegárias
- ✓ Fomento à industrialização
- ✓ Agregação de valor à produção regional
- ✓ Ampliação da mão de obra qualificada como suporte ao desenvolvimento
- ✓ Fomento à pesquisa, inovação e constituição de redes
- ✓ Fortalecimento das capacidades de governança e cooperação para o desenvolvimento regional do Centro-Oeste
- ✓ Mercado interno em expansão
- ✓ Expansão da infraestrutura logística e de transportes de cargas e passageiros
- ✓ Integração físico-territorial e logística na América do Sul
- ✓ Ampliação de infraestrutura e serviços urbanos

Quadro 4 Matriz SWOT – Forças e Oportunidades e ameaças da região Centro-Oeste
Fonte: SUDECO, 2023.

Desafios	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Degradação dos biomas e dos recursos naturais ✓ Gestão inadequada das bacias hidrográficas ✓ Mudanças climáticas ✓ Desarticulação do marco regulatório de energia e deficiência da infraestrutura do setor energético ✓ Insuficiência de fontes de financiamento, entraves ao acesso ao crédito pelo setor produtivo ✓ Morosidade nos processos de licenciamento ambiental, regularização fundiária e gestão do território ✓ Insuficiência de políticas e ações de proteção ao patrimônio cultural e natural ✓ Desarticulação das políticas culturais para a valorização e o fortalecimento da identidade regional ✓ Desarticulação das políticas de incentivo ao setor produtivo e vulnerabilidade da economia ✓ Falta de política nacional para qualificação profissional para o mercado de trabalho e para o empreendedor ✓ Baixa diversificação produtiva e adensamento das cadeias produtivas ✓ Manutenção de indicadores de desigualdade socioespacial ✓ Insuficiência de investimento ao ensino, pesquisa e extensão ✓ Insuficiências na capilaridade, conectividade e distribuição territorial da rede de ensino ✓ Ausência e desarticulação das infraestruturas dos sistemas logístico e de transporte ✓ Deficiências nas infraestruturas de armazenagem e distribuição da produção ✓ Desarticulação da rede de cidades ✓ Dificuldades na governança de espaços intrarregionais, de arranjos populacionais, regiões metropolitanas e da RIDE-DF ✓ Insuficiência de infraestrutura e de serviços urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Perda da biodiversidade e diminuição drástica dos biomas ✓ Biopirataria ✓ Ineficiência na gestão de recursos hídricos ✓ Intensificação de eventos naturais extremos ✓ Não implantação de uma política de diversificação da matriz energética ✓ Crise econômica global e escassez de recursos financeiros ✓ Extinção dos fundos de financiamento ao Centro-Oeste ✓ Ineficácia do setor de regulação e gestão do território ✓ Perda do patrimônio cultural e natural ✓ Não construção de uma identidade regional do Centro-Oeste ✓ Perda da segurança jurídica dos investidores ✓ Extinção das políticas de incentivo fiscal ✓ Dependência e importação/ fuga de mão de obra qualificada da região ✓ Oscilações e declínio dos preços das commodities ✓ Perda de competitividade no mercado internacional ✓ Restrições de financiamento e capitalização do agronegócio ✓ Riscos de pragas e epidemias na agropecuária ✓ Aumento das barreiras técnicas e não tarifárias no comércio internacional ✓ Intensificação da desigualdade socioespacial ✓ Mão de obra não qualificada, perda da competitividade e dependência tecnológica ✓ Desarticulação do planejamento dos Estados e Distrito Federal com as políticas nacionais das infraestruturas e dos sistemas logísticos de transporte ✓ Falta de infraestruturas de armazenagem e distribuição da produção ✓ Constituição de uma rede urbana desarticulada e não integrada ✓ Indicadores deficitários de infraestrutura e de serviços urbanos ✓ Cooperação reduzida ou inexistente na governança de espaços transnacionais, de arranjos populacionais, regiões metropolitanas e da RIDE-DF

Quadro 5 Matriz SWOT – Desafios e Ameaças da região Centro-Oeste.

Fonte: SUDECO, 2023.

4.4. Mapeamento de Riscos frente à Matriz SWOT

A partir da análise do risco existente, com as ameaças identificadas na análise SWOT, é possível aferir o impacto e as probabilidades de ocorrência de risco no contexto dos controles existentes e enumerar prioridades gerenciais e apontar formas de como os riscos devem ser mais bem controlados. Nesse sentido, em face dos objetivos definidos na PNDR e seus objetos foram feitas a seguinte análise do material levantado a partir da análise SWOT.

Alta Probabilidade e Alto Impacto

- ✓ Falta de infraestruturas de armazenagem e distribuição da produção
- ✓ Intensificação de eventos naturais extremos
- ✓ Ineficiência na gestão de recursos hídricos
- ✓ Oscilações e declínio dos preços das commodities
- ✓ Dependência e importação/ fuga de mão de obra qualificada da região
- ✓ Cooperação reduzida ou inexistente na governança de espaços transnacionais, de arranjos populacionais, regiões metropolitanas e da RIDE-DF
- ✓ Não articulação do planejamento dos Estados e Distrito Federal com as políticas nacionais das infraestruturas e dos sistemas logísticos de transporte
- ✓ Extinção dos fundos de financiamento ao Centro-Oeste ou redução radical nas suas fontes de financiamento
- ✓ Perda do patrimônio cultural e natural
- ✓ Mão de obra não qualificada, perda da competitividade e dependência tecnológica
- ✓ Biopirataria

Baixa Probabilidade e Alto Impacto

- ✓ Restrições de financiamento e capitalização do agronegócio
- ✓ Não implantação de uma política de diversificação da matriz energética
- ✓ Perda da segurança jurídica dos investidores
- ✓ Crise econômica global e escassez de recursos financeiros
- ✓ Perda de competitividade no mercado internacional
- ✓ Não construção de uma identidade regional do Centro-Oeste

Quadro 6 Matriz de riscos a partir da análise identificada na SWOT.

Fonte: SUDECO, 2023.

4.5. Mapeamento e Análise de Stakeholders

A análise de *stakeholders* consiste na identificação dos principais atores envolvidos, dos seus interesses e do modo como esses interesses irão afetar os riscos e a viabilidade de programas ou projetos. Está ligada à apreciação institucional e à avaliação social, não só utilizando as informações oriundas destas abordagens, mas também contribuindo para a combinação de tais dados em um único cenário.

Stakeholders são pessoas, grupos ou instituições com interesse em algum programa ou projeto e inclui tanto aqueles envolvidos quanto os excluídos do processo de tomada de decisão. Estão divididos em grupos primários e secundários:

- Os grupos primários são aquele mais afetados, tanto positiva (os beneficiários) como negativamente (aqueles realocados involuntariamente);
- Os grupos secundários são os intermediários envolvidos no processo de prestação de serviço.

Em resumo, *stakeholders* são aqueles que influenciam de forma decisiva ou são importantes para o sucesso da política pública, programa ou projeto. A análise considera os grupos de interesses primários e secundários e a importância do tipo de influência que podem exercer. A análise *stakeholder* possui uma relação muito estreita com a análise SWOT, pois esta também analisa aspectos que afetam o desempenho da Política Pública ou organização. Nesse sentido, foi procedido à fase de mapeamento dos principais *stakeholders* do Sistema de Desenvolvimento Regional.

Principais Atores Governamentais	Principais Atores do Sistema Produtivo	Principais Atores do Sistema Financeiro, voltado para o Desenvolvimento	Principais Atores Paraestatais
Governos do Distrito Federal e dos Estados da Região (GO, MT e MS) Municípios dos Estados da Região e da RIDE Consórcio Brasil Central Consórcios Municipais e Regionais	Confederações do Sistema Produtivo (CNC, CNI, CNA e CNT) Federações do Comércio, Indústria e Agricultura do DF e dos Estados da Região (GO, MT e MS)	Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BRB BNDES e Agências de Desenvolvimento Estaduais Bancos e Agências Internacionais de Fomento (BID, NDB, CAF, Fonplata e.tc) Bancos e Cooperativas de Crédito (BANCOOP, Sicred etc.)	Sistema S (Sesi, Senar, Sebrae, Senac) Empresas e Institutos de Pesquisa e C&T públicos e privados Universidades Públicas e Privadas Ecossistema de empresas de base tecnológica

Quadro 7 Mapa de *stakeholders* do Sistema de Desenvolvimento Regional.

Fonte: SUDECO, 2023.

4.6. Encaminhamentos da Estratégia

A partir da construção do referencial estratégico, em um trabalho conjunto com os Estados da Região Centro-Oeste e com a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Regional, apoiado pelo Ministério do Planejamento e ouvindo os Ministérios que apoiam os eixos construídos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional elaborou-se os Programas do PRDCO 2024-2027 e a carteira de projetos que integram o Plano.

Sabedores que esse Plano foi elaborado enquanto a proposta do Plano Plurianual 2024-2027, entendemos que o perfeito alinhamento do PRDCO com o PPA somente será obtido na revisão anual por quando as ações do PRDCO poderão ser alinhadas com a estrutura programática do PPA, mas procurou-se trabalhar com as informações existentes sobre os projetos prioritários de cada Ministério e dos Estados.

5. Estrutura do PRDCO 2024-2027

5.1. Camada legal do PRDCO - Macro indicadores, Eixos, Programas, Objetivos estratégicos, Indicadores, Metas e Ações estratégicas, projetos prioritários

A estrutura operacional do PRDCO 2024-2027 é organizada em consonância com as diretrizes da Lei Complementar nº 129, de 2009, da PNDR- notadamente seus eixos setoriais de intervenção preferenciais e, também, os atributos do Plano Plurianual da União (PPA).

5.1.1. Dos Macro indicadores

Conforme art. 14, § 3º, da Lei Complementar nº 129, de 2009, a avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas relativas ao desenvolvimento regional terá como referências, entre outros indicadores, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto per capita, conforme metodologia estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

5.1.2. Dos Eixos, Programas, Objetivos estratégicos e Ações estratégicas

No PRDCO os eixos setoriais agrupam programas por suas temáticas centrais, em consonância com a abrangência temática prevista para o plano na Lei Complementar nº 129, de 2009 e com os eixos estratégicos PNDR, são eles: desenvolvimento produtivo; ciência, tecnologia e inovação; infraestrutura econômica e urbana; meio ambiente; capacidades governativas e desenvolvimento social. Já os Programas representam conjuntos coordenados de ações estratégicas visando à concretização dos seus objetivos estratégicos, os quais expressam a mudança na realidade social que o programa visa promover ao enfrentar o problema; suas ações estão alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU.



Figura 25 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.
Fonte: Nações Unidas, 2023.

Por sua vez, as ações estratégicas são resultado da pactuação da Superintendência com os Ministérios setoriais no âmbito da articulação com o PPA, e expressam o conteúdo desta parceria. Por meio de uma ação estratégica se expressa esta articulação com os programas e entregas dos Ministérios ao longo da implementação do PPA, e no apoio projetos previstos no plano regional. Assim, cada ação estratégica se relaciona com um só Ministério, seja em programas estruturantes seja em setoriais.

5.1.3. Das Metas e indicadores

No PRDCO deverão constar metas anuais e quadrienais, de acordo com art. 13, II, § 2º da Lei Complementar nº 129, de 2009, cujo monitoramento e acompanhamento serão realizados com base em dados produzidos pelos institutos de estatística dos poderes públicos federal, estaduais e municipais, além de relatórios produzidos por órgãos e entidades, públicas e privadas, com atuação relevante para o desenvolvimento regional.

Os indicadores do PRDCO são instrumentos que permitem medir objetivamente o alcance do objetivo planejado, enquanto as Metas declaram os valores esperados para o indicador no período de 2024 a 2027.

5.1.4. Dos Projetos prioritários

O PRDCO abarca uma carteira de Projetos prioritários para a região Centro-Oeste, pactuados no âmbito do governo federal junto aos Estados e Distrito Federal. Os projetos compreendem um conjunto de ações com escopo delimitado, custo estimado e previsão de execução durante

o período de vigência do Plano Regional de Desenvolvimento. Destas ações resultam produtos ou resultados que contribuam para alcançar os objetivos dos Programas. Quando se tratar de projeto considerado estruturante, este constituir-se-á de grupamento de projetos.

5.1.5. Da Camada gerencial (infralegal) do PRDCO/ PPA – ações indicativas e projetos complementares

A camada gerencial é um plano de articulação do PRDCO junto ao PPA, e os atributos desta camada não integram a camada legal do Plano, porém, tais atributos estão relacionados com as ações indicativas, projetos complementares e indicadores de produtos ou entregas (para medir o alcance das entregas de bens ou serviços ao público-alvo), pactuados no âmbito do Plano e cuja execução poderá ser monitorada através da dimensão técnica do PPA.

As ações indicativas são o conjunto de ações orientadoras que explicitam o conteúdo de uma Ação Estratégica. Pertencem à camada gerencial do Plano Plurianual e poderão sofrer alterações ou acréscimos na medida em que novas pactuações ocorram entre a SUDECO e os Ministérios Setoriais no processo de revisões anuais do PPA e do PRDCO.

Já a carteira de projetos complementares corresponde a um conjunto de projetos pactuados com os Estados e Municípios de abrangência do PRDCO, que materializam no território seus programas e ações estratégicas. Integrando a camada gerencial do plano, a carteira poderá ser pactuada ao longo de sua implementação no seu período de vigência, mediante a identificação de novas fontes de recursos. Os projetos que compõem a carteira poderão ser alterados mediante processo de revisão simplificada, por estar na camada gerencial.

Macro indicadores do PRDCO – IDH e PIB *per capita*

Macro indicadores	
Nº	Descrição
	<p>Indicador: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Fundação João Pinheiro - FJP e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.</p>
	<p>Meta: 2024: 2025: 2026: 2027: (até 2030: 0,80) Tipo: () Cumulativa (x) Não cumulativa Ano base 2010: 0,757</p>
	<p>Indicador: Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB <i>per capita</i> Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB <i>per capita</i> Fonte: IBGE</p>
	<p>Meta: 2024: 2,55% 2025: 2,55% 2026: 2,55% 2027: 2,55% Tipo: () Cumulativa (x) Não cumulativa Ano base 2023: (a ser calculado a partir da informação do ano de 2023)</p>

Quadro 8 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027-
 Macroindicadores
 Fonte: SUDECO, 2023.

Eixos, Programas, Objetivos estratégicos, Indicadores, Metas, Ações Estratégicas

Nº	Descrição
1.	Eixo: Desenvolvimento Produtivo
1.1.	Programa: Agregação de valor aos produtos da região Centro-Oeste
	Objetivo: Apoiar projetos de conteúdo tecnológico e inovativo (processos de certificação e rastreabilidade, biotecnologia, nanotecnologia, entre outros) e de profissionalização da gestão de forma inovadora e sustentável para o aumento da competitividade agroindustrial, industrial e de serviços
	ODS: 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; 12 – Consumo e produção responsáveis; 13 – Ação contra a mudança global do clima; 15 – Vida terrestre.
	Indicador: Taxa de crescimento do valor adicionado bruto da indústria de transformação do Centro-Oeste Fonte: Sistema de Contas Regionais – IBGE
	Meta: 2024: 2,0% 2025: 2,0% 2026: 2,0% 2027: 2,0% Tipo: () Cumulativa (x) Não cumulativa Ano base 2020: -1,1%
1.1.1-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MAPA Apoiar projetos de estruturação, profissionalização, certificação das cadeias produtivas e sua inserção nos mercados consumidores nacional e internacional
1.1.2-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MDA Agregar valor e incentivar a produção e consumo dos produtos da agricultura familiar
1.1.3-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MPA Agregar valor e incentivar a produção e consumo dos produtos da aquicultura
1.1.4-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCTI Apoiar projetos de inovação nas cadeias produtivas para agregação de valor
1.1.5-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MME Apoiar projetos de inovação nas cadeias produtivas minerais e em cadeias correlatas
1.1.6-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MDIC Ampliar a competitividade na indústria, comércio e serviços

Quadro 9 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 1, Programa 1.1.

Fonte: SUDECO, 2023.

Nº	Descrição
1.	Eixo: Eixo: Desenvolvimento Produtivo
1.2.	Programa: Promoção de alternativas para a diversificação econômica e inclusão produtiva
	Objetivo: Apoiar cadeias produtivas estratégicas gerando valor às especificidades e potencialidades locais para o aumento da sustentabilidade ambiental, da segurança alimentar e da inclusão econômica e social
	ODS: 1 - Erradicação da pobreza; 2 - Fome zero e agricultura sustentável; 6 - Água potável e saneamento; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 12 - Consumo e produção responsáveis, e; 13 - Ação contra a mudança global do clima.
	Indicador: Participação percentual do valor adicionado bruto da indústria de transformação do Centro-Oeste no valor adicionado bruto da indústria de transformação do Brasil Fonte: Sistema de Contas Regionais – IBGE
	Meta: 2024: 8,32% 2025: 8,60% 2026: 8,88% 2027: 9,16% Tipo: () Cumulativa (x) Não cumulativa Ano base 2020: 7,2%
1.2.1-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MTUR Apoiar a estruturação do turismo em seus diversos segmentos e a valorização do patrimônio natural e cultural
1.2.2-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MIDR Apoiar projetos de agricultura irrigada
1.2.3-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MIDR Apoiar a diversificação e a inclusão produtiva
1.2.4-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MDA Promover a capacitação e qualificação para a inclusão produtiva para o setor agropecuário
1.2.5-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MTE Promover a capacitação e qualificação para a inclusão produtiva
1.2.6-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MDA Apoiar a bioeconomia para a inclusão produtiva e o consumo sustentável
1.2.7-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MME Realizar mapeamentos Geológico e de Recursos Minerais

Quadro 10 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 1, Programa 1.2.

Fonte: SUDECO, 2023.

Nº	Descrição
2.	Eixo: Ciência, tecnologia e inovação
2.1.	Programa: Incentivo à inovação para a promoção da sustentabilidade, economia de baixo carbono, competitividade e qualidade de vida
	Objetivo: Incentivar projetos e ações inovadores para o aumento da competitividade, qualidade de vida e sustentabilidade no meio urbano e rural
	ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar; 6 - Água potável e saneamento; 7 - Energia limpa e acessível; 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 13 - Ação contra a mudança global do clima.
	Indicador: Percentual para o Centro-Oeste dos dispêndios públicos dos governos estaduais da região e do Distrito Federal em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação às suas receitas totais Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
	Meta: 2024: 0,68% 2025: 0,77% 2026: 0,86% 2027: 0,95% Tipo: () Cumulativa (x) Não cumulativa Ano Base 2020: 0,33%
2.1.1-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MAPA Priorizar a economia de baixo carbono, fomentando a inovação no setor agropecuário
2.1.2-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCTI Priorizar a economia de baixo carbono, fomentando a inovação no setor produtivo e de serviços
2.1.3-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCTI Apoiar a inovação aplicada às cidades inteligentes sustentáveis e economia circular
2.1.4-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MAPA Fomentar a pesquisa, inovação e tecnologia para as cadeias produtivas da bioeconomia
2.1.5-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCTI Fomentar a pesquisa, inovação e tecnologia para as cadeias produtivas da bioeconomia
2.1.6-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCTI Ampliar e modernizar a infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento (PD&I)
2.1.7-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCTI Apoiar o Desenvolvimento Urbano Sustentável, por meio da Ciência, Tecnologia e Inovação

Quadro 11 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 2, Programa 2.1.
Fonte: SUDECO, 2023.

Nº	Descrição
3.	Eixo: Infraestrutura econômica e urbana
3.1.	Programa: Ampliação da Infraestrutura urbana
	Objetivo: Ampliar a urbanização de forma inclusiva e sustentável para aumentar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades intrarregionais
	ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar; 6 - Água potável e saneamento; 7 - Energia limpa e acessível; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 13 - Ação contra a mudança global do clima; 14 - Vida na água; 15 - Vida terrestre.
	Indicador: Percentual da população atendida com esgotamento sanitário na região Centro-Oeste Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS/MIDR
	Meta*: 2024: 68,9% 2025:71.3% 2026: 73,6% 2027: 76,0% Tipo: () Cumulativa () Não cumulativa Ano base 2021: 61,9%
3.1.1-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCID Apoiar a melhoria do saneamento básico
3.1.2-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCID Melhorar o planejamento e a gestão urbana
3.1.3-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCID Apoiar projetos de habitação social
3.1.4-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCID Apoiar projetos de urbanização de assentamentos precários
3.1.5-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCID Apoiar a melhoria do planejamento e desenvolvimento institucional, e da infraestrutura e prestação dos serviços de mobilidade urbana
3.1.6-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MT Melhorar a segurança viária
3.1.7-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MMA Apoiar a melhoria da qualidade ambiental urbana e de seus indicadores

Quadro 12 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 3, Programa 3.1.

Fonte: SUDECO, 2023

Nº	Descrição
3.	Eixo: Infraestrutura econômica e urbana
3.2.	Programa: Ampliação da Infraestrutura econômica
	Objetivo: Ampliar a infraestrutura logística, de energia e de telecomunicações de forma integrada para ampliar a integração e a competitividade da região Centro-Oeste
	ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar; 6 - Água potável e saneamento; 7 - Energia limpa e acessível; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis.
	Indicador: Percentual de rodovias com estado geral em “bom” ou “ótimo” na região Centro-Oeste Fonte: Confederação Nacional do Transporte - CNT
	Meta: 2024: 39,0% 2025: 41,0% 2026: 43,0% 2027: 45,0% Tipo: () Cumulativa (x) Não cumulativa Ano Base 2022: 35,0%.
3.2.1-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MME Ampliar e diversificar a matriz energética
3.2.2-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCOM Ampliar o acesso aos serviços de telecomunicações
3.2.3-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCOM Promover a inclusão digital
3.2.4-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MPOR Ampliar e aperfeiçoar a malha aquaviária e aérea
3.2.5-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MT Ampliar e aperfeiçoar a logística de transportes terrestres
3.2.6-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MIDR Ampliação, construção e manutenção de estradas vicinais de escoamento das cadeias agropecuárias
3.2.7-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MAPA Ampliação de estruturas de logística e armazenamento das cadeias agropecuárias

Quadro 13 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 3, Programa 3.2.

Fonte: SUDECO, 2023.

Nº	Descrição
4.	Eixo: Meio ambiente
4.1.	Programa: Conservação, manutenção e recuperação do meio ambiente
	Objetivo: Promover a gestão e o aproveitamento dos recursos naturais de forma racional, equilibrada e inovadora para garantir a sustentabilidade ambiental, econômica e social
	ODS: 2 - Fome zero e agricultura sustentável; 6 - Água potável e saneamento; 7 - Energia limpa e acessível; 13 - Ação contra a mudança global do clima; 14 - Vida na água; 15 - Vida terrestre.
	Indicador: Área desmatada por km² nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal localizados no Centro-Oeste Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE
	Meta Amazônia: 2024: 1.489,20 km ² 2025: 1242,56 km ² 2026: 995,30 km ² 2027: 749,30 km ² Tipo: () Cumulativa (x) Não cumulativa Linha de Base: 2022 - 1.982,46 km ²
	Meta Cerrado: 2024: 1.999,81 km ² 2025: 1.951,80 km ² 2026: 1.903,80 km ² 2027: 1.807,79 km ² Tipo: () Cumulativa (x) Não cumulativa Linha de Base: 2022 – 2.047,81 km ²
	Meta Pantanal: 2024: 621,54 km ² 2025: 537,60 km ² 2026: 453,67 km ² 2027: 369,73 km ² Tipo: () Cumulativa (x) Não cumulativa Linha de Base: 2022 – 789,41 km ²
4.1.1-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MAPA Promover a transição para a economia de baixo carbono
4.1.2-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MMA Promover a conservação e a recuperação ambiental
4.1.3-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCTI Manter e aprimorar o monitoramento dos biomas do Centro-Oeste
4.1.4-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MPI Promover a gestão, recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais em territórios indígenas, bem como a sociobioeconomia e a inovação associadas aos modos de vida dos povos indígenas.
4.1.5-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MME Gerar e disseminar informações geocientíficas para a região Centro-Oeste
4.1.6-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MMA Promover o acesso à água e a preservação dos mananciais, garantindo os usos múltiplos dos recursos hídricos, de forma sustentável

4.1.7- AE	Ação Estratégica: Promover a transição para a economia de baixo carbono	Ministério Parceiro: MMA
4.1.8- AE	Ação Estratégica: Promover a infraestrutura e a garantia da segurança hídrica	Ministério Parceiro: MIDR

Quadro 14 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 4,
Programa 4.1.

Fonte: SUDECO, 2023.

Nº	Descrição
5.	Eixo: Capacidades governativas
5.1.	Programa: Melhoria da governança e da competitividade das cidades médias e suas áreas de influência
	Objetivo: Apoiar a estruturação da gestão nas cidades médias e suas áreas de influência de forma cooperativa, articulada e inovadora, com vistas a desconcentrar e interiorizar o desenvolvimento, reduzindo desigualdades intrarregionais
	ODS: 6 - Água potável e saneamento; 7 - Energia limpa e acessível; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; 10 - Redução das desigualdades; 17 - Parcerias e meios de implementação.
	Indicador: Índice de Governança Municipal por Unidade da Federação da região Centro-Oeste (IGM-CFA) Fonte: Conselho Federal de Administração - CFA
	<p>DF Meta: 2024: 4,59 2025: 4,66 2026: 4,73 2027: 4,80</p> <p>Goiás Meta: 2024: 5,62 2025: 5,69 2026: 5,76 2027: 5,83</p> <p>Mato Grosso Meta: 2024: 6,24 2025: 6,31 2026: 6,38 2027: 6,45</p> <p>Mato Grosso do Sul Meta: 2024: 5,94 2025: 6,01 2026: 6,08 2027: 6,15</p> <p>Tipo: () Cumulativa (x) Não cumulativa Ano Base 2020</p>
5.1.1-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCID Apoiar a capacitação e melhoria da gestão pública para o desenvolvimento urbano
5.1.2-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MIDR Apoiar a capacitação e inovação da gestão pública para o desenvolvimento regional
5.1.3-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MIDR Apoiar o planejamento e carteira de projetos integrados
5.1.4-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MIDR Desenvolver e implantar soluções inteligentes vinculadas ao desenvolvimento regional
5.1.5-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCTI Implantar soluções inteligentes e sustentáveis vinculadas à gestão urbana
5.1.6-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCID Fomentar soluções inteligentes vinculadas à gestão urbana

Quadro 15 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 5, Programa 5.1.
Fonte: SUDECO, 2023

Nº	Descrição
5.	Eixo: Capacidades governativas
5.2.	Programa: Programa de Desenvolvimento na RIDE - DF e Faixa de Fronteira
	Objetivo: Apoiar ações e instrumentos de governança e planejamento de forma coordenada com políticas públicas municipais, estaduais e federal para fornecer soluções efetivas de desenvolvimento local, com a melhoria dos níveis socioeconômicos da região
	ODS: 6 - Água potável e saneamento; 7 - Energia limpa e acessível; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; 10 - Redução das desigualdades; 17 - Parcerias e meios de implementação.
	Indicador: Planos sub-regionais de desenvolvimento da RIDE-DF e da Faixa de Fronteira - Arco Central (MS/MT) – elaborados Fonte: SUDECO
	Meta: 2024: 0 2025: 0 2026: 1 2027: 1 Tipo: () Cumulativa (x) Não cumulativa Ano Base 2023: 0
5.2.1-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCID Apoiar a capacitação e melhoria da gestão pública para o desenvolvimento urbano
5.2.2-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MIDR Apoiar a capacitação e inovação da gestão pública para o desenvolvimento regional
5.2.3-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MIDR Fortalecer as instâncias de governança
5.2.4-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MIDR Elaborar e implementar Planos de Desenvolvimento

Quadro 16 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 5, Programa 5.2.

Fonte: SUDECO, 2023

Nº	Descrição
6.	Eixo: Desenvolvimento social
6.1.	Programa: Ampliação de serviços públicos e de infraestrutura social para a melhoria da qualidade de vida e dos níveis de emprego e renda
	Objetivo: Ampliar serviços públicos e a infraestrutura social de forma coordenada com os atores setoriais para a melhoria dos níveis de emprego e renda e da qualidade de vida
	ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar; 5 - Igualdade de gênero; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; 10 - Redução das desigualdades; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.
	Indicador: Taxa de desocupação trimestral das pessoas de 14 anos ou mais de idade da região Centro-Oeste Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
	Meta: 4º trim. de 2024: 5,7% / 4º trim. de 2025: 5,4%/ 4º trim. de 2026: 5,2% / 4º trim. de 2027: 4,9% Tipo: () Cumulativa (x) Não cumulativa/ Ano Base 4º trimestre de 2022: 6,2%.
6.1.1-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MDHC Valorizar a pessoa idosa e promover o envelhecimento ativo e saudável
6.1.2-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MinC Promover a vida saudável por meio do fortalecimento da cultura local e regional
6.1.3-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MinC Potencializar iniciativas culturais de base comunitária, com formação, fruição e incentivo de atividades culturais e artísticas
6.1.4-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCTI Formar, capacitar e fixar recursos humanos para atividades de pesquisa e desenvolvimento
6.1.5-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MEC Formar e fixar capital humano em atividades ligadas ao desenvolvimento regional
6.1.6-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MCTI Ampliar centros vocacionais tecnológicos em articulação com IF's e IFES, demandas dos arranjos produtivos locais e sistema S
6.1.7-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MEC Fortalecer a Educação Profissional e Tecnológica - EPT
6.1.8-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MDHC Promover a dignidade e a cidadania da população em situação de rua, por meio do fortalecimento das políticas públicas e serviços
6.1.9-AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MDHC Constituir rede de proteção, promoção e defesa para as pessoas LGBTQIA+

6.1.10- AE	Ação Estratégica: Ministério Parceiro: MPI Promover o acesso dos povos indígenas aos seus direitos culturais e sociais, respeitando sua autodeterminação e pluralidade étnico-cultural, para assegurar o pleno exercício da cidadania, a sua participação na governança das políticas e projetos que os afetam, bem como a preservação e valorização de suas culturas, saberes, línguas e memórias.
---------------	--

Quadro 17 Estrutura do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027- Eixo 6, Programa 6.1. Fonte: SUDECO, 2023

6. Metodologia

O processo de elaboração deste Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRDCO 2024-2027 iniciou-se na Diretoria de Planejamento e Avaliação. Colegas daquele setor iniciaram uma análise quanto ao processo de criação do PRDCO em sua versão anterior, levantaram as principais etapas, insumos, metas e prazos a cumprir. Um detalhado cronograma foi elaborado de forma que possibilitasse distribuir tarefas no tempo, quer fossem elas simultâneas ou concatenadas.

Criou-se um grupo de trabalho, a partir daqui denominado GT, formalmente constituído por servidores das três diretorias⁸ da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.

Já no âmbito do GT, algumas reuniões iniciais aconteceram em que foram apresentadas as principais características da Estrutura do PRDCO, em termos de Eixos, Programas e Ações estratégicas, que começava a tomar corpo. No âmbito daquele grupo, outras tantas reuniões aconteceram. As pautas foram variadas como articulação com os Estados, aulas de contextualização sobre a realidade do Centro-Oeste nos dias de hoje, reflexão e elaboração participativa de documentos basilares do PRDCO.

Dentre as principais atividades desenvolvidas, é possível registrar a atuação do Grupo de trabalho sob dois prismas principais: a revisão de conceitos e metodologia do PRDCO 2020-2023 - para a elaboração do PRDCO 2024-2027, e a promoção de articulação institucional com entidades governamentais, representantes da sociedade civil, parceiros institucionais, dentre outros, todos interessados e envolvidos no tema desenvolvimento regional da região Centro-Oeste.

Para a atualização do contexto socioeconômico da Região Centro-Oeste, pressuposto basilar para o planejamento e desenvolvimento da região Centro-Oeste, buscou-se apoio técnico-profissional que se consolidou na contratação do Professor Doutor Fernando Luíz de Araújo Sobrinho. Este ministrou aulas, prestou mentoria quanto à coleta de dados e revisão final de

⁸ Diretoria de Administração, Diretoria de Implementação de Programas e Gestão de Fundos e Diretoria de Planejamento e Avaliação.

elaboração do Documento Referencial. Além disso, conduziu oficinas com os representantes do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul que culminaram na construção consensuada dos princípios, diretrizes, aposta estratégica, visão de futuro e matriz SWOT⁹ do plano, favorecendo a construção da política pública com base em evidências.

No que diz respeito às articulações que envolveram a elaboração do PRDCO, diversas reuniões, oficinas e ampla consulta pública foram realizadas de forma que o plano fosse elaborado de maneira democrática, colaborativa e validado por entidades e órgãos oficiais que representassem, de forma legítima, os anseios do povo centro-oestino, garantindo dessa forma, a perseguição do interesse público com foco na redução das desigualdades regionais.

Por meio do sítio eletrônico Participe Mais Brasil, foi disponibilizada uma consulta pública¹⁰ por de 30 dias. Qualquer interessado participante teve a oportunidade de participar do processo de construção do PDRCO, enviando à Autarquia suas contribuições, quer seja em formato descritivo, quer seja opinando quanto à importância dos eixos e ações estratégicas que compõem o Plano.

Sua divulgação foi ampla, presente no sítio eletrônico da SUDECO e do MIDR e nas redes sociais de ambos, além de grupos de assuntos correlatos do aplicativo *WhatsApp*. Reforçou o plano de divulgação o mailing endereçado aos diversos parceiros institucionais da Autarquia e do MIDR, incluindo secretarias de Estado, agências de fomento, Universidades, Institutos Federais, cooperativas, membros do poder Legislativo, entidades da sociedade civil organizada, dentre outros.

Adicionalmente, com o objetivo de amplificar a participação social (alcance e número de colaborações) relativa à Consulta Pública em andamento, foi disponibilizado ao público em geral um formulário idêntico ao primeiro, mas por meio da plataforma *Microsoft Forms* - canal prescinde a realização de login com senha, favorecendo a participação.

⁹ Proveitosas experiências de validação junto aos estados e DF, que expuseram a realidade, os desafios e as potencialidades de cada região.

¹⁰ A consulta pública é um mecanismo de participação social, de caráter consultivo, que incentiva toda a sociedade nas tomadas de decisão do governo, por meio das definições de políticas públicas, com o intuito de orientar a estratégia para melhorar a qualidade de vida da população. Ao final do período, o resultado da pesquisa ficou disponível no sítio da <https://www.gov.br/sudeco/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas>

Nesse sentido, destaca-se, também, o importante trabalho realizado no sentido de buscar efetiva convergência entre os Planos Regionais (Centro-Oeste, Nordeste e Norte) e os Planos Plurianuais - PPAS, conforme as previsões legais estabelecidas os art. 165, §§ 1º e 4º, da Constituição Federal de 1988 (grifos nossos):

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

(...)

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

(...)

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

E os artigos 4º e 13, da Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009:

Art. 4º Compete à SUDECO:

V - assessorar, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do Orçamento Geral da União em relação aos projetos e atividades prioritários para o Centro-Oeste.

Art. 13. O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste consistirá em instrumento de redução das desigualdades regionais, incremento da competitividade da economia regional, inclusão social e proteção ao meio ambiente, observado o disposto no inciso II do caput do art. 4º desta Lei Complementar.

§ 2º O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que terá vigência de 4 (quatro) anos e será revisado anualmente, observadas as mesmas regras aplicáveis ao Plano Plurianual, compreenderá:

I - os programas e os projetos prioritários para atingir os objetivos e as metas econômicas e sociais do Centro-Oeste, com identificação das respectivas fontes de financiamento;

II - as metas anuais e quadrienais para as políticas públicas federais relevantes para o desenvolvimento do Centro-Oeste.

Nessa seara, de articulação dos Planos Regionais de Desenvolvimento com o Plano Plurianual, foram realizadas inúmeras reuniões¹¹ entre a SUDECO, a Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos – SEPLAN, do Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO, as demais superintendências e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. As pautas permearam a definição da estrutura, de atributos e, sobretudo, uma estratégia para

¹¹ Destaque para a Oficina presencial entre SUDECO, Seplan e os Ministérios finalísticos realizada na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP. Nelas, foram discutidos os 6 eixos do PRDCO, e as ações estratégicas para eles propostas, ocasião em que todos os envolvidos puderam contribuir com o refinamento das ações estratégicas, proposta para cada programa temático.

facilitar a aderência e convergência entre os Planos ou, entre as Superintendências e os Ministérios setoriais.

Com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, especificamente quanto ao estabelecido no art. 7º do Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, adotaram-se cinco eixos estratégicos, que serviram de base metodológica para a organização dos programas setoriais propostos.

Os eixos são: ‘desenvolvimento produtivo’; ‘ciência, tecnologia e inovação’; ‘infraestrutura econômica e urbana’; ‘desenvolvimento social’; e ‘capacidades governativas’.

Além desses, o eixo de ‘preservação e recuperação do meio ambiente’ foi identificado como relevante para compor o Plano, no âmbito dos trabalhos realizados entre as Superintendências, Ministério do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. A temática apresenta índices críticos a serem trabalhados por ações estratégicas e compõe pauta prioritária em nível governamental nacional e, sobretudo, internacional, num contexto de mudanças climáticas e necessidade de ações sustentáveis como diminuição do desmatamento, aproveitamento do mercado de carbono, economia circular, dentre outros.

Ressalta-se que a partir da análise e escolha dos 6 eixos setoriais, a partir do contexto atual da Região Centro-Oeste foram elaborados os programas temáticos, os objetivos estratégicos, os indicadores e metas, além das ações estratégicas, os ministérios a elas relacionadas por competências institucionais, e as ações indicativas.

No que diz respeito às Ações Estratégicas propostas, os Ministérios prioritários para articulação com os PRDs foram convidados a debater sobre projetos estruturantes de comum interesse. A experiência foi substancialmente enriquecedora. As entidades federais puderam se enxergar de forma objetiva sob o prisma da entrega de bens e serviços à sociedade, com foco no desenvolvimento, inovação, sustentabilidade e competitividade, com redução de desigualdades e inclusão social.

A partir das ações estratégicas, muitas das ações indicativas foram propostas e revisadas junto aos ministérios, Estados e DF. Elas representam um conjunto de ações orientadoras que

explicitam o conteúdo de uma ação estratégica, e que poderá sofrer modificações na medida em que pactuações ocorram entre a Superintendência e os Ministérios Setoriais no processo de revisões anuais do PPA e do Plano Regional. Tudo isso foi traçado com a participação dos Estados, do DF e dos Ministérios prioritários, além da expressiva atuação da SEPLAN/Ministério do Planejamento.

Paralelamente aos encontros com a SEPLAN e demais entidades citadas, articulações foram realizadas também com governos estaduais do Centro-Oeste e Distrito Federal, por meio de representantes especificamente designados.

Objetivou-se a obtenção de informações para a composição da carteira preliminar de projetos prioritários com vistas a uma posterior aderência junto aos Ministérios finalísticos, no âmbito do PPA. A partir dessa aderência, parcerias estão sendo construídas para próximo quadriênio, reduzindo duplicação, sobreposição e sobreposição de esforços.

O art. 13 e seu § 1º da Lei Complementar nº 129, de 2009 já previa essa importante parceria.

Art. 13. O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste consistirá em instrumento de redução das desigualdades regionais, incremento da competitividade da economia regional, inclusão social e proteção ao meio ambiente, observado o disposto no inciso II do caput do art. 4º desta Lei Complementar.

§ 1º A SUDECO, em conjunto com os órgãos e entidades federais presentes na Região e em articulação com os governos estaduais, elaborará o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a ser submetido ao Congresso Nacional, nos termos do inciso IV do caput do art. 48, do § 4º do art. 165 e do inciso II do § 1º do art. 166, todos da Constituição Federal.

Uma vez aprovado o PRDCO, ele será monitorado e avaliado pela SUDECO, nos termos do disposto no § 1º do art. 14 da Lei Complementar nº 129/2009. Nesse sentido, o planejamento que envolveu a escolha de indicadores e metas para o monitoramento e avaliação do PDRCO, desenhou-se um modelo lógico, conforme **Quadro 18**, que organiza visualmente como se relacionam os fatores contextuais, os insumos, o processo, o produto, o resultado e os impactos esperados.

Para a mensuração e quantificação dos efeitos e resultados da política buscou-se selecionar indicadores de resultado que desempenhem papel relevante na mensuração e análise do impacto das ações governamentais, abrangendo os programas traçados para cada um dos 6

eixos setoriais de intervenção, além do estabelecimento de metas que a implementação do Plano visa alcançar.

É preciso entender, avaliar e estar sempre atento ao equilíbrio entre esses fatores interdependentes, uma vez que todos concorrem para a efetivação de resultados. Mais do que isso, é preciso certo balanceamento entre as expectativas do público-alvo e as possibilidades reais de entrega do setor público, que sofre por insumos insuficientes, processos nem sempre tão eficientes quanto possível, dentre outros percalços inerentes à atividade pública de uma forma geral.

Em contraponto, dirigentes, gestores e participantes da elaboração e execução da política pública devem monitorar e identificar quais elementos merecem maior atenção, observando e corrigindo aspectos relacionados a um ou outro componente (insumos, processo, atividades etc.), de forma que o equilíbrio desses fatores possibilite resultados mais eficazes e efetivos, gerando entregas de maior valor à sociedade que tanto merece uma Gestão Pública eficiente.

EIXOS	PROGRAMAS	INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS	IMPACTOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolvimento Produtivo (DP) ✓ Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T&I) ✓ Infraestrutura Econômica e Urbana (INFRA) ✓ Meio Ambiente (MA) ✓ Capacidades Governativas (CAP GOV) ✓ Desenvolvimento Social (DS) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Agregação de valor aos produtos da região Centro-Oeste (DP) ✓ Promoção de alternativas para a diversificação econômica e inclusão produtiva (DP) ✓ Incentivo à inovação para a promoção da sustentabilidade, economia de baixo carbono, competitividade e qualidade de vida (C, T&I) <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliação da Infraestrutura urbana (INFRA) ✓ Ampliação da Infraestrutura econômica (INFRA) ✓ Conservação, manutenção e recuperação do meio ambiente (MA) ✓ Melhoria da governança e da competitividade das cidades médias e suas áreas de influência (CAP GOV) <ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de Desenvolvimento na RIDE - DF e Faixa de Fronteira (CAP GOV) ✓ Ampliação de serviços públicos e de infraestrutura social para a melhoria da qualidade de vida e dos níveis de emprego e renda (DS) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Recursos Financeiros ✓ Recursos Humanos ✓ Materiais ✓ Tecnologia ✓ Conhecimento Técnico 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Financiamentos pelos Fundos Reembolsáveis ✓ Financiamentos pelos Fundos não Reembolsáveis ✓ Financiamentos pelos Gastos e Investimentos públicos <ul style="list-style-type: none"> ✓ Análise, Execução e Acompanhamento de instrumentos de transferências voluntárias ✓ Contratações de Colaboradores ✓ Publicação de Editais de Contratações de Serviços ✓ Articulações e/ou Parcerias 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacitações, Projetos e Processos Agropecuários, Industriais e de Comércio e Serviços (DP) ✓ Projetos de Ciência, Tecnologia & Inovação (C, T&I). ✓ Projetos de Infraestrutura (INFRA) ✓ Projetos de Sustentabilidade (MA) ✓ Convênios para Gestão Pública (CAP GOV) ✓ Projetos de Desenvolvimento Social (DS) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento do valor agregado dos produtos da região Centro-Oeste (DP) ✓ Aumento da diversificação dos produtos da região Centro-Oeste ✓ Aumento da capacitação e assistência técnica no setor produtivo (DP) ✓ Intensificar a pesquisa, inovação e tecnologia das cadeias produtivas (C, T&I) ✓ Ampliação da infraestrutura logística e urbana (INFRA) ✓ Diminuição das taxas de desmatamento (MA) ✓ Melhoria na capacidade de gestão dos entes subnacionais (CAP GOV) ✓ Melhoria do Desenvolvimento Social por meio da geração de emprego e renda (DS) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da competitividade agroindustrial em bases sustentáveis ✓ Aumento da sustentabilidade ambiental, da segurança alimentar e da inclusão econômica e social ✓ Aumento da competitividade, qualidade de vida e sustentabilidade no meio urbano e rural ✓ Aumento da qualidade de vida e redução das desigualdades intrarregionais <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliação da competitividade e da integração regional ✓ Garantia da sustentabilidade ambiental, econômica e social ✓ Desconcentração e interiorização do desenvolvimento, e redução das desigualdades intrarregionais ✓ Melhoria dos níveis socioeconômicos da região Centro-Oeste ✓ Melhoria na qualidade de vida da população local com acesso a serviços básicos e programas sociais

Quadro 18 Modelo Lógico - Indicadores do PRDCO.

Fonte: SUDECO, 2023.

7. Estrutura de governança, monitoramento e avaliação

7.1. Modelo de Governança

O modelo de governança do PRDCO, enquanto forma em que o Estado e a sociedade se organizam para a implementação do Plano, destaca a função da SUDECO como interlocutora da rede institucional regional nos níveis estadual e federal. Este modelo, institucionalizado nestes diferentes níveis, deve dispor de estrutura organizacional e funcional que envolva o setor público e atores sociais do Centro-Oeste.

O modelo de governança contempla, além da forma de execução do PRDCO, os mecanismos de permanente e continuado monitoramento e avaliação, para eventual ajuste e reformulação das decisões diante das incertezas e mudanças no cenário de implementação do Plano. Deve, para tanto, ser orientado para a geração de valor público, cujos produtos e resultados entregues à sociedade “representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos” (BRASIL, 2017).

7.1.1. Diretrizes Gerais

O modelo de gestão do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste orienta-se pelo seguinte conjunto de diretrizes e pressupostos:

- i. Consenso de que o Plano é referencial estratégico da sociedade regional e não apenas plano de governo, embora a presença do Estado seja fundamental para a sua implementação;
- ii. Coordenação e articulação plena da rede de atores, recursos e mecanismos de gestão e governança que viabilizem a execução das ações definidas como prioritárias, no processo de implementação;

- iii. Compartilhamento da negociação, decisão e execução no âmbito da rede de instituições e organizações articuladas, com a definição de responsabilidades, de modo a fazer frente à complexidade dos desafios regionais;
- iv. Efetivação das instâncias colegiadas de acompanhamento e deliberação, com a participação das diferentes instituições parceiras e de segmentos da sociedade;
- v. Promoção da convergência e a complementaridade das funções das instituições atuantes na região e suas múltiplas e diversificadas iniciativas;
- vi. Governança orientada para resultados, fortalecimento das capacidades governativas e fomento de uma cultura gerencial de resultados para o desenvolvimento regional;
- vii. Monitoramento e avaliação sistemáticos; e,
- viii. Capilarização e descentralização da rede no território regional e articulação das instâncias públicas e privadas no Centro-Oeste, de modo a assegurar a presença e ampla distribuição das ações e seus resultados no conjunto do espaço regional.

7.1.2. Estrutura do Modelo de Governança

O modelo de governança organiza e estrutura uma rede de instituições comprometidas com a implementação do PRDCO. As instituições públicas e privadas envolvidas com a elaboração e a execução do Plano compõem uma rede institucional. A liderança dessa rede e a gestão desse modelo de governança serão realizadas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – CONDEL/SUDECO, juntamente com a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, instância estratégica de governança da PNDR.

Também terão importante papel nesse modelo, o Comitê-Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, órgão responsável por operacionalizar a articulação de políticas e ações federais para o benefício das áreas prioritárias da PNDR, e o Núcleo de Inteligência Regional - NIR, instância permanente de assessoramento às instituições

do governo federal, destinado à produção de conhecimento e informações afetas à PNDR e aos seus instrumentos. Além de todos esses colegiados, o Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional criado pela PNDR fornecerá importantes dados e informações para as instituições envolvidas no modelo de governança.

O PRDCO foi elaborado com foco na plena sinergia com a construção do Plano Plurianual da União (PPA) para o período 2024 a 2027, e representa um instrumento fundamental para a orientação das políticas públicas dos diversos entes federativos em atuação no Centro-Oeste e para a articulação com agentes privados interessados no desenvolvimento regional. Diante disso, a atuação conjunta entre o setor privado e o setor público, por meio da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, consiste em estratégia utilizada para implementar os elementos previstos no Plano.

Neste sentido, a PNDR estabelece um sistema de governança no âmbito do qual se propõe o estabelecimento de regras e padrões para o monitoramento e avaliação, cabendo estruturar o Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional, para um fluxo contínuo de dados e informações gerenciais para fins de monitoramento e de avaliação das políticas públicas afetas à PNDR, o que envolve a definição de indicadores e a elaboração de relatórios anuais e quadrienais.

O Núcleo de Inteligência Regional (NIR), regulamentado pela Portaria MIDR nº 1.628, de 8 de maio de 2023, é destinado à produção de conhecimento e informações afetas à PNDR e aos seus instrumentos, e constituído pela atuação em rede das unidades técnicas integrantes da estrutura do MIDR, SUDAM, SUDECO e SUDENE que tratam das áreas de produção, de informação, de planejamento, de monitoramento e de avaliação do desenvolvimento regional.

Compete ao NIR, por exemplo, produzir conhecimentos e informações; colaborar com assessoramento técnico às instituições do Governo Federal; apoiar o Comitê-executivo e a Câmara de Políticas por meio de estudos, pareceres e recomendações; fomentar a difusão de conhecimento e promover o debate público e o intercâmbio de informações acerca de questões relacionadas ao desenvolvimento regional, envolvendo atuação em rede com

entidades como órgãos de planejamento e gestão dos entes federados, universidades, instituições de pesquisa ou organizações da sociedade civil.

Conquanto os trabalhos do NIR estejam sendo retomados e ainda em fase de estruturação, importa destacar o estabelecimento de uma atuação em rede com parceiros importantes na produção de conhecimento e informação, como IPEA, IBGE, ENAP e BNDES, além de outros ministérios e outras instituições de ensino e pesquisa.

7.2. Monitoramento e Avaliação

Uma das diretrizes da governança pública é o monitoramento do desempenho e a avaliação da concepção, implementação e resultados das políticas e das ações prioritárias implementadas, de forma a assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas (BRASIL, 2017).

O monitoramento e a avaliação das políticas públicas são instrumentos que possibilitam o aprimoramento da gestão governamental, por meio da medição da efetividade das ações implementadas. Devem ser mecanismos permanentes e continuados, propiciando o ajuste e a reformulação de decisões diante das incertezas e de mudanças de cenários.

Enquanto o monitoramento envolve a coleta sistemática de informações relacionadas às políticas implementadas, permitindo correções de rumo em tempo hábil, a avaliação busca analisar o impacto dessas políticas públicas e verificar se os objetivos propostos foram alcançados.

A utilização de tecnologias e plataformas digitais pode facilitar esse trabalho, gerando eficiência no processo, e a participação da sociedade civil, por meio de consultas públicas e audiências, conferem ao processo transparência e legitimidade.

Além disso, é primordial a utilização de indicadores que expressem de forma consistente os resultados almejados. No Centro-Oeste, observa-se, conforme dados apresentados no plano, à necessidade de investimento em capacitação técnica e o fortalecimento de órgãos que podem contribuir com a avaliação técnica de políticas, como institutos de pesquisa e universidades.

O monitoramento e a avaliação do PRDCO devem estruturar-se em níveis, num processo de análise complementar *ex ante* e *ex post*, e incorporar o tanto quanto possível o processo participativo:

- 1) Monitoramento do ambiente externo - deve identificar movimentos no contexto mundial e nacional que impactem o cenário de referência do PRDCO e que, eventualmente, demandem reformulação na estratégia e nas prioridades do Plano;
- 2) Monitoramento dos insumos, processos e produtos inerentes aos programas;
- 3) Avaliação no primeiro ciclo de implementação – dos insumos aos produtos. A eficácia do PRDCO deve ser avaliada com o objetivo de acompanhar o ritmo e nível da efetiva implementação dos projetos. Deve também ser avaliada sua eficiência, de modo a verificar a necessidade de reformulações e aprimoramentos no sistema gerencial, bem como na estrutura de implementação da estratégia e seus projetos;
- 4) Avaliação no segundo ciclo de implementação - os resultados da implementação do PRDCO são avaliados com base em dados qualitativos de maturidade e quantitativos, para ser verificada a sua efetividade e seus impactos diante dos objetivos e resultados do desenvolvimento regional sustentável, materializados nas metas;
- 5) Sistema de informações - condizente com o modelo lógico e os objetivos dos programas do PRDCO, com dados de: linha de base da situação atual do problema; dados de entrada e saída de recursos, processos e projetos desenvolvidos e mapeamento de ações; quantificação dos produtos entregues, verificação do atendimento efetivo ao público beneficiado; resultados intermediários e efeitos de longo prazo (impactos).

Estrutura de Governança - Monitoramento e avaliação do PRDCO

	Instâncias	Atribuições
Esfera Macrorregional (Região Centro-Oeste) Previsão Legal: LC 129/2009	SUDECO Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estudar e propor ao Conselho Deliberativo diretrizes para o desenvolvimento regional, consolidando as propostas no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com metas e com indicadores objetivos para avaliação e acompanhamento; e ✓ Avaliar o cumprimento do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste por meio de relatórios anuais submetidos ao CONDEL
	Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – CONDEL/SUDECO Governadores: DF, GO, MT e MS Ministros: Fazenda, Planejamento e Orçamento, Integração e Desenvolvimento Regional, ministros de estados das demais áreas de atuação do Poder Executivo. Representantes dos municípios, da classe empresarial, da classe dos trabalhadores e de organizações não governamentais da área de atuação da SUDECO;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aprovar o no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste; ✓ Estabelecer metodologia de avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas relativas ao desenvolvimento regional, por meio de indicadores; ✓ Monitorar e acompanhar as diretrizes na implementação; e ✓ Aprovar o relatório de avaliação.
Esfera Federal Previsão Legal: Decreto 9810/2019	Superintendente da SUDECO; e Presidente do Banco do Brasil S. A	
	Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (ministros) Casa Civil/ PR ME MIDR Secretaria- Geral/ PR Secretaria de Governo/ PR GSI/ PR	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aprovar os relatórios de monitoramento e de avaliação da PNDR; e ✓ Aprovar indicadores de monitoramento e de avaliação da PNDR e de seus instrumentos.
	Comitê-Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (representantes) MIDR Casa Civil/ PR ME Secretaria- Geral/ PR Secretaria de Governo/ PR GSI/ PR SUDAM SUDECO SUDENE	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir o fluxo contínuo de dados e informações gerenciais para a alimentação do Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional; e ✓ Propor indicadores de monitoramento e de avaliação da PNDR e de seus instrumentos, inclusive daqueles relativos à eficácia, à eficiência e à efetividade.
	Núcleo de Inteligência Regional – NIR MIDR SUDAM SUDECO SUDENE	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Propor orientações gerais para o monitoramento dos instrumentos da PNDR (Portaria MIDR 1.628/2023)
	Sistema Nacional de Informações de Desenvolvimento Regional - SNIDR	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Produzir conhecimento e informações afetas à PNDR e aos seus instrumentos

Quadro 19 Monitoramento e avaliação do PRDCO – Instâncias e atribuições.

Fonte: SUDECO, 2023.

8. Formas de Financiamento

8.1. Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

As duas principais fontes de recursos do Fundo são os repasses, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I, do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827, de 1989) e os retornos dos financiamentos já concedidos.

A área de abrangência do FCO está restrita à região Centro-Oeste, integrada pelos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a região conta com 466 municípios, além do Distrito Federal.

Para efeito de aplicação dos recursos, o Fundo é dividido em FCO Empresarial e FCO Rural, sendo os beneficiários no setor empresarial as pessoas jurídicas de direito privado que se dedicam à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial, mineral, de infraestrutura econômica, turístico, comercial e de serviços e de ciência, tecnologia e inovação, e no setor rural o público-alvo são os produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor.

De acordo com o art. 13 da Lei n° 7.827, de 1989, a administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos/entidades:

- SUDECO, por meio do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (CONDEL);
- Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); e

- Banco do Brasil S.A. (BB).

O banco administrador pode repassar recursos do Fundo para outras instituições financeiras, de forma que, em 2023, são dez instituições que trabalham com recursos do FCO ou estão autorizadas a utilizá-los:

- Banco do Brasil - BB
- Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB
- Banco de Brasília S.A. – BRB
- Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
- Cooperativa de Crédito Rural – CREDICOAMO
- Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL SICOPER
- Agência de Fomento de Goiás S.A. – GOIÁS FOMENTO
- Agência de Fomento de Estado de Mato Grosso S.A. – MT FOMENTO
- Sistema de Crédito Cooperativo S.A. – SICREDI
- Cooperativa de Crédito dos Médicos, Profissionais da Saúde e Empresários de MT - UNICRED-MT

Desde sua criação em 1989, o FCO já investiu mais de R\$ 120 bilhões na região, gerando ou mantendo mais de 12 milhões de empregos diretos e indiretos no período. Deste modo, o Fundo vem sendo um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e inter-regionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na região Centro-Oeste, tornando-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas, previstas na PNDR e PRDCO.

Somente no último ciclo do PRDCO de 2020 até 2023, o FCO aplicou R\$ 37,4 bilhões na região, sendo que cerca de 75% deste valor foram destinados a empreendedores de menor porte e mais de 40% foi aplicado em municípios prioritários de média renda, independentemente de seu dinamismo. O setor rural utilizou em torno de 70% dos recursos, enquanto o setor empresarial contou com 30%, além disso as operações destinadas a investimentos

representaram 78% do total desembolsado, enquanto custeio e capital de giro representaram 22%.

O FCO pode ser utilizado para financiar bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, reforma, adequação ambiental ou realocação de empreendimentos rurais e urbanos, além do financiamento de micro e minigeração de energia elétrica para pessoas físicas.

8.2. Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO

O Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), criado pela Lei Complementar n.º 129, de 2009, regulamentado pelo Decreto n.º 10.152, de 2019; pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) n.º 4.960, de 21 de outubro de 2021, que define critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras nos financiamentos concedidos ao amparo de recursos dos Fundos de Desenvolvimento e pela Resolução CONDEL/SUDECO n.º 114 de 14 de novembro de 2021, a qual aprova o regulamento que dispõe sobre a participação do FDCO nos projetos de investimento e demais normativos de aspectos específicos do Fundo.

O FDCO tem por finalidade assegurar recursos para a implementação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRDCO.

São financiados projetos de empresas que tenham como objetivo a implantação, ampliação, modernização ou diversificação de empreendimentos de infraestrutura ou considerados estruturadores da economia, visando ao fortalecimento da atividade produtiva regional e à geração de emprego e renda

Trata-se de um fundo de financiamento de natureza contábil, gerido pela SUDECO, órgão da administração indireta do Poder Executivo, vinculado ao MIDR, e sua área de abrangência compreende toda a região Centro-Oeste

Seu orçamento é aprovado por meio de dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA, além das suplementações orçamentárias eventualmente solicitadas no decorrer do exercício, por Projeto de Lei – PL.

Constituem como fontes de recursos do Fundo, de acordo com o art. 18 da Lei Complementar n.º 129, de 2009: as dotações orçamentárias consignadas nas leis orçamentárias anuais e em seus créditos adicionais; os eventuais resultados de aplicações financeiras dos seus recursos; o produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados; a reversão dos saldos anuais não aplicados, apurados na forma do disposto no § 2º do art. 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964; os recursos oriundos de juros e amortizações de financiamentos; e outros recursos previstos em lei.

“Consoante à alínea ‘c’”, inciso III, do art. 1º, da Resolução CMN nº 4.960, de 2021 e §6º do art. 16, da Lei Complementar nº 129, de 2009, o FDCO terá como Agentes Operadores instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que assumirão integralmente o risco do financiamento.

Empresas que possuam interesse em obter financiamento junto ao Fundo, dentre outras exigências, devem possuir recursos próprios, equivalentes a, no mínimo, 20% do valor total do investimento previsto para o projeto, visto que, a participação dos recursos do FDCO poderá ser de até 80% do investimento total do projeto, limitada, no máximo, em 90% do investimento fixo. O limite máximo a ser financiado com recursos do Fundo, em cada projeto, leva em consideração o setor da economia a ser atendido e a localização do empreendimento, considerando as áreas prioritárias da região e a classificação dos municípios, conforme classificação da PNDR.

Conforme definido na Resolução CONDEL/SUDECO nº 135, de 12 de dezembro de 2022, os valores mínimos dos projetos assistidos pelo FDCO serão de:

- R\$ 20.000.000,00, por cliente, grupo empresarial ou agropecuário, respeitados os limites de participação de recursos do Fundo, estabelecidos pelo CMN; e
- R\$ 15.000.000,00, para empreendimentos situados em municípios classificados pela tipologia da PNDR como de baixa e média renda, independente do seu dinamismo e para investimentos em serviços hospitalares e ambulatoriais, independentemente da classificação da Tipologia do município definido pela PNDR, respeitados os limites de participação dos recursos do Fundo estabelecidos pelo CMN.

Desde sua criação, o FDCO já contratou o montante de R\$ 2.417,8 bilhões, que viabilizaram investimentos de R\$ 12.919,11 bilhões para a região Centro-Oeste, fomentando a criação de mais de 50 mil empregos diretos e indiretos.

Para a seleção e a aprovação de projetos de investimentos, é necessário o enquadramento nas prioridades setoriais e espaciais definidas anualmente pelo CONDEL/SUDECO. O roteiro para apresentação de Consulta Prévia, formulários e maiores informações quanto aos procedimentos do FDCO, está disponível no site da SUDECO <https://www.gov.br/sudeco>.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. Usos Consuntivos da Água no Brasil. In: [Microsoft Power BI](#) Acesso em julho de 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. TKU 2021 - TKU da Navegação interior, de cabotagem e longo curso em vias interiores. Brasília, ANTAQ, 2022. In: <https://www.gov.br/antag/pt-br/central-de-conteudos/estudos-e-pesquisas-da-antag-1/FinalapsaprovaodaDiretoria.pdf> Acesso em junho de 2023.

BERTRAN, Paulo. Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste no Brasil. Brasília, CODEPLAN/ Universidade Católica de Goiás, 1988.

BRANDÃO, Carlos. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora UNICAMP, 2012.

BRASIL. Agendas para o desenvolvimento das macrorregiões Norte, Nordeste e Centro - Oeste: subsídios para a elaboração do PPA 2020-2023. Brasília, MI, 2018. In: [Agendas Macrorregionais GT1 Dezembro 2018 — Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste \(www.gov.br\)](#) Acesso em: maio de 2023

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Congresso Nacional, 1988. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: maio de 2023.

BRASIL. Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional II. Brasília, Presidência da República, 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.913, de 11 de julho de 2019, altera o Decreto nº 7.469, de 4 de maio de 2011, que regulamenta a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Brasília, Presidência da República, 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.152, de 2 de dezembro de 2019, aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Brasília, Presidência da República, 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031. Brasília, Presidência da República, 2020.

BRASIL. Decreto nº 4.954 de 14 de janeiro de 2004, aprova o regulamento da Lei n.º 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes destinados à agricultura, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.469, de 04 de maio de 2011, regulamenta a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o poder executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Brasília, Presidência da República, 2011.

BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, Presidência da República, 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Brasília, Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação, altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 1998.

BRASIL. Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 1979.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nº s 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nº s 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2012.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, Presidência da República, 1964.

BRASIL. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 1989.

BRASIL. Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, de 27 de setembro de 1989, institui a Política Nacional de Inovação e dispõe sobre a sua governança. Brasília, Presidência da República, 2020.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI). In: <https://octi.cgee.org.br/indicadores/brasil/geografia> Acesso em junho de 2023.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016/2022. Sumário Executivo. Brasília, CGEE/ MCTI, 2018.

CHRISTENSEN, C. Roland, BOWER, Joseph L. Business Policy: Text and Cases, R.D. Irwin, 7th edition. 1965.

CNN. Fim de acordo sobre grãos entre Rússia e Ucrânia pode impactar inflação no Brasil, dizem especialistas. In: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/fim-de-acordo-sobre-graos-entre-russia-e-ucrania-pode-impactar-inflacao-no-brasil-dizem-especialistas/> Acesso em maio de 2023.

COELHO, Vitarque. A Política Regional do Governo Lula (2003-2010), In: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. Rio de Janeiro, IPEA, 2017.

CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE – CONDEL. Resolução CONDEL/ SUDECO nº 114 de 14 de novembro de 2021. Brasília, SUDECO.

CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE – CONDEL. Resolução CONDEL/SUDECO nº 135, de 12 de dezembro de 2022. Brasília, SUDECO.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CFA. Índice de Governança Municipal -IGM. In: <https://igm.cfa.org.br/> Acesso em junho de 2023.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL – CMN. Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.960, de 21 de outubro de 2021, Define critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras nos financiamentos concedidos ao amparo de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), inclusive aqueles passíveis de subvenção econômica pela União. Brasília, Banco Central do Brasil, 2021.

DINIZ, C. C. e CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. In: Revista Nova Economia. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, julho 1996.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. In: Ipeadata <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em junho de 2023.

GALVÃO, A. C. F. Indicadores da Geografia da CT&I no Brasil: um olhar inicial in: Indicadores da Geografia da CT&I no Brasil. Boletim Temático do OCTI. Brasília, CGEE, 2021.

HARVARD KENNEDY SCHOOL OF GOVERNMENT. Atlas of Economic Complexity. In: <https://atlas.cid.harvard.edu/> Acesso em maio de 2023.

In: [Agendas Macrorregionais GT1 Dezembro 2018 — Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste \(www.gov.br\)](#),

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Área Territorial do Brasil 2022. Rio de Janeiro, IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Contas Regionais em 2020. Rio de Janeiro, IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PIB a preços de mercado 2020. In: Ipeadata <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em junho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PNAD Contínua 2023. Rio de Janeiro, IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. População residente estimada em 1º de julho de 2020. In: Ipeadata <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em junho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Prévia da população dos municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro, IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Regiões de Influência das Cidades 2007. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Regiões de Influência das Cidades 2018. Rio de Janeiro, IBGE, 2020.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil - IDSC-BR. In: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/introduction> Acesso em maio de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil: Referencial Conceitual e Metodológico - Relatório I. Rio de Janeiro, IPEA, 2022a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Projeto Competitividade e Governança das Cidades Médias do Brasil: Sistema Urbano, Centralidade e Competitividade das Cidades Médias- Relatório II. Rio de Janeiro, IPEA, 2022b.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO. Mobilizados – ITDP. In: <https://mobilizados.org.br/> Acesso em maio de 2023.

MENDES, C. C. Brasil Policêntrico e Planejamento Territorial de Longo Prazo. Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2008.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA. In: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/fertilizantes> Acesso em junho de 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA. Plano Nacional de Fertilizantes 2050. In: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/fertilizantes/plano-nacional-de-fertilizantes> Acesso em junho de 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Portaria n.º 20.809, de 14 de setembro de 2020, lista os setores da economia mais impactados pela pandemia após a decretação da calamidade pública decorrente do COVID19. Brasília, Ministério da Economia/Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, 2020.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Portaria nº 1.628, de 8 de maio de 2023, dispõe sobre o funcionamento e as competências específicas do Núcleo de Inteligência Regional (NIR). Brasília, Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, 2023.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília, MI, 2005.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Sistema Nacional de Informações sobre Mobilidade Urbana – SIMU. In: https://simu.mdr.gov.br/?page_id=2 Acesso em maio de 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Sistema Nacional de Informações sobre Resíduos Sólidos – SINIR. In: <https://sinir.gov.br/> Acesso em maio de 2023.

- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Relatório Matriz Energética Nacional 2030. In: <file:///C:/Users/georgia.costa/Downloads/Matriz%20Energ%C3%A9tica%20Nacional%202030.pdf> Acesso em julho de 2023.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. In: <http://rais.gov.br/sitio/index.jsf> Acesso em maio de 2023.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo. In: <https://mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home> Acesso em maio 2023.
- MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Corredores Logísticos Estratégicos. In: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/politica-e-planejamento/politica-e-planejamento/cle> Acesso em maio de 2023.
- MINTZBERG, H. AHLSTRAND, B. LAMPEL, J. Safári de Estratégia. Porto Alegre: Editora Artmed – Bookman., 2000.
- MONTEIRO NETO e GOMES, G. Quatro Décadas de Crescimento Econômico no Centro-Oeste Brasileiro: Recursos Públicos em Ação. Texto para Discussão nº 712. Brasília, IPEA, 2000.
- MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. Rio de Janeiro, IPEA, 2017.
- NASSER, Bianca. Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, P. 145-178, dez. 2000.
- OLIVEIRA, C. e CRUZ, B. Impactos regionais de choques de produtividade e redução de desigualdades: o caso da região Nordeste. Texto para Discussão 2694. Brasília, IPEA, 2021.
- REVISTA FORBES. Acordo de grãos do Mar Negro avança lentamente após extensão. In: <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/05/acordo-de-graos-do-mar-negro-avanca-lentamente-apos-extensao> Acesso em maio de 2023.
- SCHLABITZ, C. O perfil do comércio internacional de mercadorias do Distrito Federal e Centro-Oeste entre 2008-2018. Nota Técnica Codeplan. Brasília, CODEPLAN, 2020.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PEDCO (2007- 2020). Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2007.

SILVA, Simone Affonso da. A PNDR e o Planejamento Regional Brasileiro no início do Século XXI. Brasília, IPEA, 2015.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. In:
<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis> Acesso em maio de 2023.

SOUZA, S. M. C. Reestruturação produtiva e metropolização na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF). Relativizando a perspectiva da região deprimida e dependente. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO. Relatório da Consulta Pública do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2024-2027. Brasília, SUDECO. In: <https://www.gov.br/sudeco/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas>

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO. Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2020-2023. Brasília, SUDECO, 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdãos 1.665/ 2017, 2.388/2017 e 1.827/2017. Brasília, TCU, 2017. In:
https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/processo/*/NUMEROSOMENTENUMEROS%253A802420197/DTAUTUACAOORDENACAO%2520desc%252C%2520NUMEROCOMZEROS%2520desc/0 Acesso em junho 2023.

Anexo - Carteira de Projetos (Eixos, Programas e Projetos)

Nº	Descrição
1.	Eixo 1: Desenvolvimento Produtivo
1.1.	Programa: Agregação de Valor aos produtos da região Centro-Oeste
	Projetos:
1.1.P1	Título do Projeto: MS - Estado livre de aftosa sem vacinação (PNEFA) - alcançar o status sanitário. Valor global (estimado): Investimento previsto para 2023 - R\$ 17.301.048,00 Custeio previsto para 2023, sem folha de pagamento - R\$ 56.086.547,75
1.1.P2	Título do Projeto: GO - Fortalecimento da Bovinocultura (APLs) - infraestrutura de abate bovino regionalizado Valor global (estimado): R\$ 50.000.000,00s
1.1.P3	Título do Projeto: GO - Fortalecimento da Bovinocultura (APLs) - melhoramento genético de gado de corte e de leite. Valor global (estimado): 20.000.000,00
1.1.P4	Título do Projeto: GO - Fortalecimento de APLs da Moda - capacitações, fomento à criação de Cooperativas, estruturação de 16 APLs GO - Fortalecimento de APLs da Moda - capacitações, fomento à criação de Cooperativas, com equipamentos via Crédito Social. Valor global (estimado): R\$ 5.440.000,00
1.1.P5	Título do Projeto: GO - Implementação / Estruturação de APL Fruticultura. Apoio a projetos para produção e comercialização. Valor global (estimado): R\$ 15.000.000,00
1.1.P6	Título do Projeto: (MCTI - Centro-Oeste) - Projeto: Programa Cadeias Produtivas da Bioeconomia MCTI - visa o fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, em cadeias produtivas da biodiversidade brasileira. Valorização das cadeias produtivas e desenvolvimento de novos produtos, insumos e materiais com desenvolvimento sustentável de populações em todos os biomas brasileiros. Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
1.1.P7	Título do Projeto: GO - Programa de Produção de Bovinos A2A2 da UEG Valor global (estimado): R\$ 1.750.000,00
1.1.P8	Título do Projeto: GO - Central de Processamento e Avaliação de Sêmen do Estado de Goiás Valor global (estimado): R\$ 2.000.000,00
1.2.	Programa: Promoção de alternativas para a diversificação econômica e inclusão produtiva
	Projetos:
1.2.P1	Título do Projeto: MS - Qualificação profissional - Qualificação do capital humano para ampliação da empregabilidade em atividades econômicas do Estado (10.000 pessoas). Valor global (estimado): R\$ 40.000.000,00

1.2.P2	Título do Projeto: DF - Fábrica Social - qualificar e capacitar profissionalmente o cidadão do DF, a fim de promover a inserção no mercado de trabalho - perfil técnico e comportamental. Valor global (estimado): R\$ 10.000.000,00
1.2.P3	Título do Projeto: MS - Fomento ao desenvolvimento da Bioeconomia. Estudos e pesquisas para diversificar a matriz econômica do Estado, gerando negócios inovadores e sustentáveis. Valor global (estimado): R\$ 10.000.000,00
1.2.P4	Título do Projeto: GO - Programa mais Crédito - Consultoria / educação financeira visando renegociação da dívida e acesso ao crédito para 100.000 pessoas. Valor global (estimado): R\$ 10.000.000,00
1.2.P5	Título do Projeto: DF - Programa de microcrédito - concessão de financiamentos a microempreendedores individuais rurais e urbanos. Fomento à produção e geração de emprego e renda. Valor global (estimado): R\$ 5.000.000,00
1.2.P6	Título do Projeto: GO - Incentiva Goiás - Melhoria de Gestão e inclusão Tecnológica. Capacitações, consultorias, workshops para 60.000 pessoas no Municípios das Regiões Metropolitana de Goiânia, Centro Goiano e Entorno do DF. Ação a pequenos negócios. Valor global (estimado): R\$ 1.500.000,00
1.2.P7	Título do Projeto: GO -Expo-Goiás: Fomento ao artesanato (exposição, comercialização e oficinas); das cidades/locais turísticos; workshops para qualificação da mão de obra e fomento ao empreendedorismo; palestras sobre oportunidades de negócios e investimentos. Valor global (estimado): R\$12.250.000,00
1.2.P8	Título do Projeto: GO - PAC Construção da Barragem Extrema, em São João D'Aliança - Incremento de 1700 ha de fruticultura irrigada. Valor global (estimado): R\$ 376.889.610,68
1.2.P9	Título do Projeto: MS - Guavira Hub - Espaço de pesquisa, desenvolvimento e inovação para o fortalecimento da produção da agricultura familiar, estímulo ao empreendedorismo rural, acesso a recursos, serviços e pesquisas, inovação e adoção de tecnologias. Valor global (estimado): R\$5.000.000,00
1.2.P10	Título do Projeto: DF – Renova DF- Qualificação profissional de jovens e adultos em associação à revitalização de equipamentos públicos. Valor global (estimado): R\$ 80.080.000,00
1.2.-P11	Título do Projeto: GO - Implementação do APL do Abacate - 03 cooperativas, provisão de capacitações, assistência técnica e consultoria e aquisição de equipamentos. Valor global (estimado): R\$ 6.000.000,00
1.2.P12	Título do Projeto: MDA - Centro-Oeste - Programa de Apoio e Fortalecimento ao Etnodesenvolvimento, Acesso à terra e ao território Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
1.2.P13	Título do Projeto: MDA - Centro-Oeste -Alimentos saudáveis Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
1.2.P14	Título do Projeto: MDA - Centro-Oeste -Retomada da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica Valor global (estimado): (valor não informado/ União)

1.2.P15	Título do Projeto: MDA - Centro-Oeste -Atualização e implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
1.2.P16	Título do Projeto: MDA - Centro-Oeste -Projetos de inovação em Pesquisa, Ensino, Extensão, Ciência e Tecnologia para a agricultura familiar e agroecologia Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
1.2.P17	Título do Projeto: MDA - Centro-Oeste -Inovação para desenvolvimento e acesso a máquinas e equipamentos adequados à agricultura familiar e agroecologia Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
1.2.P18	Título do Projeto: MDA - Centro-Oeste -Inclusão de agricultores familiares na cadeia de biocombustíveis, com prioridade para o Norte e Nordeste Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
1.2.P19	Título do Projeto: MDA - Centro-Oeste -Ampliar o acesso ao crédito rural, com foco na agroecologia e socio biodiversidade Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
1.2.P20	Título do Projeto: MDA -Centro-Oeste - Ampliar o acesso aos instrumentos de proteção da produção, com foco na agroecologia e socio biodiversidade Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
1.2.P21	Título do Projeto: PAC - GO - Aquisição de Patrulha Mecanizada para apoio no Projeto de Fruticultura do Vão do Paraná Valor global (estimado): R\$ 3.900.00,00

Quadro 20 Carteira de Projetos – Eixo Desenvolvimento Produtivo.

Fonte: SUDECO, 2023

Nº	Descrição
2.	Eixo 2: Ciência Tecnologia e Inovação
2.1.	Programa: Incentivo à inovação para a promoção da sustentabilidade, economia de baixo carbono, competitividade e qualidade de vida
	Projetos:
2.1.P1	Título do Projeto: MS- Pantanal <i>Business School</i> - Pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas áreas de sustentabilidade, inovação e negócios de base tecnológica voltados para o Bioma Pantanal, estimulando a criação de Startups focadas na Sustentabilidade. Valor global (estimado): R\$ 5.000.000,00
2.1.P2	Título do Projeto: MS- Coworking Público de Inovação - Criação de HUB Público para atendimento de coletivos, empreendedores sociais e empresas de base tecnológica em todos os níveis de maturidade. Ambiente de estímulo à inovação aberta para produtos e serviços de economia criativa e sustentabilidade. Valor global (estimado): R\$ 50.000.000,00
2.1.P3	Título do Projeto: MCTI - MT - Projeto NANORAD's - Aplicações da nanobiotecnologia para recuperar áreas degradadas na Amazônia: uma experiência florestal de pesquisa, ensino e extensão (Em ANDAMENTO - INPA) Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
2.1.P4	Título do Projeto: MCTI - Centro-Oeste - Projetos CITInova - Planejamento Integrado e Tecnologias para Cidades Sustentáveis e CITInova II - Promoção do planejamento metropolitano integrado e investimentos em tecnologia urbana inovadora no Brasil. A Iniciativa Economia Circular e Avaliação do Ciclo de Vida (ECACV) tem como objetivo o desenvolvimento de conhecimentos e ferramentas para a gestão da sustentabilidade e eficiência no uso e reuso de recursos em sistemas produtivos visando a construção de uma bioeconomia brasileira sustentável e circular Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
2.1.P5	Título do Projeto: MCTI - Centro-Oeste - Programa Cadeias Produtivas da Bioeconomia MCTI - visa o fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, a fim de promover e agregar valor em cadeias produtivas da biodiversidade brasileira, considerando a sua sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida das populações que dela dependem. O Programa tem como objetivo específico a valorização das cadeias produtivas e o desenvolvimento de novos produtos, insumos e materiais a partir e para essas cadeias, para contribuir com o desenvolvimento sustentável de populações em todos os biomas brasileiros Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
2.1.P6	Título do Projeto: MCTI - MT - AQUICULTURA para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da Amazônia - Produção de organismos aquáticos na redução de desequilíbrios, desigualdades sociais e na conservação de espécies ameaçadas (Em ANDAMENTO – INPA Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
2.1.P7	Título do Projeto: MCTI - MT - Projeto YCATU - Pesquisa para remoção de compostos orgânicos emergentes a partir do desenvolvimento de membrana ultrafiltrante à base de resíduos amazônicos e caulinita (De INTERESSE - INPA Valor global (estimado): (valor não informado/ União)

2.1.P8	Título do Projeto: MCTI - MT - Desenvolvimento de biocorantes amazônicos a partir de recursos renováveis para coloração industrial de biopolímeros - BioPolyCol (Em ANDAMENTO - INPA) Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
2.1.P9	Título do Projeto: MCTI - Centro-Oeste - Programa de Desenvolvimento Científico Regional (DCR), Programa Centelha, Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), Programa Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE), Programa Agentes Locais de Inovação (ALI); Programa Primeiros Projetos (PPP); Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (PRONEM); Programa de apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX); Programa Jovens Doutores Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
2.1.P10	Título do Projeto: MCTI - Centro-Oeste - Projeto 15P6 - Ampliação e modernização da infraestrutura do INPA para o estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos ecossistemas amazônicos frente às mudanças globais) - (Em ANDAMENTO - INPA) Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
2.1.P11	Título do Projeto: MCTI - MT - Infraestrutura modular sustentável para pesquisa e ensino em áreas estratégicas na Amazônia Ocidental (Em ANDAMENTO - INPA) Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
2.1.P12	Título do Projeto: MCTI - MT - Infraestrutura modular sustentável para pesquisa e ensino em áreas estratégicas na Amazônia Ocidental (Em ANDAMENTO - INPA) Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
2.1.P13	Título do Projeto: MCTI - Centro-Oeste - Projetos CITInova - Planejamento Integrado e Tecnologias para Cidades Sustentáveis e CITInova II - Promoção do planejamento metropolitano integrado e investimentos em tecnologia urbana inovadora no Brasil Valor global (estimado): (valor não informado/ União)

Quadro 21 Carteira de Projetos – Eixo Ciência, Tecnologia e Inovação.

Fonte: SUDECO, 2023.

Nº	Descrição
3.	Eixo 3: Infraestrutura Econômica e Urbana
3.1.	Programa: Ampliação da infraestrutura urbana
	Projetos:
3.1.P1	Título do Projeto: GO - Obras de drenagem em pontos críticos BRT Eixo-Anhanguera. Valor global (estimado): R\$ 50.0000,00
3.1.P2	Título do Projeto: DF- PAC - Estruturação e implantação de operação de trem de passageiros entre Brasília - DF e Valparaíso - GO Valor global (estimado): R\$ 125.000.000,00
3.1.P3	Título do Projeto: DF- PAC - Arco rodoviário - pavimentação da DF-100, DF-270 (ligação BR-020 até DF-285) Valor global (estimado): R\$ 120.000.000,00
3.1.P4	Título do Projeto: GO -PAC - BRT Luziânia Valor global (estimado): R\$ 41.000.000,00
3.1.P5	Título do Projeto: DF - PAC Expansão do metrô de Ceilândia Valor global (estimado): R\$ 400.000.000,00
3.1.P6	Título do Projeto: DF - PAC - VLT Aeroporto - Plano Piloto (W3 Sul e Norte). Implantação de prestação de Serviço Público de Transporte Urbano Coletivo por meio e veículo leve sobre trilhos Valor global (estimado): R\$ 3.200.000.000,00
3.1.P7	Título do Projeto: DF- PAC Construção do BRT Norte (ligação do Plano Piloto até Planaltina) Valor global (estimado): R\$ 1.500.000.000,00
3.1.P8	Título do Projeto: DF- PAC - Construção do BRT Sudoeste (DF-075/ DF- 001) Valor global (estimado): R\$ 700.000.000,00
3.1.P9	Título do Projeto: GO - Obras de conclusão do Residencial Boa Esperança Valor global (estimado): R\$ 2.450.000,00
3.1.P10	Título do Projeto: GO - Obras de conclusão do Residencial Jurany Ferreira. Valor global (estimado): R\$ 1.753.530,75
3.1.P11	Título do Projeto: GO - Obras de conclusão do Residencial Renascer II. Valor global (estimado): R\$ 13.408.462,50
3.1.P12	Título do Projeto: GO - Obras de conclusão do Residencial David Barbosa. Valor global (estimado): R\$ 14.182.926,35
3.1.P13	Título do Projeto: GO - Residencial São Domingos I e II Valor global (estimado): R\$ 1.324.744,79
3.2.	Programa: Ampliação da Infraestrutura econômica
	Projetos:
3.2.P1	Título do Projeto: GO - Programa de Eficiência Energética do Estado - Construção de 22 plantas de usinas solares com um amplo programa de eficiência energética. Valor global (estimado): R\$ 689.851.257,48
3.2.P2	Título do Projeto: DF - Obra de drenagem pluvial no Polo JK (complementação) - área destinada à instalação de grandes plantas empresariais, indústrias de grande porte e centros logísticos e de distribuição regional. Valor global (estimado): (valor não informado/ Estados ou DF)

3.2.P3	Título do Projeto: GO - Goiás de Fibra - internet de banda larga via fibra ótica a todas as regiões do Estado, garantindo função social e melhoria dos serviços públicos. Valor global (estimado): R\$ 1.000.000.000,00
3.2.P4	Título do Projeto: GO - Pavimentação de Rodovias Estratégicas (regiões com forte vocação turística, pecuária e agrícola). Valor global (estimado): R\$ 1.000.000.000,00
3.2.P5	Título do Projeto: GO -Ferrovias Estaduais - Elaboração de Estudos regionais para modelagem de implantação/concessão de linhas ferroviárias no Estado para melhoria da infraestrutura logística de produção. Valor global (estimado): R\$ R\$ 689.851.257,48
3.2.P6	Título do Projeto: GO - Complexo Logístico Multimodal de Anápolis - Elaboração de Estudos regionais para modelagem de implantação da plataforma logística multimodal, compreendendo hub de distribuição, operação do aeroporto de cargas e integração multimodal. Valor global (estimado): R\$ 15 milhões
3.2.P7	Título do Projeto: MT - Ferrovia de Integração Centro-Oeste - FICO. Valor global (estimado): R\$ 18,8 Bilhões (concessão)
3.2.P8	Título do Projeto: MT - Ferrovia Norte Brasil - Ferronorte (conexão com a malha ferroviária nacional). Valor global (estimado): R\$ 12 bilhões (concessão)
3.2.P9	Título do Projeto: MT - PAC - EF-170 - Ferrogrão. Valor global (estimado): R\$ 25 milhões/km
3.2.P10	Título do Projeto: MT - Programa de Concessões Rodoviárias - Lote I - 661,80 km de Rodovias estaduais (em planejamento). Valor global (estimado): Recursos do setor privado/Tarifa de pedágio (valor não informado/ Estados ou DF)
3.2.P11	Título do Projeto: MT - Programa de Concessões Rodoviárias – Lote II - 673,96 km de Rodovias estaduais (em planejamento). Valor global (estimado): Recursos do setor privado/Tarifa de pedágio (valor não informado/ Estados ou DF)
3.2.P12	Título do Projeto: MT - Programa de Concessões Rodoviárias – Lote III 161,42 km de Rodovias estaduais (em estudo). Valor global (estimado): R\$ 595.035.000,00 - Recursos do setor privado/Tarifa de pedágio
3.2.P13	Título do Projeto: MT - Programa de Concessões Rodoviárias - Lote IV - 477,24 km de Rodovias estaduais em planejamento Valor global (estimado): Recursos do setor privado/Tarifa de pedágio (valor não informado/ Estados ou DF)
3.2.P14	Título do Projeto: MT - Programa de Concessões Rodoviárias - Lote V - 468,22 km de Rodovias estaduais em estudo. Valor global (estimado): R\$ 375,600.000,00 - Recursos do setor privado/Tarifa de pedágio
3.2.P15	Título do Projeto: MT - Programa de Concessões Rodoviárias - Lote VI - 299,46 km de Rodovias estaduais (em planejamento). Valor global (estimado): Recursos do setor privado/Tarifa de pedágio (valor não informado/ Estados ou DF)
3.2.P16	Título do Projeto: MT - Programa de Concessões Rodoviárias - Lote VII - 492,93 km de Rodovias estaduais (em planejamento).

	Valor global (estimado): Recursos do setor privado/Tarifa de pedágio (valor não informado/ Estados ou DF)
3.2.P17	Título do Projeto: MS - PAC - Rota Bioceânica - obras de artes especiais: construção de 6 pontes sobre áreas alagadas e um viaduto sobre a BR 267. um total de área de tabuleiro de 18.560 m2. Valor global (estimado): R\$ 100.000.000,00
3.2.P18	Título do Projeto: MS - Nova Ferroeste - Construção de Ferrovia (345 km). Valor global (estimado): R\$ 35,8 bilhões (privado - licitação).
3.2.P19	Título do Projeto: MS - BR 262 -Duplicação da BR-262. Valor global (estimado): R\$ 2.027.945.019,00
3.2.P20	Título do Projeto: MS - BR 267 -Duplicação, faixas adicionais e outras melhorias da BR-267, entre Nova Alvorada do Sul e Divisa MS/SP (Rota Tuiuiú). Valor global (estimado): R\$ 918.351.351,00
3.2.P21	Título do Projeto: MS - BR 163 - Duplicação, faixas adicionais e outras melhorias da BR-163 entre Campo Grande e Sonora (Rota do Pantanal). Valor global (estimado): R\$ R\$ 4.255.098.859,20 - privado re-licitação pela ANTT
3.2.P22	Título do Projeto: MS Energia Renovável - desenvolvimento de fontes alternativas de energias renováveis Valor global (estimado): R\$ R\$ 1.100.000,00
3.2.P23	Título do Projeto: MCOM - GO - Infovia Goiás - Implantação de novas redes metropolitanas em Jataí, Posse, Anápolis, Luziânia e Rio Verde Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P24	Título do Projeto: MCOM - GO - Infovia Goiás - Ampliação e fortalecimento da rede metropolitana de Goiânia Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P25	Título do Projeto: MCOM - GO - Infovia Goiás - Conectividade em banda larga para 300 escolas em 15 municípios e Wi-Fi em praças públicas para benefício da educação básica e da comunidade Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P26	Título do Projeto: MCOM - GO - Infovia Goiás - Conexões para 21 hospitais de grande porte com entrega de kit completo de video-colaboração para cada unidade Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P27	Título do Projeto: MCOM - GO - Infovia Goiás - Infraestrutura propícia à expansão do Programa Educação Conectada, de conexão de escolas estaduais e municipais Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P28	Título do Projeto: MCOM - MT - Infovia Mato Grosso -Implantação de novas redes metropolitanas em Barra do Garças e Rondonópolis Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P29	Título do Projeto: MCOM - MT - Infovia Mato Grosso - Ampliação e fortalecimento da rede metropolitana de Cuiabá Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P30	Título do Projeto: MCOM - MT - Infovia Mato Grosso - Conectividade em banda larga para 675 escolas em 15 municípios, beneficiando mais de 370 mil alunos e Wi-Fi em praças públicas para benefício da educação básica e da comunidade Valor global (estimado): (valor não informado/ União)

3.2.P31	Título do Projeto: MCOM - MT - Infovia Mato Grosso - Conexões para 11 hospitais de grande porte e implantação de Unidades de Telemedicina, Telessaúde e Saúde Digital Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P32	Título do Projeto: MCOM - MT - Infovia Mato Grosso - Infraestrutura propícia à expansão do Programa Educação Conectada, de conexão de escolas estaduais e municipais Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P33	Título do Projeto: MCOM - Centro-Oeste - Programa Wi-Fi Brasil - GESAC, Livre e Terrestre - pontos instalados em escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS), unidades de segurança e de serviço público, bem como em comunidades tradicionais localizadas em pontos remotos, de fronteira ou de interesse estratégico. Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P34	Título do Projeto: MCOM - Centro-Oeste - Programa Cidades Conectadas - Implantação de redes metropolitanas em cidades, interligando escolas, hospitais, etc.; compartilhamento da infraestrutura com o setor privado e implantação em conjunto com outros programas de infraestrutura Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P35	Título do Projeto: MCOM - Centro-Oeste - Programa Computadores para Inclusão - Apoiar e viabilizar iniciativas de promoção da inclusão digital por meio dos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC) — espaços físicos adaptados para o recondicionamento de equipamentos eletroeletrônicos, para a realização de cursos e oficinas e realiza o descarte Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P36	Título do Projeto: MCOM - Centro-Oeste - Internet Brasil - levar conexão à internet e inclusão digital aos estudantes e às suas famílias com a disponibilização de chip e pacote de dados aos alunos da educação básica da rede pública de ensino integrantes de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais — CadÚnico. Observação: Inicialmente, em prova de conceito, o programa está limitado a Escolas situadas nos Municípios de Araguari (MG), Caicó (RN), Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Conceição das Alagoas (MG), Juazeiro (BA), Mossoró (RN), Petrolina (PE) e Uberaba (MG). Após aprovação da prova de conceito, o Programa iniciará a escalada que contemplará outros Municípios do País Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P37	Título do Projeto: MCOM - Centro-Oeste - Ampliar o número de Rádios Comunitárias em todas as regiões do país - lançamento de novos editais em municípios com manifestação de interesse cadastrada e nos que não possuem nenhuma Rádio Comunitária Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P38	Título do Projeto: MCOM - Centro-Oeste - Aumentar a oferta de canais digitais de TV Aberta à população em todas as regiões do país - Realização de chamamentos públicos para a execução do serviço de Retransmissão de Televisão Digital (RTVD); realização de Licitações para outorga de Rádio e TV Comerciais; realização de processos seletivos para outorga de Rádio e TV Educativas Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P39	Título do Projeto: MCOM - Centro-Oeste - Ampliar o número de Retransmissoras de Rádios (RTR) na região da Amazônia Legal (*) - Concessão das autorizações relacionadas aos Editais realizados em 2020 e 2022; lançamento de novos editais para prestação do Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal Valor global (estimado): (valor não informado/ União)

3.2.P40	Título do Projeto: MPOR - Centro-Oeste - Programa Infraestrutura econômica (infra aeroviária) - Aeródromos do PAC - Dourados/ MS, Jataí/ GO e Cáceres e Sorriso/ MT Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
3.2.P41	Título do Projeto: MS - PAC - Rota Bioceânica - pavimentação: acesso a ponte internacional e contorno rodoviário de Porto Murтинho, 14 km de implantação, terraplanagem, drenagem e pavimentação de rodovia de classe i-a e relevo plano. Valor global (estimado): R\$ 120.000.000,00
3.2.P42	Título do Projeto: MS - PAC - Rota Bioceânica - Centro de controle aduaneiro e de fronteira. em torno de 10.000m2 de área construída. área total do terreno 69 hec. Valor global (estimado): R\$ 30.000.000,00
3.2.P43	Título do Projeto: MS - PAC - BR 262 e BR 158 - Implantação do contorno rodoviário de três lagoas Valor global (estimado): R\$ 201.200.000,00
3.2.P44	Título do Projeto: MS-PAC - BR 262 - Restauração Valor global (estimado): R\$ 295.000.000,00
3.2.P45	Título do Projeto: MS-PAC - BR-267 - Restauração e implantação de terceira faixa no trecho da BR Valor global (estimado): R\$ 175.000.000,00
3.2.P46	Título do Projeto: MS - PAC - BR- 419 - Conclusão da obra de drenagem e pavimentação na rodovia Valor global (estimado): R\$ 206.200.000,00
3.2.P47	Título do Projeto: MS - PAC -BR-463 - Conclusão da implantação de drenagem e pavimentação de via marginal para acesso ao hospital regional da Grande Dourados Valor global (estimado): R\$ 30.000.000,00
3.2.P48	Título do Projeto: MT - PAC - BR 158/MT - Contorno da Reserva Indígena Maraiwatsede, com 195,42 kms de extensão (Lotes A e B). Valor global (estimado): Lote A - R\$ 312.152.176,43; Lote B - R\$ 380.338.255,69 (Lote B)
3.2.P49	Título do Projeto: MT - PAC - BR 242/MT - Querência - Nova Ubitatã e Querência do Norte - entre os kms 291,98 e 574,23 da rodovia, com extensão total de 288,28 (Lotes A, B e C) Valor global (estimado): Lote A- R\$ 387.230.183,61; Lote B - R\$ 431.659.706,16; Lote C - R\$ 362.106.772,08
3.2.P50	Título do Projeto: MT - PAC - BR 080/MT - da divisa MT/GO até o Km 200,9 em Ribeirão Cascalheira, incluindo 7 pontes com extensão total de 1.652,6 km. Valor global (estimado): R\$ 1.983.398.730,90
3.2.P51	Título do Projeto: DF- PAC - Duplicação da BR-080. Valor global (estimado): R\$ 342.000.000,00
3.2.P52	Título do Projeto: MS - PAC - Ferrovia Malha -Oeste - Relicitação da Concessão Valor global (estimado): R\$ 18.900.000,00

Quadro 22 Carteira de Projetos – Eixo Infraestrutura econômica e urbana.

Fonte: SUDECO, 2023.

Nº	Descrição
4.	Eixo 4: Preservação e Recuperação do Meio Ambiente
4.1.	Programa: Conservação e recuperação do meio ambiente
	Projetos:
4.1.P1	Título do Projeto: MT - Plano ABC+MT - Neutralização de emissões de gases de efeito estufa até 2035, com meta intermediária de redução de 80% das emissões até 2030. Valor global (estimado): R\$ 60 Bilhões
4.1.P2	Título do Projeto: MS - Implementar sistema de recuperação e conservação dos recursos naturais (25 microbacias - 500 propriedades). Valor global (estimado): R\$ R\$ 127.772.829,39
4.1.P3	Título do Projeto: DF - resgate, preservação, multiplicação, estocagem, distribuição e capacitação em manejo de material propagativo e sementes florestais. Valor global (estimado): (valor não informado/ Estados ou DF)
4.1.P4	Título do Projeto: MS - CARBONO NEUTRO - Plano de ação para neutralizar a emissão de carbono do MS em 48 meses. Metas e soluções que envolvem energias renováveis, restauração florestal, agricultura de baixo carbono, bioeconomia, proteção da biodiversidade, controle e prevenção Valor global (estimado): R\$ R\$ 9.000.000,00
4.1.P5	Título do Projeto: MCTI - Centro-Oeste - PRODES, DETER, TerraClass, Base de Informações Georreferenciadas (BIG), Queimadas Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
4.1.P6	Título do Projeto: MCTI - Centro-Oeste - Projeto Biomas BR - Cerrado MCTI, que conta com participação do INPE, da UFG e UFMG, iniciado em 2022 e que conta com financiamento no valor de R\$ 15 milhões do FNDCT para 3 anos, por meio da Finep, o monitoramento do bioma Cerrado será mantido e aprimorado. Valor global (estimado): (valor não informado/ União)

Quadro 23 Carteira de Projetos – Eixo Preservação e recuperação do meio ambiente.

Fonte: SUDECO: 2023.

Nº	Descrição
5.	Eixo 5: Capacidades Governativas
5.1.	Programa: Melhoria da governança e da competitividade das cidades médias e suas áreas de influência
	Projetos:
5.1.P1	Título do Projeto: MCTI- Centro-Oeste - DAI GREEN PROJECT - Desenvolvimento de instrumentos adaptados a estudos hidro geológicos como contribuição para suporte de sustentabilidade ambiental de bacias hidrográficas (De INTERESSE - INPA) Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
5.1.P2	Título do Projeto: MCTI - Centro-Oeste - Projeto ARUANA - Sistema de alerta para acompanhamento e detecção de inundações em áreas de risco através de geotecnologias (De INTERESSE - INPA) Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
51.1.P3	Título do Projeto: MCTI - Centro-Oeste - PROJETO ALCHIMIA: Índices de Riscos com indicadores ambientais para fins de saúde pública (De INTERESSE - INPA) Valor global (estimado): (valor não informado/ União)
5.1.P4	Título do Projeto: MCTI - Centro-Oeste - Projetos CITInova - Planejamento Integrado e Tecnologias para Cidades Sustentáveis e CITInova II - Promoção do planejamento metropolitano integrado e investimentos em tecnologia urbana inovadora no Brasi Valor global (estimado): (valor não informado/ União)

Quadro 24 Carteira de Projetos – Eixo Capacidades Governativas.

Fonte: SUDECO, 2023.

Nº	Descrição
6.	Eixo 6: Desenvolvimento Social
6.1.	Programa: Ampliação de serviços públicos e de infraestrutura social para a melhoria da qualidade de vida e dos níveis de emprego e renda
	Projetos:
6.1.P1	Título do Projeto: GO - Ampliação da qualificação e capacitação técnica oferecidas nos Colégios Tecnológicos do Estado de Goiás. Valor global (estimado): R\$ 80.000.000,00
6.1.P2	Título do Projeto: GO - Construção da sede do Instituto de Pesquisa, Ensino e Extensão em Arte Educação e Tecnologias Sustentáveis - IPEARTES. Modelo de escola transformadora com base em arte/educação e tecnologias sustentáveis. Valor global (estimado): R\$ 10.000.000,00.
6.1.P3	Título do Projeto: MS - Programa Conectividade Inclusiva - inclusão digital (assentamentos rurais, comunidades ribeirinhas, comunidades quilombolas e aldeias indígenas). Valor global (estimado): R\$ 10.000.000,00
6.1.P4	Título do Projeto: GO - Agro é social - inclusão produtiva de (1.349) mulheres da agricultura familiar - disponibilização de crédito social e capacitações (processamento de frutas, leite, vegetais, panificação, processamento e desossa de frangos, e outras). Valor global (estimado): R\$ 5.872.520,00
6.1.P5	Título do Projeto: GO - Mais empregos Inclusão - Feiras de emprego e cidadania para inclusão produtiva para 80.000 de pessoas (vulneráveis, emancipação econômica de mulheres vítimas de violência se ações de dignidade e cidadania para pessoas em situação de rua) no Nordeste Goiano. Valor global (estimado): R\$ 2.000.000,00
6.1.P6	Título do Projeto: GO - Educação financeira, via Cotec, para 5.000 mulheres no Nordeste Goiano e entornos do DF e de Goiânia. Diminuição de dependência econômica e vulnerabilidade social. Valor global (estimado): R\$ 100.000,00
6.1.P7	Título do Projeto: GO - Arranjos Produtivos Locais (APLs) - Fruticultura - Consultoria para constituição de cooperativas e ações para qualificação e capacitação para produtores de frutas em condição de vulnerabilidade (assentados de reforma agrária / agricultura familiar). Valor global (estimado): R\$ 15.000.000,00
6.1.P8	Título do Projeto: GO - Inclusão econômica de 1.100 catadores de recicláveis / Construção de 60 galpões / 60 novas cooperativas de reciclagem com aquisição de caminhões para coleta seletiva. Valor global (estimado): R\$ 71.500.000,00
6.1.P9	Título do Projeto: DF - Programa Vira Vida - inclusão socioprodutiva de adolescente e jovens (15 e 21) anos em situação de vulnerabilidade no contexto da violência sexual Valor global (estimado): (valor não informado/ Estados ou DF)
6.1.P10	Título do Projeto: DF - Capacitação de adictos acolhidos nas Comunidades Terapêuticas. Valor global (estimado): (valor não informado/ Estados ou DF)
6.1.P11	Título do Projeto: DF - Regularização urbana e fundiária (Áreas de Regularização de Interesse Social) - contratação de projetos e estudos. Valor global (estimado): (valor não informado/ Estados ou DF)

6.1.P12	Título do Projeto: DF - Construção de Centros de Ensino Fundamental no Distrito Federal. Valor global (estimado): (valor não informado/ Estados ou DF)
6.1.P13	Título do Projeto: PAC - DF - Construção do novo Hospital do Gama Valor global (estimado): R\$ 250.000.000,00
6.1.P14	Título do Projeto: DF - Construção do novo Hospital de São Sebastião (100 leitos) Valor global (estimado): R\$ 150.000.000,00
6.1.P15	Título do Projeto: PAC - DF - Construção do novo Hospital do Recanto das Emas Valor global (estimado): R\$ 120.000.000,00
6.1.P16	Título do Projeto: MS - Ampliar oportunidades de comercialização de produtos de origem da agricultura familiar (20 centrais de comercialização). Valor global (estimado): 20.000.000,00
6.1.P17	Título do Projeto: MS - Combate à insegurança alimentar - PAB - Programa Alimenta Brasil (Aquisição de Alimentos). Valor global (estimado): R\$ 2.700.000,00
6.1.P18	Título do Projeto: GO - Construção da Casa da Mulher Brasileira - proteção da mulher vítima de violência (Águas Lindas - RIDE DF) Valor global (estimado): R\$ 15.000.000,00
6.1.P19	Título do Projeto: DF - Acolhimento à população LGBTQIA+ (estruturação de equipamento) - orientação e encaminhamento a serviços e políticas específicas visando a prevenção e superação de situações de violação de direitos. Valor global (estimado): (valor não informado/ Estados ou DF)
6.1.P20	Título do Projeto: GO - Ampliar a oferta de vagas de Cursos Técnicos e Qualificação em 50%, da rede estadual de ensino, totalizando um atendimento de 200.000 estudantes. Valor global (estimado): R\$ 10.000.000,00

Quadro 25 Carteira de Projetos – Eixo Desenvolvimento Social.

Fonte: SUDECO, 2023.



OUVIDORIA

SUA VOZ É O NOSSO COMPROMISSO

Setor Bancário Norte – SBN,
Quadra 1, Bloco F, Edifício
Palácio da Agricultura, 19º andar
70.040-908 - Brasília/DF
Telefones: (61) 3251-8506 / 8511



MINISTÉRIO DA
**INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**



www.gov.br/sudeco

